00100.132556/2016-10 (VIA 001)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 131 QUINTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2016

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB - RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

Vago
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA128ª SESSÃO,DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 17 DE AGOSTO DE 2016 6
1.1 – ABERTURA 8
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 8
1.2.1.1 – Oradores
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE - Defesa de plebiscito para a realização de novas eleições como solução para a crise política do país; e outros assuntos. 8
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder - Críticas à declaração do Ministro do STF Gilmar Mendes acerca da realização de plebiscito; e outros assuntos 10
SENADORA ANGELA PORTELA - Preocupação com a situação do setor energético no Estado de Roraima após a negativa de prorrogação da concessão da Companhia Energética de Roraima. 13
SENADOR JOSÉ MEDEIROS - Contraponto a argumentos apresentados pelos defensores da Presidente afastada Dilma Rousseff; e outro assunto. 14
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder - Registro dos 10 anos de aprovação da Lei Maria da Penha; e outro assunto. 17
SENADOR PAULO PAIM - Preocupação com a situação financeira da Universidade Federal do Pampa, em Bagé-RS; e outro assunto. 19
SENADOR EDUARDO AMORIM - Satisfação com a liberação de recursos para a realização de obras em hospitais do Estado de Sergipe; e outro assunto. 21
SENADORA ANA AMÉLIA - Registro de audiência pública com a participação de S. Exª para debater o tema da fibromialgia e preocupação com o número de mulheres atingidas pela doença; e outro assunto 23
SENADOR JORGE VIANA - Satisfação com acordo que possibilita a entrada do Brasil no Instituto Internacional de Países Produtores de Bambu; e outros assuntos. 26
SENADOR DÁRIO BERGER - Relato da participação de S.Exª em audiência no Ibama com o objetivo de discutir a concessão de autorização daquele órgão para obras na BR-101 em Florianópolis/SC; e outros assuntos. ... 28
1.3 – ORDEM DO DIA
1.3.1 – Item extrapauta
Mensagem nº 73/2016 (nº 396/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa. **Aprovada, após Parecer nº 738/2016-CRE** (votação nominal) 30
1.3.2 – Item extrapauta
Mensagem nº 61/2016 (nº 347/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein. **Aprovada, após Parecer nº 739/2016-CRE** (votação nominal) 34
1.3.3 – Item extrapauta
Mensagem nº 64/2016 (nº 380/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JULIO GLINTERNICK BITELLI , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia. **Aprovada, após Parecer nº 740/2016-CRE** (votação nominal) 43
1.3.4 – Item extrapauta
Mensagem nº 72/2016 (nº 395/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia. **Aprovada, após Parecer nº 741/2016-CRE** (votação nominal)..... 43

1.3.5 – Item extrapauta

Mensagem nº 79/2016 (nº 447/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino. **Aprovada, após Parecer nº 742/2016-CRE** (votação nominal)..... 44

1.3.6 – Item extrapauta

Mensagem nº 38/2016 (nº 138/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá. **Aprovada, após Parecer nº 743/2016-CRE** (votação nominal)..... 46

1.3.7 – Item extrapauta

Mensagem nº 46/2016 (nº 174/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão. **Aprovada, após Parecer nº 744/2016-CRE** (votação nominal)..... 47

1.3.8 – Item extrapauta

Mensagem nº 35/2016 (nº 124/2016, na origem), da Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo. **Aprovada, após Parecer nº 745/2016-CRE** (votação nominal)..... 48

1.3.9 – Suspensão da sessão às 18 horas e 17 minutos e reabertura às 18 horas e 21 minutos..... 49

1.3.10 – Item extrapauta

Parecer nº 737/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 74/2016 (nº 402/2016, na origem), do Presidente da República em exercício, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência. **Aprovado** (votação nominal)..... 49

1.3.11 – Requerimento

Nº 618/2016, do Senador Humberto Costa, de inversão de pauta. **Rejeitado** (votação nominal)..... 55

1.3.12 – Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2016 (nº 4/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.* **Transcorrrida a quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno**..... 61

1.4 – ENCERRAMENTO..... 70

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 128ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, no turno suplementar, para apresentação de emendas, perante a Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 52/2013 **(Memorando nº 2/2016-CEDN)**..... 71

2.1.2 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR PAULO PAIM - Registro de mensagem recebida do grupo estudantil "Juntos pela Unipampa"..... 72

2.1.3 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 356/2012 para oitiva das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e Constituição, Justiça e Cidadania, para exame das Emendas nºs 7 e 8-PLEN..... 72

2.1.4 – Pareceres

Nº 737/2016, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre a Mensagem nº 74/2016..... 73

Nº 746/2016, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 138/2015. *Abertura do prazo de cinco dias útéis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao referido projeto*..... 78

Nº 747/2016, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Ofício "S" nº 50/2014. *Arquivamento do referido Ofício.* 84

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

2.1.5 – Projetos de Lei do Senado

Nº 316/2016, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência*. 93

Nº 317/2016, do Senador Dário Berger, que *cria o Programa Lar Legal, com o objetivo de reconhecer o domínio de imóvel público ou privado em favor, preponderantemente, de pessoas de baixa renda detentoras de posse consolidada*. 99

2.1.6 – Propostas de Emenda à Constituição

Nº 42/2016, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados*. 117

Nº 43/2016, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios*. 125

2.1.7 – Requerimentos

Nº 616/2016, do Senador Paulo Paim, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 226/2007 e 130/2012 132

Nº 617/2016, do Senador Humberto Costa, de retirada do Requerimento nº 312/2016. **Deferido**. 134

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Mensagem nº 73/2016

Lista de votação 136

2.2.2 – Mensagem nº 61/2016

Lista de votação 138

2.2.3 – Mensagem nº 64/2016

Lista de votação 140

2.2.4 – Mensagem nº 72/2016

Lista de votação 142

2.2.5 – Mensagem nº 79/2016

Lista de votação 144

2.2.6 – Mensagem nº 38/2016

Lista de votação 146

2.2.7 – Mensagem nº 46/2016

Lista de votação 148

2.2.8 – Mensagem nº 35/2016

Lista de votação 150

2.2.9 – Parecer nº 737/2016

Lista de votação 152

2.2.10 – Requerimento nº 618/2016

Matéria rejeitada 154

Lista de votação 155

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 157

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 160

5 – LIDERANÇAS 161

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 164

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 186

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 191

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 244

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

128ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 17 de Agosto de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros e Jorge Viana, das Srªs Angela Portela e Vanessa Grazziotin, dos Srs. José Medeiros, Humberto Costa, Paulo Paim, Eduardo Amorim, da Srª Ana Amélia e do Sr. Benedito de Lira

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 32 minutos e encerra-se às 20 horas e 13 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

128ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 17/08/2016 07:00:00 até 17/08/2016 20:35:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PV	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	X
PMDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X

Emissão 17/08/2016 20:39:50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PMDB	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PSDB	SP	José Aníbal	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X
PSD	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSC	MS	Pedro Chaves	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
DEM	SE	Ricardo Franco	X	X
PP	BA	Roberto Muniz	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
PP	GO	Wilder Morais	X	X

Compareceram 72 senadores.

Emissão 17/08/2016 20:39:50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

ATA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. **(Vide Parte II do Sumário)**

Iniciando a nossa sessão, após essa bela sessão solene realizada no dia de hoje, em comemoração aos dez anos da Lei Maria da Penha – com a presença, inclusive, de Maria da Penha, de várias mulheres bravas e lutadoras em prol dos direitos das mulheres –, nós abrimos a presente sessão convidando...

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Pela ordem, Srª Presidenta.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois não, Senadora Angela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu quero fazer uma inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Perfeito. V. Exª para uma comunicação inadiável e eu fico na Liderança.

Convido, como primeiro orador inscrito, para fazer uso da palavra, o Senador João Capiberibe, Senador do nosso querido Estado do Amapá, que já governou, com muita competência, aquele Estado do Amapá e que é uma pessoa querida não só no seu Estado mas em todo o Senado Federal.

Então, o Senador Capiberibe fará uso da palavra pelo tempo regimental.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, realmente foi emocionante a sessão solene em homenagem aos dez anos da Lei Maria da Penha. Eu espero que, no nosso País, principalmente os homens observem que o amor é mais fácil de se aprender do que o ódio. O amor é mais fácil de ser cultivado do que o ódio. Precisamos apenas aprender a conviver com as diferenças.

Parabéns às Senadoras desta Casa pela iniciativa.

Srª Presidente, antes de mergulhar na agenda negativa deste País, na agenda triste da crise política e da crise econômica, eu queria dar uma notícia da maior importância para todos nós. É mais um Silva classificado para as oitavas de final. Desta vez, é no *Taekwondo*. Não é um Silva. Estou falando Silva, porque é um brasileiro da periferia, da outra periferia brasileira. Ele vem do Laranjal do Jari, do meu Amapá. É o Venílton Teixeira, que se classificou pela manhã e agora, daqui a pouco, às 15h15, vai enfrentar o mexicano Navarro Valdez na disputa das quartas de final.

Certamente o povo do Amapá e especialmente de Laranjal do Jari, neste momento, está na enorme expectativa, no aguardo dessa luta decisiva, torcendo para que conquistemos mais uma medalha para o Brasil e a primeira medalha da história do nosso Estado, principalmente do Município de Laranjal do Jari, encravado no coração da floresta, na margem esquerda do Rio Jari.

Portanto, parabéns ao Venílton. Parabéns aos seus pais e a todos aqueles que contribuíram para o sucesso desse jovem. Já é um grande feito chegar às quartas de final nas Olimpíadas. Isso realmente é um grande feito.

Agora, vamos à nossa agenda triste.

Srª Presidente, eu tenho insistido aqui na mesma tese. Tenho defendido, por inúmeras vezes, a tese de que o *impeachment* não resolve a crise. O que resolve a crise é mais democracia.

A palavra plebiscito é originária do latim *plebiscitu*, que quer dizer decreto dos plebeus. Atualmente, plebiscito é a convocação dos cidadãos para que, através do voto, aprovem ou rejeitem uma questão importante para o País. Ou seja, o plebiscito é um mecanismo democrático de consulta popular, que cabe perfeitamente neste momento que estamos vivendo.

A Constituição brasileira prevê esse mecanismo em seu art. 14 – abro aspas:

> Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:
> I - plebiscito;
> II - referendo;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

III - iniciativa popular. [Fecho aspas.]

O plebiscito é uma prerrogativa do Congresso Nacional, que o aprova por maioria simples. Ao Executivo cabe, no máximo, enviar mensagem ao Parlamento propondo sua convocação.

A propósito, por que estamos falando de plebiscito? Já me explico. Primeiro, trata-se de informar que esse mecanismo existe; segundo, podemos usá-lo sempre que a ocasião se apresentar; e, terceiro, a ocasião já se apresentou, a hora é essa, e não podemos mais esperar. É inegável que estamos vivendo um transe histórico no País, que só se resolve com mais democracia.

A opção pela cassação do mandato da Presidente Dilma Rousseff, além de negar esse pressuposto, não resolve a crise; aprofunda-a. Convenhamos: esse processo impregnado de formalismos nada mais é que uma encenação grotesca, promovida pela desacreditada representação política no Congresso Nacional, na tentativa de encobrir nossa falta de cultura democrática.

A disputa de poder nos leva a uma eleição bizarra, que nada tem a ver com as municipais, que estão à porta e que começam dentro de pouco dias. Dessa eleição à qual me refiro o povo não participa. O ritual cerimonioso do *impeachment* nada mais é que uma cortina de fumaça para tentar esconder uma "nova eleição" – entre aspas – para a Presidência da República, dessa vez com 81 eleitores e apenas dois candidatos: Dilma e Temer.

A pergunta, Srª Presidente, que não quer calar é: como ficam os 112 milhões de eleitores que foram às urnas em 2014? Simples, com a cassação do mandato da Presidente Dilma, esses votos também irão para o espaço, serão também cassados, o que nos é, em respeito à democracia, difícil de engolir.

Como se não bastasse, agregue-se um outro componente para lá de inusitado: os "candidatos" – entre aspas – que se confrontam nessa disputa insana, juntos, governaram o País nos últimos cinco anos, levando-o à bancarrota. Daí que a "eleição" – entre aspas – em pauta não nos deixa outra escolha: ou o PT ou o PMDB, cujos representantes, Dilma e Temer, simbolizam o fracasso, não apenas o fracasso deles, mas também o nosso fracasso, o fracasso desta Casa, o fracasso da representação política desta Casa, que não teve a competência de construir uma saída para resolver a crise. Essa crise poderia ser resolvida de maneira completamente diferente, mais respeitosa à sociedade brasileira.

A escolha agora é entre Dilma e Temer. É disso que se trata. Por isso, insistimos no chamamento de um plebiscito, pois queremos que todo mundo seja consultado. Essa é a única saída para debelar a crise política, econômica e moral do País. Por isso, votamos contra o *impeachment*. Reafirmo: votamos contra o *impeachment*. Nosso objetivo é o plebiscito, para que o povo decida se quer a eleição de um Presidente de transição até 2018 ou não.

Todos os acordos firmados ao longo da história brasileira foram para piorar a vida do nosso povo. Desta vez, vamos lhes dar esta chance. Vamos convocar o povo às urnas para que ele decida que caminho devemos seguir.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Ontem ganhamos uma adesão importante da Presidente afastada, Dilma Rousseff. Ela se manifestou em apoio ao plebiscito.

Espero que o Presidente interino, Michel Temer, faça o mesmo, tome a mesma atitude em respeito à sociedade brasileira.

Senadores e Senadoras de ideologias tão diferentes... E aqui cito a Senadora Kátia Abreu, que, em recente discurso, afirmou: "Para essa turma, não importa que o País vá aos cacos, desde que os cacos fiquem em suas mãos", referindo-se aos que querem *impeachment* para tomar o poder. É disso que se trata.

O de que precisamos é mais democracia para resolver a crise...

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – ... e esta Casa tem a obrigação e o dever de mudar o rumo dessa nau errante.

Nós ainda temos a oportunidade de dar um outro encaminhamento. Para isso, é necessário que, dentro de poucos dias, devolvamos a Presidente Dilma ao Palácio do Planalto.

Certamente, feito isso pelo Senado, PMDB, PSDB, DEM, PT, PSB, todos se juntarão para aprovar um plebiscito em respeito à sociedade brasileira.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

(Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, a Srª. Vanessa Grazziotin, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Angela Portela, 4ª Secretária.)

A SRª PRESIDENTE (Angela Portela. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Muito obrigada, Senador Capiberibe.

Passo a palavra agora à Senadora Vanessa Grazziotin, como Líder do PCdoB.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Angela Portela, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiros e companheiras.

Senador Capiberibe, venho à tribuna para tratar exatamente do assunto de que V. Exª tratou. Ontem já pude falar sobre isso e volto a falar, no dia de hoje, pela importância desse fato e por conta de a Presidenta Dilma ter lançado, no dia de ontem, a carta ao povo brasileiro, a carta ao Congresso Nacional, a carta às Senadoras e aos Senadores, na qual ela se compromete, Senador Capiberibe, com a ideia e com a proposta da realização de um plebiscito para ouvir a população brasileira sobre a antecipação ou não das eleições presidenciais.

Acho, Senador Capiberibe, importante tratar do assunto, sobretudo pela forma como alguns agentes políticos e alguns membros do Poder Judiciário têm se referido a ele, como se fosse um golpe, como uma proposta inconstitucional, como uma proposta inviável. Veja o que disse o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ministro Gilmar Mendes! Ao proferir uma palestra em Pernambuco, ele disse que essa proposta da realização de um plebiscito é brincadeira de criança. Brincadeira de criança, no meu entendimento, pode ser até um ministro do Poder Judiciário do Brasil, da mais alta Corte brasileira do Poder Judiciário, fazer política. Talvez isso seja, sim, uma brincadeira; e não defender que a democracia seja socorrida pela própria democracia. Essa, Senador Capiberibe, nós sabemos que V. Exª e vários Senadores e Senadoras aqui defendem há muito tempo.

Eu, com muita alegria, relato o fato de que meu Partido, talvez, como organização partidária, tenha sido o primeiro a abraçar com muita força a proposta da realização de um plebiscito, porque, se vivemos, e é fato, uma crise política, não podemos nós imaginar que a saída da crise política se chama Michel Temer. Pelo contrário; no entendimento que nós temos, a permanência desse Presidente interino no Poder fará tão somente agravar a crise política e institucional do nosso País. Basta que analisemos os reais objetivos que o levaram, pela maioria formada no Parlamento brasileiro, à Presidência da República. Eles lá chegaram, tomaram de assalto a cadeira da Presidenta, porque querem promover reformas profundas no Estado brasileiro.

Reformas essas que levarão a práticas que têm sido derrotadas em todas as últimas eleições. Querem trazer de volta o projeto neoliberal e para isso usam de todas as armas, inclusive aquelas armas que podem ser condenadas.

Veja o exemplo do que aconteceu ontem. O Chanceler do Uruguai denunciou a tentativa do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ministro interino, Senador José Serra, de comprar o voto do Uruguai contra a Venezuela, para que a Venezuela não assuma a Presidência *pro tempore* do Mercosul.

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vejam que grave denúncia! Tão grave denúncia!

Eu não quero nem entrar no mérito do debate sobre a Venezuela, acho que isso tem que fazer o povo venezuelano e não nós aqui no Brasil. Não quero entrar nesse mérito. Eu quero entrar, sim, na forma como eles buscam as suas conquistas, como eles usam para implementar os seus objetivos.

Portanto, Senador, eu fico feliz de ver que o ponto central da carta divulgada ontem pela Presidenta Dilma traz exatamente o apoio à realização do plebiscito. Veja o diz a Presidenta:

> Entendo que a solução para as crises política e econômica que enfrentamos passa pelo voto popular em eleições diretas. A democracia é o único caminho para a construção de um Pacto pela Unidade Nacional, o Desenvolvimento...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) –

> ... e a Justiça Social. É o único caminho para sairmos da crise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Por isso, a importância de assumirmos um claro compromisso com o Plebiscito e pela Reforma Política.

E segue mais adiante:

Estou convencida da necessidade e darei meu apoio irrestrito à convocação de um Plebiscito, com o objetivo de consultar a população sobre a realização antecipada de eleições, bem como sobre a reforma política e eleitoral.

Aí a Presidenta relata tudo o que transcorreu desde o início desse seu segundo mandato, a forma como o Congresso Nacional a impediu de continuar governando o País, e caracterizando, como todos nós temos feito, com muita consciência, esse tal de processo de *impeachment* como um golpe.

Essa carta é muito importante. E creio, Srs. Senadores, que se o Presidente interino, que assumiu há dois meses a Presidência da República, tivesse um pouquinho que fosse de apreço ao nosso Estado de direito, um pouquinho de apreço que fosse à jovem democracia brasileira, ele faria como a Presidenta Dilma. Ele não se utilizaria de uma cadeira para promover maldades contra o povo brasileiro, porque é isso que eles querem fazer. Por isso, eles inventaram esse processo do *impeachment* para tirar a Presidenta Dilma do poder. Querem privatizar tudo que puderem nesse curto espaço de tempo. Querem transformar o Estado brasileiro, o Poder Público, em um Estado mínimo, em um Estado que não garantirá mais...

(Soa a campainha.)

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me desse uns dois minutinhos, eu concluiria, com muita tranquilidade, Senador.

Para tirar os direitos dos trabalhadores, para fazer com que saúde e educação seja um direito daqueles que podem pagar. E aqui eu não falo nada que seja inventado ou que não se traduza em atos reais por eles desenvolvidos.

Vejam o que fez o Ministro da Saúde. Criou uma comissão para estudar a viabilidade da criação de um plano de saúde acessível à maior parte da população.

A população brasileira não precisa de um plano de saúde acessível. A população brasileira merece um Sistema Único de Saúde que garanta a assistência em todos os níveis. É disso que a população brasileira precisa.

Temos um estudo aqui, Sr. Presidente, de uma consultora da Câmara dos Deputados que mostra o quanto a educação pública brasileira deverá perder caso seja aprovada a PEC 241, sobre a qual tivemos um debate profundo no dia de ontem.

Sr. Presidente, quero concluir aqui minha participação agradecendo a benevolência de V. Exª, dizendo que, com muita alegria, eu li pela imprensa hoje...

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª me concede um aparte depois, Senadora?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Claro.

Com muita alegria eu li na imprensa a decisão da Presidenta Dilma de vir ao Senado Federal para fazer a sua defesa contra esse *impeachment,* que não é *impeachment,* é golpe. E tenho certeza absoluta de que a Nação brasileira toda acompanhará, com muita atenção, a participação da Senhora Presidenta aqui no Senado Federal.

Tenho certeza absoluta e convicção de que, entre os 81 Senadores e Senadoras e o Presidente do Supremo Tribunal Federal, que estará dirigindo a sessão, com a sua presença, será ela a pessoa que terá a maior tranquilidade e legitimidade, porque é uma inocente. É uma inocente sendo condenada. Uma inocente que dizem ter cometido crime e que não cometeu crime nenhum.

Então, a Presidenta que venha. Será muito bem recebida. E que fale à Nação brasileira aquilo que nós estamos falando; que mostre à Nação brasileira aquilo que estamos mostrando. Que não é a assinatura de três decretos abrindo crédito suplementar, muito menos a implementação de um Plano Safra, fruto de uma lei de 1992, que significam crime de responsabilidade. E vejam, crime de responsabilidade que é necessário para que o *impeachment* aconteça. E se há *impeachment* sem crime de responsabilidade, não é *impeachment,* é golpe.

Lamento muito. Tivemos hoje, como dito aqui já, uma reunião para definirmos a metodologia do processo de julgamento que se iniciará no próximo dia 25. Lamento porque o que estão fazendo aqui é tentando nos colocar três, quatro, cinco dias seguidos para debater, à exaustão, esse problema que deveria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

ser debatido com muito mais tranquilidade.

Senador Lindbergh, concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora Vanessa Grazziotin, quero parabenizar V. Exª pelo pronunciamento. A gente acabou de sair de uma reunião que teve a presença do Presidente Lewandowski. Eu fico impressionado com a pressa desses Senadores que apoiam Michel Temer, que querem passar por cima de prazo. Nós estamos no julgamento de uma Presidenta da República. Nós temos que escutar aqui as testemunhas. Eles querem adentrar a madrugada, sábado e domingo. É uma pressa do mundo inteiro. Alguns dizem que é pela viagem de Michel Temer para o G20. Para mim, não é isso. Para mim, é o medo de novas delações. Há uma insegurança muito grande deste Presidente interino, porque ele sabe que este governo dele é um governo que está comprometido. Eu tenho chamado atenção dos Senadores, porque há alguns aqui que querem afastar uma Presidenta para colocar Michel Temer. O País está sendo chantageado por Eduardo Cunha. O Presidente interino está sendo chantageado por Eduardo Cunha. Marcaram a data de 12 de setembro com medo do Eduardo Cunha. Agora, V. Exª está certa, a carta da Presidenta Dilma é uma carta importantíssima, ela fala no povo, que só o povo, neste caso, pode resolver este impasse político. Então, ela voltaria à Presidência da República para chamar um plebiscito, uma antecipação de eleições. E V. Exª está mais certa ainda quando fala da presença dela aqui. Eu quero vê-la aqui, falando para o País, falando para os Senadores, mas falando para os brasileiros, respondendo a cada uma das perguntas. Eu quero ver. Eu quero ver. Porque houve muita traição nesse processo, Senadora Vanessa. Há muita gente que conhece a Presidenta Dilma, até ministros da Presidenta Dilma, que sabem que é uma pessoa séria, uma pessoa honesta.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas esses talvez nem comparecerão.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu quero ver esse debate aqui. Eu acho que vai ser um momento importantíssimo para o País. Vai ser um momento que vai ficar marcado na história do nosso País. A Dilma, que foi julgada e condenada pela ditadura militar, agora, neste processo, vai ser julgada aqui neste Senado Federal. E nós vamos lutar até o fim. Eu ainda acredito que a gente possa reverter muitos votos; temos conversado com Senadores. Está aqui o Senador Humberto Costa, que tem participado dessas discussões, e o Senador Roberto Requião. Nós vamos lutar até o fim, mas a decisão da Presidenta de vir nos dá muita força; nos dá força aqui no Parlamento; dá força aos que defendem a democracia nas ruas brasileiras. Então, reputo essa decisão como uma decisão histórica, que vai estar marcada para sempre nas páginas da história do País. Vai ser um dia em que nós vamos definitivamente desmascarar esse golpe, mostrar que é um atentado à democracia.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. *Fora do microfone*.) – Impossível.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mostrar que está havendo uma ruptura da ordem democrática. Agradeço a V. Exª e parabenizo-a por tanta combatividade, nossa grande Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu é que agradeço, Senador Lindbergh, o aparte de V. Exª, que incorporo plenamente no meu pronunciamento.

E quando V. Exª fala do julgamento do Eduardo Cunha, veja, o Presidente da Câmara dos Deputados marcou o julgamento para o dia 12 de setembro, uma segunda-feira, em que, como todos sabem, a Câmara dos Deputados não funciona. Ou seja, marcou propositadamente para adiar para depois das eleições. E há quem diga ainda, Senador Lindbergh, que Eduardo Cunha será absolvido a partir de um trabalho, uma articulação do próprio Palácio do Planalto.

Então, eu não tenho dúvida, o que está no centro não é a viagem ao G20, o que está no centro, sim, é o medo de Eduardo Cunha. Esse mesmo cidadão que iniciou o processo contra a Presidente Dilma.

Então, Sr. Presidente, eu concluo o meu pronunciamento dizendo que, apesar de tudo, eu louvo muito a iniciativa da Presidente Dilma e a sua decisão de vir aqui. E, repito, entre todos nós que aqui estaremos, ela será a pessoa que mais estará à vontade, porque é uma inocente sendo julgada. E querem condenar uma pessoa tirando-lhe o mandato sem que um crime tivesse ela cometido.

Muito obrigada, Senador, pela benevolência. V. Exª foi muito gentil, tanto comigo quanto com o Senador Lindbergh Farias. Obrigada.

(Durante o discurso da Srª. Vanessa Grazziotin, a Srª. Angela Portela, 4ª Secretária, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

palavra a Senadora Angela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador José Medeiros, Srªs e Srs. Senadores, informo aqui no Senado que, na semana passada, estive com a Governadora de Roraima, Suely Campos, em uma audiência com o Ministro das Minas e Energia, para tratar da insegurança energética do meu Estado de Roraima.

A fragilidade do sistema elétrico de Roraima é estrutural, decorrente do seu isolamento do Sistema Elétrico Nacional. Somos o único Estado da Federação que não estamos ainda interligados ao Sistema Elétrico Nacional. Para isso, precisamos da construção do Linhão de Tucuruí.

Essa insegurança energética a que me refiro agravou-se mais ainda com uma medida precipitada e unilateral do Governo interino. O Ministério das Minas e Energia negou prorrogar a concessão da Companhia Energética de Roraima (CERR) para a distribuição de energia na região. Essa prorrogação foi negada por meio de despacho público do *Diário Oficial da União* do último dia 5 de agosto. Isso causou um transtorno muito grande a toda a população do nosso Estado.

Conforme esse ato, o indeferimento do pedido extingue a concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica da CERR, outorgado em 1969, época de fundação da Companhia. Desde essa época, a CERR é responsável pela distribuição de energia aos 14 Municípios do interior do nosso Estado. Imaginem a angústia e a preocupação dos pais e mães de família que vivem em Rorainópolis, em São João do Baliza, em São Luís, em Caroebe, enfim, em todos os Municípios do nosso Estado.

Ainda de acordo com esse ato ministerial, o processo de concessão será repassado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) "para as providências decorrentes da extinção da concessão e apuração do valor da indenização a ser paga à antiga concessionária". Está lá escrito.

A publicação não detalha como será o procedimento de extinção e nem estipula prazo ao processo. Nem precisa. É público que esse ato constitui apenas o primeiro passo para a privatização da CERR.

Já se sabe também o que se sucederá à retirada da concessão e à privatização. Virá uma forma de gestão que certamente trará um significativo aumento nas contas de energia já muito elevadas e acima dos padrões vigentes em todas as demais Unidades da Federação.

Alegou-se que a renovação das concessões é inviável economicamente, devido à falta de adequação das distribuidoras às medidas regulatórias estabelecidas pela Aneel.

Conforme a decisão, as empresas deverão ser privatizadas até 31 de dezembro de 2017. Elas deixarão de ser concessionárias do serviço público de distribuição, e caberá ao Governo Federal designar prestadores temporários até que sejam compradas em leilão.

De acordo com as informações do Ministério das Minas e Energia, o reajuste das tarifas de energia elétrica continuará a ser feito anualmente, nos termos da legislação e regulação vigentes conduzidas pela Agência Reguladora Setorial.

Sabemos o que isso significa. O último reajuste de tarifas, aplicado no ano passado, superou os 40%, ficando muito acima da inflação do período, próxima aos 10%.

Os consumidores de maior porte, na verdade as sofridas empresas de Roraima, arcaram com aumento de 44%. A questão está hoje no Poder Judiciário.

E a propósito acabo de receber a informação de que o Desembargador Kássio Nunes Marques, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, acaba de suspender a liminar que impedia a Eletrobras Distribuição Roraima de reajustar a nossa tarifa de energia elétrica em 41,52% desde novembro do ano passado. Diante da decisão judicial, a Eletrobras informou que o aumento chegará ao consumidor ainda este mês. Precisamos nos preparar. O aumento é muito grande, é um duro golpe no orçamento das famílias de Roraima e na economia do Estado, ao multiplicar os custos das empresas.

A insegurança a que me refiro aqui agravou-se com uma medida precipitada que é a retirada da concessão de energia da Cerr.

No encontro que tivemos com o Ministro das Minas e Energia, a Governadora Suely Campos, comigo e com outros Parlamentares da nossa Bancada Federal, o Ministro Fernando Coelho admitiu prorrogar a concessão da Companhia Energética de Roraima por 50 dias, até a zero hora do dia 1° de outubro. A decisão foi comunicada à Governadora na noite do dia 11 de agosto.

Suely Campos avaliou que o prazo dessa prorrogação foi curto, mas trabalhará para acelerar a definição do convênio, para que essa transição ocorra sem prejuízo aos consumidores e aos funcionários da Cerr e da Boa Vista Energia.

A verdade é que a decisão, tomada sem nenhum comunicado prévio ao Estado de Roraima, acionista majoritário da Cerr, foi precipitada. Traz ainda o agravante de não ter apontado um período de transição, nem os procedimentos para a incorporação do serviço pela Boa Vista Energia, estatal controlada pela Eletrobras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Além disso, a Boa Vista Energia não tomou nenhuma medida para assumir o fornecimento de energia no interior. O Estado continua pagando o combustível e tudo o que é necessário para manter as termoelétricas em funcionamento.

Toda essa questão, Sr. Presidente, envolve empresas com um histórico de prestação de serviços na Região Norte. A Cerr foi fundada em 1969. Em 1989 passou por uma cisão, passando a fornecer energia para o interior, e a Boa Vista Energia, controlada pela Eletrobras, passou a atender apenas nossa capital, Boa Vista.

Ambas as empresas enfrentam problemas característicos dos serviços públicos de regiões de renda mais baixa, com uma população que encontra dificuldades para suprir o orçamento doméstico e precisa de auxílio do Estado para obter a inclusão social.

Houve, é verdade, problemas de gestão nessas empresas. Nos governos que antecederam o atual Governo do Estado, chegou a ocorrer um acordo com a Eletrobras, que passou a gerir a Cerr de forma compartilhada, inclusive nomeando o Presidente da empresa, no governo do PSDB. Fez-se até um empréstimo de R$600 milhões a pretexto de sanear a companhia, o que não ocorreu. E hoje a Governadora Suely Campos paga mensalmente esse empréstimo, que não resultou em benefício para a nossa população.

Mesmo com a situação delicada e indefinida em que se encontra a Cerr, nós sabemos que a empresa é viável, principalmente por conta da interligação dos Municípios ao sistema energético hídrico. Dos 14 Municípios de Roraima, 12 já estão interligados ao sistema da energia hídrica.

Só temos dois Municípios dependentes integralmente de energia térmica. Foi isso que despertou os interesses das empresas para a privatização. A empresa agora dispõe de instrumentos para ser rentável. E nós temos um projeto de servidores da Cerr que mostra claramente que é possível, sim, transformar a Cerr em uma empresa eficiente e rentável.

Roraima precisa, antes de mais nada, de segurança energética. Apesar de sabermos que isso só ocorrerá plenamente com a integração ao Sistema Interligado Nacional, é preciso um compromisso do Poder Público com a população.

Os funcionários da Cerr como os da Boa Vista Energia devem encontrar respeito a seus direitos. E os consumidores, na verdade, todos os moradores de Roraima e todas as empresas do Estado, devem receber do Poder Público plenas garantias de estabilidade no fornecimento de energia e de preço compatível com os serviços prestados.

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RR) – Só com a devida negociação entre os Governos Federal e estadual, além de indispensável participação da população e das forças econômicas do nosso Estado, é que se poderá encontrar uma saída justa e segura para esse problema.

Lembro aqui, para encerrar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, que a segurança energética dos Estados brasileiros é de responsabilidade da União, é de responsabilidade do Governo Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Durante o discurso da Srª. Angela Portela, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Costa.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senadora Angela Portela.

Convido, na condição de orador inscrito, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os que nos acompanham pelos canais da Agência Senado, nas redes sociais. Sr. Presidente, acabei de ouvir atentamente os pronunciamentos da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Lindbergh, e não poderia deixar de fazer o contraponto, porque a audiência da TV Senado é nacional, do Oiapoque ao Chuí, do norte ao sul, do leste ao oeste, e é importante que restabeleçamos a verdade aqui para que as pessoas não fiquem pensando que existe em curso no Brasil um Estado de exceção.

Vamos só relembrar um pouco como aconteceram as coisas aqui no Brasil. Nós tivemos um pleito eleitoral, em 2014, em que a Presidente da República Dilma Rousseff fez um programa digno das produções de Francis Ford Coppola, digno de Hollywood, um programa eleitoral que vendia para os brasileiros um verdadeiro paraíso. Vendeu-se que nós teríamos, continuando no Brasil, o espetáculo do crescimento. Os brasileiros compraram isso.

Em 2015, logo após o pleito eleitoral, o que aconteceu? Uma coisa totalmente diferente. A Presidente entregou uma coisa totalmente diferente, principalmente na sua área, que era a área de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Era alardeada a todos os cantos deste País a competência da Presidente na área da energia. A Presidente quebrou o setor. A nossa economia derreteu.

Mas aí se pergunta: vai-se cassar uma Presidente porque a economia derreteu? Não.

Como bem dizem aqueles que defendem a Presidente Dilma, nós não vivemos num Estado em que o regime é parlamentarista: quando a economia não vai bem, quando ela não está bem no Parlamento, simplesmente, tira-se o Primeiro-Ministro. Na verdade, não. Nós vivemos num regime presidencialista.

Mas, no regime presidencialista, a Constituição nossa, no nosso caso, diz que, quando o Presidente da República comete um crime de responsabilidade, é julgado pelo Congresso. Isso já aconteceu no Brasil em outras oportunidades. E o próprio Partido dos Trabalhadores, em diversas oportunidades, aliás, em muitas oportunidades, pediu o *impeachment* de vários Presidentes. Aliás, de todos, antes do Presidente Lula.

O ex-militante do Partido dos Trabalhadores Eduardo Jorge chegou a dizer o seguinte: "Nós pedimos *impeachment* até do Presidente do Corinthians." Então, naquele momento, era considerada uma peça normal, um instrumento normal, constitucional. Mas o que aconteceu?

Quis o destino que justamente o Partido dos Trabalhadores tivesse um Presidente arrolado num processo de *impeachment*. Bom, e aí qual foi a saída? A saída foi criar um daqueles motes estilo Minha Vida Melhor; Minha Casa, Minha Vida; Programa de Aceleração do Crescimento; algumas peças publicitárias que se encaixavam como uma luva naqueles programas e que tinham um apelo de *marketing*.

E qual foi a peça desta vez? Não sei se deu tempo, não sei foi o João Santana que fez, mas rotularam. Isso não é novo, isso é uma prática que vem desde Lenin: quando você não concorda com alguma coisa, quando você não tem argumento para enfrentar alguma coisa, rotule, compare com alguma coisa ruim!

E aí resolveram fazer o quê? Comparar o *impeachment* a um golpe. Bom, mas não há tanque na rua, não há Estado de exceção, não há ninguém preso. A Presidente viajava tranquilamente e deixava o Michel Temer, a quem chamava de golpista no cargo, e, quando ela voltava, esse "golpista", entre aspas, devolvia o cargo para ela.

Mas o que era? Não é golpe. Mas por que é golpe? Porque é golpe.

E qual é argumento para isso? É dizer que se trata de uma conspiração internacional contra a política de melhoria social, contra a política de ajuda aos pobres. Um Senador chegou a dizer na Comissão do Impeachment que isso era uma conspiração internacional da direita reacionária juntamente com FBI. Bem, chegamos a ouvir isso. Mas o certo é que, para tranquilizar os brasileiros, esse argumento não se sustenta.

Agora, estão tentando fazer a política do medo, dizer que o Presidente Michel Temer está fazendo privatização e que isso vai acabar com o País. Na verdade, privatização não é uma coisa ruim. O próprio Governo da Presidente Dilma fez, e, aliás, só conseguiu fazer algumas estradas, porque fez privatização, embora chamasse de outro nome.

Começou num momento com as concessões híbridas, que eu chamo de privatização envergonhada, mas, depois, fez as concessões e funcionou. Privatização não é uma coisa ruim. Nós não precisamos, às vezes, que o Estado toque coisas, quando não dá conta de fazer.

Agora, estão tentando demonizar o Presidente: "Ah!, porque disseram que o Presidente recebeu o dinheiro de caixa dois ou pediu o dinheiro para..."

Gente, essas delações vêm sendo feitas, inclusive, por parte de pessoas participantes do governo da Presidente Dilma. "Ah!, porque o Presidente..." O Presidente Michel Temer não está respondendo a inquérito. A Presidente Dilma, sim. O Presidente Teori, ontem, determinou a abertura de inquérito contra ela e contra o ex-Presidente Lula.

Então, esse discurso de tentar desqualificar o Presidente Michel Temer não traz melhor sorte no processo da Presidente Dilma. "Ah!, a Presidente nunca cometeu crime." Bem, o MPF acha que cometeu. O João Santana diz que cometeu. A esposa do João Santana diz que ela cometeu. O Cerveró também diz. E, pasmem, o ex-líder da Presidente aqui no Senado também diz que ela cometeu.

Então, não é bem assim que existe uma oposição malvada que está querendo tirar a Presidente simplesmente por questões menores. Os crimes de responsabilidade, que apuramos e foram confirmados, são graves. "Ah!, o promotor disse que não aconteceu." Não é verdade – não é verdade! O promotor estava vendo um caso de crime comum.

E tentam a todo momento confundir crime comum com crime de responsabilidade. Crime comum, como já falei aqui, é quando um sujeito chega com um revólver na padaria e leva uma cesta de pão; o crime de responsabilidade é quando o mandatário quebra a economia do país e o padeiro perde a sua padaria. Então, crime de responsabilidade é muito mais grave.

"O *impeachment* não vale, porque foi o Eduardo Cunha quem começou. Há desvio de finalidade." Eduardo Cunha não tinha o poder, nem poderia, de negar o seguimento daquele processo. Por quê? É obrigação dele,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

tendo fundamentos, receber. Ele tão somente recebeu. Quem julgou foram os 513 Deputados, que ali estavam. Foi a maioria.

Então, temos um processo em que há maioria na Câmara, há maioria no Senado, respeitado todo o direito de defesa. E vou até exemplificar aqui com aquele personagem, como já disse, José Dias, de Machado de Assis, que gostava de um superlativo: a Presidente Dilma está tendo amplíssimo – com todos os acentos agudos que couberem – direito de defesa.

Acabamos de definir o rito, o roteiro do próximo julgamento. Gente, é uma coisa de louco. E, agora há pouco, o Senador Lindbergh disse que...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – ... estão tentando acelerar. Não é que estão tentando acelerar. Nós estamos cumprindo exatamente o rito que tem que ser seguido.

O que não podemos é delongar. E por quê? E aí vejo, em muitos momentos, alegarem a defesa do Brasil aqui, de ser o momento de se pensar no País. Agora mesmo, ouvi falar que o Michel Temer está com um saco de maldade. Na verdade, maldade são os mais de 11 milhões de desempregados. Isso é maldade.

Agora mesmo li o Twitter do Governador aliado da Presidente Dilma o Flávio Dino, tentando jogar esses desempregados todos nas costas do Governo. Não cita diretamente o Temer, mas, de forma transversa, a gente sente a intenção do Twitter dele. Então, já estão tentando largar a carga da mão e jogar tudo nas costas de um Governo que tem apenas dois meses de vida.

Peço mais um minuto, Senador Paim, e já encerro.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Só para tranquilizar a população brasileira: estamos num processo extremamente democrático, com suas instituições funcionando.

Agora, legítimo é o descontentamento da Presidente. É importante que ela venha aqui, porque nós temos perguntas importantes a fazer. Com todo respeito, mas é importante que ela, nesse momento, possa responder à Nação brasileira se mentiu ou não na campanha de 2014, se ela desrespeitou ou não o Congresso brasileiro, no momento em que emitiu decretos, sob a égide de um projeto de lei que ela tinha mandado para cá, mas já agindo como se ele fosse uma medida provisória. Que ela possa dizer isso aqui com toda clareza e dizer aqui, na frente dos Senadores, se ela acha que este Senado é golpista ou se ela usou isso somente como figura de retórica.

Ontem, a carta que ela mandou lamentei. Lamentei, porque não trouxe nada de substancial. A Presidente simplesmente se limita a mostrar um descontentamento e, ao mesmo tempo, ataca; não lhe traz a mínima sorte de poder angariar votos aqui. Minha avó dizia: "Quem quer pegar galinha não vai dizer xô." Eu esperava uma carta diferente, mas veio no mesmo tom.

Desde o momento em que começou esse processo, a Presidente tem se postado dessa forma. Ela não quis ir à Comissão do Impeachment, mas falou o tempo inteiro na imprensa que nós estamos num estado de exceção, que isso é um golpe. E, com todo respeito pela Presidente, pela ainda Presidente Dilma, ela não falou a verdade. Nós não estamos num golpe; nós estamos em plena ebulição das nossas instituições.

Tenho visto constantemente um ataque dos países bolivarianos, dos mandatários bolivarianos – Sr. Maduro e companhia limitada. Também vi ontem reverberar aqui críticas ao nosso chanceler.

Queria aqui, de pronto, mais uma vez, elogiar a postura do Governo brasileiro. O Brasil tem que se comportar como líder que é no cenário da América Latina, e não compactuar com governos de exceção que tentam, a todo tempo, imiscuir-se, entrar em questões internas brasileiras. Em determinado momento, até Pedro Stédile foi lá fazer discurso pedindo para que pudesse interferir aqui. No dia do *impeachment*, vários ônibus foram presos, em que mandavam manifestantes aqui para o Brasil.

Então, chegou a hora de o Brasil dar um basta. E quero parabenizar o Chanceler José Serra pela postura que teve ao mostrar o descontentamento do Brasil e dizer para o mundo que a Venezuela, nesse momento – e não confundamos Venezuela com Maduro –, infelizmente, está comandada por esse senhor que não nutre um bom respeito pela democracia.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - MT) – Portanto, a Venezuela não reúne, nesse momento, condições para estar no Mercosul, porque não cumpre a cláusula democrática, que é exigida para que os países possam participar desse bloco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. José Medeiros, o Sr. Humberto Costa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador José Medeiros.

De imediato, convidamos para usar a palavra, pela Liderança do PT, o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, antes de iniciar meu pronunciamento, quero registrar aqui também a minha satisfação, a minha alegria pela informação transmitida pela Presidenta Dilma de que estará aqui, no Congresso Nacional, no dia 29, para fazer a sua própria defesa.

Eu creio que essa não somente é uma demonstração de que ela nada tem a temer, como ela está muito segura de fazer a sua defesa e, mais uma vez, ainda que muitos sequer queiram ouvir, mais uma vez mostrar que não cometeu nenhum crime de responsabilidade que justificasse o *impeachment*.

Portanto, acho que é uma demonstração de transparência, de coragem. E vamos estar aqui ao lado dela, enfrentando esse debate no Senado Federal.

Mas, Sr. Presidente, hoje, pela manhã, o Congresso Nacional realizou uma de suas sessões solenes mais justas e mais merecidas. E como eu estava na reunião que definia o roteiro da votação do *impeachment*, não pude estar presente e apresentar o meu pronunciamento. Mas abrimos um espaço nesta Casa para saudar, com muita satisfação e com total espírito de justiça e solidariedade, os dez anos da Lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, que veio definir parâmetros para a luta contra a violência doméstica, a violência contra a mulher.

São dez anos nos quais o País começou a tentar mudar uma triste realidade. Na verdade, só começou, porque muito ainda precisa ser feito, muita coisa ainda precisa mudar. A violência doméstica ainda é uma chaga em nossa sociedade.

O Brasil ostenta uma triste marca, segundo a Organização Mundial de Saúde. Em um grupo de 83 países estudados, temos a quinta maior taxa de homicídios de mulheres do Planeta: 4.8 para cada 100 mil. Esta marca é de 2013 e é a maior desde o início dos levantamentos da OMS, em 2003. A cada hora e meia, uma mulher brasileira é assassinada.

O nascimento da Lei Maria da Penha, em 2006, pelas mãos do Presidente Lula, foi o primeiro passo para se tentar mudar esse quadro. Ainda não conseguimos chegar a níveis minimamente aceitáveis, mas criou-se um marco na guerra contra a violência de gênero. Uma guerra que nasceu da luta de muitas mulheres ao longo dos tempos, já que a covardia é ancestral. Mas que acabou simbolizada pela ação de uma mulher que disse "NÃO" e que rompeu com uma lamentável rotina que, como a ela, atingia (e ainda atinge) parcela expressiva das mulheres.

A luta de Maria da Penha, que esteve presente hoje nessa sessão, acabou influenciando decisivamente para definir os mecanismos de combate a essa vergonha nacional que é a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Tive a honra de participar dos trabalhos de outra lei que veio a complementar a Lei Maria da Penha, que foi a Lei do Feminicídio. Sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2015 esta norma passou a considerar como crime qualificado o assassinato de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, assim como qualquer tipo de menosprezo ou discriminação à condição da mulher. É uma lei que nasceu dos trabalhos da CPMI da Violência contra a Mulher, que teve a ex-Senadora Ana Rita, do PT do Espírito Santo, como Relatora.

Mesmo com os ganhos significativos que o País obteve no combate à violência contra mulher, ainda temos muito para avançar. Tive a oportunidade de apresentar um projeto de lei que ainda tramita neste Congresso, o PLS 443, de 2011, que assegura apoio financeiro temporário do Poder Público às mulheres vítimas de violência doméstica, já que, muitas vezes, elas não conseguem sair do lar ou concretizar aquela separação pela total dependência financeira que tem em relação ao agressor.

Apoiamos e defendemos o aprimoramento constante da legislação.

Pesquisas mais recentes do DataSenado apontam para necessidades urgentes que ainda precisam ser atacadas, mesmo com os avanços obrigados com a nova legislação. Para 63% dos entrevistados, a violência doméstica e familiar aumentou.

As agressões físicas ainda são majoritárias entre os tipos de violência, segundo 66% das pessoas ouvidas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

pela pesquisa do DataSenado. A violência psicológica cresceu 10 pontos percentuais. O ciúme e o consumo de bebidas alcoólicas são os principais estopins dessas agressões.

Outro dado importante diz respeito ao nível de instrução das mulheres agredidas. Apesar do desrespeito e da covardia não ter classe e atingir, sem distinção, todas as camadas sociais, é entre as mulheres com menor nível de instrução que se concentra o maior número de agredidas. Isto aponta para a necessidade de fazer chegar – e chegar urgentemente – informações sobre a legislação a todas as camadas da população.

É alarmante constatar que esse tipo de violência, que está enraizada no subconsciente de homens covardes e machistas, ocorre cada vez mais cedo.

Ao mesmo tempo, segundo o Mapa da Violência de 2015 – o mais recente a tratar do problema –, a violência contra a mulher cresceu em várias unidades da Federação. Em Estados como Roraima, chegou a quadruplicar, alcançando alarmantes 343,9% de aumento. O mesmo ocorre na Paraíba, que teve uma taxa de violência que cresceu 229,2%. Apenas cinco Estados tiveram redução em suas taxas: Rondônia, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco.

Entre os dados positivos surgidos à luz da Lei Maria da Penha está o estímulo que as mulheres passaram a ter para denunciar os seus agressores.

Nos primeiros três meses de 2016, por exemplo, foram apresentadas 19.751 denúncias, nada menos que 219 denúncias por dia. O medo ainda existe. Mas existe agora mais coragem para reagir e colocar quem agride mulher na cadeia, que é o lugar adequado aos covardes.

Pelo lado do Poder Público, muito precisa ser feito. O grau de dificuldades para que a mulher preste queixa contra o seu agressor ainda é grande, e muito precisa ser feito. Boa parte das delegacias da mulher ainda carece de estrutura mínima para atender às denúncias. Em algumas capitais, como é o caso de São Paulo, as delegacias fecham nos finais de semana, justamente o período em que, apontam as estatísticas, as mulheres ficam mais vulneráveis à violência doméstica;

Há muitas reclamações quanto à distância entre as delegacias e os centros de referência e apoio às mulheres em várias cidades brasileiras. Algumas delas sequer têm uma delegacia da mulher.

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Situações como esta acabam fazendo com que as mulheres agredidas cheguem até a desistir de ir à delegacia e prestar a sua queixa.

A violência de gênero é uma epidemia, um mal que atinge duramente a sociedade brasileira. Combater essa violência deve ser uma tarefa diária, ininterrupta, uma pauta sempre presente no cotidiano de todos os brasileiros;

É preciso combater na origem a violência contra a mulher. Acabar com a cultura da impunidade e com o machismo entranhado que existe na cabeça de muita gente que sequer admite a sua existência. É necessário ampliar essa luta e integrá-la a outras relativas à mulher, à sua participação no mercado de trabalho, à valorização do seu papel na sociedade.

É preciso que a cultura machista, misógina, discriminatória seja repelida permanentemente. O combate à violência contra a mulher pode e deve ocupar a vida do País, inclusive em postos de comando.

O país que elegeu, por duas vezes, uma mulher para a Presidência da República, mas também assistiu à sua destituição, no nosso ponto de vista, injusta e despropositada, já que não cometeu crime algum para isso, deve tomar para si a bandeira do combate à violência e à discriminação contra as mulheres.

Eu vou ceder um aparte a V. Exª, com muita alegria, Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Humberto Costa, eu queria me congratular com a abordagem, porque os dez anos da Lei Maria da Penha mereceram, oportunamente, no Senado Federal, hoje, uma sessão especial. Por conta de um requerimento de uma audiência pública para tratar de fibromialgia, acabei me concentrando, porque era requerente única, em ouvir as exposições de médicos e das autoridades sobre isso e dos representantes das vítimas portadoras dessa síndrome ou dessa doença. Também estávamos, logo em seguida, na Comissão de Relações Exteriores. Então, não pude estar aqui, mas eu queria me associar à manifestação de V. Exª na abordagem. Mais do que tudo, Senador, além de fazer a Lei Maria da Penha ser cumprida na penalização do agressor, nós precisamos também, dentre as maneiras possíveis, criar um ambiente sem violência, dentro de casa, na escola, no ambiente de convivência das crianças, porque, se uma criança, dentro de casa, tem um ambiente de violência, de não respeito entre irmãos ou entre pais, mãe e pai, nós não podemos esperar muita coisa dela, quando for adolescente ou adulta, porque o ambiente em que ela vive é hostil, de prática de violência. Então, V. Exª aborda muito bem: eu acho que não é só porque são dez anos da Lei Maria da Penha; é para cumprimentá-la também – porque viva está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

–, pela contribuição que a Maria da Penha deu, pela coragem de ter exposto seu problema. Ela é cadeirante hoje, vítima de uma gravíssima violência, e muitas mulheres brasileiras, a cada minuto, estão sendo agredidas, neste momento, no nosso País. Sou de um Estado, o Rio Grande do Sul, que é, digamos, cantado, em prosa e verso, como um Estado politicamente muito avançado, mas lá há índices de violência muito, muito elevados. Então, cumprimento V. Exª. E essa questão deve estar sempre na nossa agenda. Então, parabéns, Senador. Em nome das mulheres do meu Estado, também agradeço essa lembrança e essa reverência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu agradeço o aparte de V. Exª e o incorporo inteiramente ao meu pronunciamento.

Registro que V. Exª é uma das Senadoras e uma Parlamentar que tem se destacado nessa luta pela construção dos direitos da mulher e pelo combate à violência de gênero.

Os dez anos da Lei Maria da Penha, portanto, Sr. Presidente, encarnam o simbolismo de ser o ponto de partida, para que um dia o combate à violência de gênero não seja mais essa chaga que assola o nosso País.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância de V. Exª.

(Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Amorim.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Amorim. Bloco Moderador/PSC - SE) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Passo a palavra, logo em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Eduardo Amorim, recebi hoje, aqui, o comando de reitores, de diretores da Unipampa, que fica com a sede em Bagé, lá no Rio Grande do Sul. Disse a eles que eu tive a iniciativa, aqui, no Congresso, de apresentar a proposta da chamada Universidade da Campanha. E foi depois dessa proposta que aqui apresentei, depois de uma ampla discussão com os professores do meu Estado, que o Governo, muito corretamente, encampou essa proposta, assumindo a Universidade, então, o nome de Unipampa.

Quero registrar que, além de recebê-los, também chegou às minhas mãos um documento do movimento estudantil Juntos Pela Unipampa (Universidade Federal do Pampa), do meu Rio Grande. Esse documento tem o apoio dos professores, dos funcionários, da sociedade civil e da Câmara de Vereadores de Jaguarão. Aqui eles me falam das dificuldades financeiras dessa Universidade do Campus Jaguarão.

A Unipampa vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, cortes orçamentários nocivos ao seu pleno funcionamento. Havia, para o ano de 2016, um orçamento de R$84,6 milhões para o pleno funcionamento dessa universidade. No entanto, a Lei Orçamentaria Anual (LOA), para o mesmo ano, foi de R$55,8 milhões somente. Assim, com os contingenciamentos de março, o empenho foi definido como R$39,3 milhões para o custeio e investimento – ou seja, recursos discricionários –, estando contingenciado o montante de R$16,5 milhões.

É válida aqui uma breve recordação sobre a importância da implantação da Unipampa para o cunho social, econômico e político da região do Pampa, região que, historicamente, foi preterida. E, após a implantação dessa universidade, que contemplou dez cidades, já se viam reflexos, como a melhoria dos indicadores sociais, geração de emprego e aquecimento da economia não só da cidade polo, mas também de toda a região.

Como pode ser constatado, a Unipampa, além de ter grande importância na formação de profissionais para o mercado de trabalho e de futuros cientistas para a Nação, detém fortíssima valia socioeconômica, e seu fechamento ou sucateamento vai refletir diretamente em uma grande perda para toda a sociedade gaúcha e brasileira.

Creio que isso não vai acontecer.

Hoje pela manhã, recebi a visita do Reitor da Unipampa, Marco Antônio Fontoura Hansem, do Vice-Reitor, Maurício Aires Vieira, e do Pró-Reitor, Luís Hamilton Pereira Júnior, para acertamos ali o envio de emendas parlamentares. Eu, que mando emenda para os 497 Municípios do Rio Grande – não fica um Município sem receber emendas durante o meu mandato –, disse a eles que eu já mando toda a minha emenda individual, em torno de 10 a 15 milhões, para a UERGS, ou seja, para investir tudo em educação, não importando quem seja o governante – se é do PMDB, se é do PT, se é do PSDB –, pois o que importa é o investimento na educação para todo o nosso povo.

E eu disse a eles que, no caso da Unipampa, eu manteria esse critério, mas não o da emenda individual, porque essa, desde que aqui cheguei – não adianta pressão de cá ou de lá –, eu mando toda para a Uergs. Faço isso desde que cheguei a esta Casa.

Quanto à Unipampa, há as emendas parlamentares, outro modo de ajudar aqueles que mais precisam. Já me comprometi a fortalecer essa ideia, inclusive naquilo que me toca, acertando a indicação de emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

para a nossa querida Unipampa.

Eles saíram daqui – percebi eu – fortalecidos por essa visão que tenho de que a educação é fundamental para o desenvolvimento do nosso País, para combater a miséria, a violência, e fazer com que negros, brancos e índios tenham um lugar ao Sol a partir do conhecimento. E isso se dá naturalmente, pelo processo de educação.

Mas eu queria ainda, Srª Presidenta, Senadora Ana Amélia, fazer um registro: eu participaria, na semana que vem, de um grande evento na cidade de Pelotas – aquilo que venho fazendo pelo Brasil e pelo Rio Grande. Estou no segundo roteiro pelo Brasil e no segundo roteiro também pelo Rio Grande, que foi dividido em regiões. Pelo Brasil sigo o mesmo método, dividindo-o em regiões. Mas eu havia acertado que, na semana que vem, na quinta e na sexta, estaria na Região Sul. E já estava prevista a presença de cerca de mil líderes na cidade de Pelotas, para debatermos democracia, reforma da Previdência, direito dos trabalhadores. E aí entra tudo: terceirização, negociado sobre o legislado, desmonte da CLT, enfim, esses temas com os quais a sociedade brasileira está assustada, mas está discutindo. E isso é bom. É bom estar debatendo, discutindo e entrando em estado de alerta, não aceitando que sejam retirados direitos dos trabalhadores da área pública, da área privada e, principalmente – eu diria, pela mobilização que eles estão fazendo –, dos trabalhadores rurais, que serão os maiores atingidos, se aquilo que está sendo anunciado por todos os jornais do País se concretizar.

Eles ainda afirmaram, nesta semana, que, se o paciente – segundo eles, a economia – vai mal, é necessário um remédio amargo. Mas eu não estou percebendo, com esse discurso, que eles estão dando um remédio. O que eles estão dando é veneno para matar o paciente, e é isso que nós não aceitamos.

Por isso, eu quero aqui dizer que não estaremos em Pelotas e região...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... como havíamos combinado, no próximo fim de semana. Mas só protelamos para outra semana. Então, não será na semana que vem – seria quinta e sexta da semana que vem.

Neste fim de semana, assim mesmo, nós estaremos em Caxias e na região do Vale do Sinos. Estaremos na região de Caxias, fazendo esse bom debate, que está amplamente divulgado, já com o número de inscrições superado. Ou seja, não há mais espaço para inscrição...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a não ser que consigam um lugar maior. E iremos também ao Vale dos Sinos, em Sapiranga. Nós nos comprometemos, então, de, na primeira semana de setembro – porque nesse fim de semana estaremos nessa região –, fazermos a Região Sul.

Eu sei que todos entendem que esse debate – a discussão do *impeachment* – é fundamental, e aqui não poderá estar ausente sequer um Senador ou Senadora.

Srª Presidenta, neste momento, então, peço a V. Exª que considere na íntegra os meus pronunciamentos. Irei para outra reunião, que vai tratar dessa questão do *impeachment*, e depois irei para uma reunião no seu gabinete, conforme...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a informação que recebi... (*Fora do microfone.*)

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Só vou fechar com esta fala.

Eu, V. Exª e o Senador Lasier – que se encontra no exterior, se não me engano – vamos ter a alegria de receber o Senador Pedro Simon. Ouvi-lo, para nós, os três Senadores, tenho certeza, sempre é uma enorme satisfação, em uma conjuntura tão complexa, tão triste e tão dolorida para todo o povo brasileiro.

Obrigado.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 203, do Regimento Interno.) **(Vide item 2.1.2 do Sumário)**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Eduardo Amorim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª. Ana Amélia.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senador Paulo Paim, eu queria cumprimentá-lo e dizer também que para mim é uma honra receber no gabinete V. Exª e o Senador Simon, que é um exemplo para todos nós, políticos. Essa visita, especialmente, nos honra muito, por sermos conterrâneos do Senador Pedro Simon, que aqui, com o senhor, esteve bem mais tempo no exercício do mandato como Senador da República.

Também estarei recebendo, mais tarde, o Reitor da Unipampa, Prof. Marco Hansen, com os mesmos problemas abordados por V. Exª. Estamos juntos nessa causa também, Senador Paulo Paim.

Então, cumprimentos a V. Exª. Logo nos encontraremos.

E obrigada pela referência.

Passo a palavra ao Senador Eduardo Amorim, para falar como orador inscrito.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Senadora Ana Amélia, Srªs e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, espectadores da TV Senado, todos que nos acompanham pelas redes sociais, a nossa luta por melhoria nas condições de saúde, especialmente do povo sergipano, não é recente, não é de hoje. Ocupo esta tribuna para trazer, desta vez, uma boa notícia na área da saúde pública, especialmente do meu Estado, o Estado de Sergipe.

Pois bem, Senadora Ana Amélia: na última segunda-feira, o Ministro da Educação, Mendonça Filho, assinou uma ordem de serviço no valor de R$10 milhões, para a realização das obras no hospital universitário ligado à Universidade Federal de Sergipe, obras essas retomadas, sobretudo, para o Hospital Materno Infantil – R$12 milhões, sendo R$10 milhões este ano –, e para o anexo, onde será retomada a realização de transplantes no nosso Estado, o que não se faz há mais de seis anos. Lá nesse anexo também será colocada a unidade de oncologia da Universidade Federal de Sergipe. Para este ano, os investimentos girarão em torno de R$10 milhões; para o ano que vem, provavelmente, outros R$10 milhões. E aí as duas obras estarão totalmente concluídas.

O cuidado com a saúde sempre foi uma premissa de nossa atuação parlamentar e um exemplo disso está nas diversas emendas que destinamos aos Municípios sergipanos para que possam construir não só postos de saúde, mas adquirir materiais e equipamentos. Já destinamos emendas para o Hospital de Cirurgia, para o Hospital São José, para a Maternidade Santa Isabel, para o Hospital e Maternidade São José, em Itabaiana, para o Hospital de Capela, para o Hospital de Riachuelo, enfim, para as diversas unidades hospitalares do nosso Estado. Além disso, já propusemos mais de cento e oitenta milhões de reais para a construção do Hospital de Câncer no nosso Estado. É, com toda a certeza, uma das nossas principais bandeiras que nós temos defendido não só nesta tribuna, mas onde quer que estejamos.

Gostaria aqui de agradecer a direção do Hospital de Câncer de Barretos, que irá também se fixar na cidade de Lagarto, com uma unidade fixa e com uma unidade móvel. Unidade móvel essa que se estenderá à cidade de Itabaiana e mais cerca de 20 cidades do seu entorno.

Pois bem, Srª Presidente, o Hospital Universitário é uma unidade ligada à Universidade Federal de Sergipe, como já disse hoje, local de onde guardo boas lembranças. Lá eu estudei e lembro-me, claramente, dos dias de muito aprendizado e trabalho, dos amigos que fiz, dos pacientes que atendi, dos mestres com os quais muito aprendi. Saí de lá médico e hoje, como Senador da República, sinto-me imensamente feliz de poder retribuir tudo ou quase tudo, especialmente, ao Hospital Universitário.

Participei de algumas audiências com o Ministro Mendonça Filho e mostramos-lhe a importância da conclusão das obras de um anexo hospitalar, que será um centro de transplantes e de tratamento de oncológico, e da retomada da construção da Unidade Materno-Infantil, que lá está, há mais de quatro anos, com a obra completamente paralisada.

Sou muito grato, repito aqui nesta tribuna, ao Ministro Mendonça Filho e ao Presidente Michel Temer, que acolheram as nossas reivindicações e, de imediato, garantiram os recursos necessários para o Hospital Universitário. Cada real, Senadora Ana Amélia, investido em um hospital universitário tem uma dupla finalidade, uma dupla missão: ele forma, ele prepara, ele educa – e um exemplo disso sou eu, que fala a V. Exªs, que me formei naquela universidade –; e ele trata, ele salva, ele cuida. Então, quando investimos num hospital universitário, estamos investindo duplamente: na saúde e na educação.

Este é um momento de muita importância para a saúde pública de Sergipe como também para todos aqueles que fazem parte do Hospital Universitário, que é, sem sombra de dúvida, uma grande conquista.

Para o profissional da saúde, Senadora Ana Amélia, pior do que uma má remuneração – acredite – é uma má condição de trabalho. É você passar anos e anos se dedicando, estudando, preparando-se, qualificando-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

cada vez mais e, no momento de salvar uma vida ou de aliviar uma dor, você não ter o instrumento mínimo para fazer. Por isso, repito: para o profissional de saúde, pior do que uma má remuneração é uma má condição de trabalho.

Na última segunda-feira, realizamos uma visita ao Hospital Universitário, com a presença do Ministro da Educação. Lá, o Reitor da Universidade Federal de Sergipe, Prof. Angelo Antoniolli, informou-nos inclusive que os R$6 milhões já haviam sido depositados na conta da instituição.

Senadora Ana Amélia, esse é o comprometimento e o respeito com o dinheiro público, o zelo e o cuidado com a saúde da nossa população e da nossa gente. Promessas não foram levadas; os recursos, sim, foram levados de forma antecipada, e as obras serão retomadas. O Ministro Mendonça Filho nos garantiu que, em breve, serão liberados mais R$8 milhões para o Hospital Universitário.

O que vimos em Aracaju foi a garantia e o compromisso do Governo Michel Temer com a população sergipana, com a qualidade do curso de Medicina, através da Universidade Federal de Sergipe.

Esses recursos atendem, por um lado, a formação de médicos, de enfermeiros, de fisioterapeutas, de psicólogos, de profissionais ligados à saúde; e, por outro, contemplam a população atendida no Hospital Universitário.

Dessa forma, Srªs e Srs. Senadores, o Hospital Universitário cumpre o seu papel com excelência no atendimento à população e melhoria no ensino, sobretudo na área médica.

Como já mencionei, o anexo hospitalar vai possibilitar o tratamento oncológico e a realização de transplantes, conquistas de extrema importância, já que, em Sergipe – como já disse também –, temos apenas dois aparelhos de radioterapia, que vivem quebrando constantemente, e a fila é enorme.

Imagine, Senadora Ana Amélia, o desespero daquele que está numa fila para conseguir um tratamento, uma radioterapia e, a sua frente, encontra mais outras 400 vítimas de uma doença como essa. É extremamente desesperador, com toda certeza.

Como profissional da saúde, especialmente da oncologia, ouvi um técnico, um profissional da saúde dizer: "O aparelho quebrou, e não sabemos quando ele vai retornar". Quem luta com uma doença como o câncer sabe que a luta é contra o tempo e depende não só da precocidade do diagnóstico, mas também da velocidade com que o tratamento é instituído. A luta por si só contra o câncer já não é fácil. Quando não temos os mínimos meios necessários, com certeza, ela se torna muito mais difícil.

O Governo de Sergipe, Srª Presidente, demonstra não ter interesse em construir o nosso Hospital de Câncer. Para que tenhamos uma ideia da gravidade do que estou dizendo, mais de cento e dez milhões de reais em recursos destinados à obra já foram perdidos, orçamentariamente falando. Enquanto isso, o Instituto Nacional de Câncer prevê que, para este ano, em Sergipe, surgirão mais de 4 mil novos casos da doença em homens e mulheres, em pais, mães e crianças.

Entretanto, o Governo de Sergipe prefere continuar dando as costas à saúde, dando as costas ao povo em vários segmentos, mas uma chama da esperança foi acesa...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... e, a partir do próximo ano, o Hospital Universitário deverá realizar o tratamento oncológico para a nossa população, bem como a realização de transplantes.

Sergipe foi o pioneiro no Norte e Nordeste na realização de transplantes tanto de coração como de rim, mas infelizmente, há mais de seis anos, não fazemos sequer um desses tipos de transplantes, o que é muito triste para a população sergipana.

Vejam, Srªs e Srs. Senadores, que essa é a maneira com a qual o Governo do meu Estado trata a saúde pública, entretanto agora já estamos conseguindo mudar esta realidade, com o prosseguimento das obras do Hospital Universitário.

Gostaria de, mais uma vez, agradecer ao Ministro da Educação, Mendonça Filho, que priorizou, de forma muito rápida, a liberação do recurso, bem como o empenho pessoal do Presidente Temer, a quem, desta tribuna, faço questão de agradecer.

Srªs e Srs. Senadores, por último, mas não menos importante, gostaria de destacar que, com essas duas novas unidades no Hospital Universitário...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... temos a expectativa de que os últimos aprovados no concurso da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares para o Hospital Universitário sejam convocados e comecem a trabalhar o quanto antes, quem sabe ainda no final deste ano ou, no mais tardar, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

início do próximo ano.

Essa será mais uma batalha nossa, e vamos nos empenhar nessa luta até que todos sejam convocados.

Para finalizar, Srª Presidente – e serei muito rápido nisso –, gostaria de...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... informar que as inscrições para o projeto Jovem Senador 2016 encerram-se na próxima sexta-feira, no dia 19 de agosto, e o Senado Federal convida todos os estudantes de escolas públicas de ensino médio estaduais e do Distrito Federal, com até 19 anos, a participar dessa importante ação de educação política.

As melhores redações de cada Estado com o tema – abro aspas – "Esporte: Educação e Inclusão" serão premiadas, e os alunos vencedores virão a Brasília para atuar, durante uma semana, como Jovens Senadores. Temos recebido aqui bons projetos e boas ideias desses jovens.

Junto com seus professores e orientadores, esses estudantes conhecerão de perto o Poder Legislativo brasileiro e vivenciarão a experiência inédita de propor seus próprios projetos de lei, como já disse.

Os jovens não só são a geração do futuro, mas...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco Moderador/PSC - SE) – ... com certeza, são também a geração do agora.

Hoje é o tempo precioso que temos para oferecer aos nossos filhos uma educação política plena, capaz de contribuir para a sua formação, estimulando o pensamento crítico e a participação cidadã da nossa juventude.

O Jovem Senador é a responsabilidade social do Senado Federal em prol da educação dos jovens brasileiros.

Então, mais uma vez, faço aqui um apelo, um pedido para que todos participem, todos os estudantes de escola pública participem. As inscrições estão abertas até a próxima sexta-feira.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Amorim, a Srª. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, Senador Eduardo Amorim.

Eu cumprimento V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Por favor, Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – V. Exª pode posicionar, por gentileza.

A minha inscrição estaria em que ordem?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A lista de oradores está esgotada, porque já passou o nome de V. Exª, mas nós temos o seguinte: temos a Senadora Ana Amélia, que vai fazer uso da tribuna agora...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... para uma comunicação inadiável, eu e V. Exª. Falamos nós dois, e, depois, vou fazer Ordem do Dia. Tudo bem?

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, a lista é: depois dela, somos eu e V. Exª.

Senadora Ana Amélia, V. Exª tem a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Senador Jorge Viana, caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado.

Hoje a Casa celebrou os dez anos da Lei Maria da Penha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Penso, como fiz num aparte ao Senador Humberto Costa, que é sempre oportuno que a gente esteja relembrando para que essa ideia de acabar com a violência contra a mulher seja tocada ao coração de toda a sociedade brasileira, a começar, como eu disse, na escola e dentro de casa. E não apenas a violência contra a mulher, mas a violência também contra a criança, a violência contra as pessoas mais velhas, contra o idoso, a violência contra os homens. Nós temos que deixar de ser uma sociedade que está cada vez mais embrutecida, perdendo o senso do relacionamento humano naqueles valores que nós deveríamos prezar sempre.

E é exatamente por conta dessa violência que se fala da Lei Maria da Penha que falo de outra violência contra a mulher, que é uma doença, uma síndrome, um mal ainda não totalmente identificado na sua origem e que afeta, no Brasil, mais ou menos 5 milhões de brasileiros. Desses 5 milhões, eu diria que a maior parte é do universo feminino. São as mulheres que sofrem desse mal chamado fibromialgia.

Hoje, o Senador Edison Lobão convocou uma audiência pública, requerida por mim, para debater o tema da fibromialgia. Estavam lá o representante do Ministério da Saúde, muito competente, Dr. Sandro José Martins; o Dr. Paulo Renato da Fonseca, que é da Sociedade Brasileira para o Estudo da Dor, com sede em São Paulo; a Sandra Santos Silva, Presidente Executiva da Associação Brasileira dos Fibromiálgicos; e a médica Elia Kotaka.

Ali foram ditas muitas coisas a respeito dessa fibromialgia, que é uma doença que, como outras doenças, além da dor que provoca na paciente, ataca preferencialmente as mulheres – a cada 20 mulheres com fibromialgia, há apenas um homem, Senador Dário Berger.

Não há um sintoma claro, há uma dor violenta. Tão violenta que lá em Santa Catarina, hoje, entre as mensagens que eu recebi, havia a manifestação: "Tem horas que eu não suporto, e as pessoas não entendem. Há um preconceito. 'Está fazendo fita.' 'É maluca.' 'Está doida.'" A dor emocional é a segunda dor que a pessoa sofre: a dor física a pessoa já está sofrendo, aí vem o preconceito por ignorância do mal que a pessoa está sofrendo, da dor que ela está sofrendo.

Hoje eu ouvi uma frase interessante: "Deus aparece nas coincidências." E talvez o diabo nos detalhes. Mas nas coincidências, segunda-feira, eu encontrei, para tratar de fundos de pensão, num projeto do Senador Paulo Bauer, do seu Estado, Analice Leitão, que foi tratar dos temas relacionados ao fundo de pensão do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, do meu Estado. Ao final, ela disse: "Senadora, precisa ser criado o dia do fibromiálgico." Eu disse a ela: "Esse tema me é familiar, porque requeri uma audiência pública sobre o tema".

Hoje, quarta-feira, já fizemos a audiência pública e eu entendi um pouco mais da gravidade dessa situação, especialmente por envolver uma doença das mulheres, já que, a cada 20 pacientes, apenas um é homem. E de vários Estados, Acre, do Senador Jorge Viana, Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Distrito Federal, Minas Gerais, todos mandaram, porque o Senado divulga que está fazendo aquela audiência pública, e as pessoas mandam os seus depoimentos para registrar – no Rio Grande do Sul, Pelotas, Caxias do Sul, Porto Alegre –, para mostrar a dor que sofrem com isso e com o preconceito por não haver a inclusão dessa doença entre as doenças crônicas reconhecidas pelo SUS, para que haja um tratamento eficaz.

E, neste caso, para os especialistas ali presentes, o Dr. Paulo Renato da Fonseca, a Drª Elia Kotaka, que é especialista nesse assunto, o Dr. Sandro José Martins e a própria Sandra Santos Silva, que representou os pacientes de fibromialgia, o tratamento precisa ser complementar: fármacos, analgésicos, relaxantes musculares ou outros tipos de fármacos e, sobretudo, um tratamento complementar que tem no exercício físico um dos temas mais relevantes.

As pessoas sedentárias sofrem muito mais. O exercício físico é muito recomendado, a RPG, que é um exercício de postura corporal, e a acupuntura, que foi extremamente defendida ali. Então, várias atividades físicas são muito adequadas para o tratamento complementar junto com os fármacos.

Ali também se discutiu se, afinal, a doença é de origem neurológica ou de origem reumatológica. E o Dr. Paulo Renato da Fonseca disse que ela é de origem neurológica.

E também houve um questionamento sobre a questão da genética, porque muitas das pessoas que ligaram disseram que eram filhas de uma família em que a mãe, o irmão, a irmã ou a avó já sofriam desse mal. Portanto, uma relação com a genética pode ser estabelecida – pode ser. A ciência ainda não disse nada a respeito disso, mas o Dr. Paulo Renato mencionou as pesquisas que são feitas neste caminho.

Eu chamo atenção exatamente para este problema que envolve as mulheres, que não têm, às vezes, vontade de sair da cama, não têm vontade de sair de casa. Mas por contingência de não ter abrigo na lei – nem o médico, às vezes, tem conhecimento suficiente –, então ela é punida pela falta de identificação dessa dor, que é violenta, porque algumas dizem que pensam até – nem gosto de falar – no suicídio. Quer dizer, é tão grave a dor que a pessoa chega a falar dessa atitude radical, com a qual nenhum de nós concorda. E, absolutamente, ao falar aqui nesta palavra, estou me referindo à dor que estas pessoas sofrem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Recebi também manifestações desses pacientes no gabinete, também por e-mail, e senti a necessidade de vir aqui à tribuna para dizer que é preciso, sim, que a fibromialgia entre no rol das doenças crônicas para efeito não apenas de assegurar o tratamento pelo SUS, seja nos medicamentos, seja também na disponibilização das fisioterapias e de todas as outras práticas que são recomendadas, mas também para que haja um cuidado melhor e um preparo dos médicos que atendem, para que não haja também por parte do médico uma insensibilidade. Não digo que seja a maioria, mas, às vezes, há falta de conhecimento científico das características da natureza dessa doença. E é fácil identificar, pelo toque do dedo, o local que está doendo, e aí há a identificação dessa fibromialgia.

Que a gente faça exatamente a inclusão da fibromialgia entre as doenças que são doenças chamadas crônicas, para fins de tratamento.

Então, eu queria agradecer muito aos médicos que estiveram ali presentes para tratar deste tema. E quero dizer que nós vamos continuar, na Comissão de Assuntos Sociais, a abordar essa questão, porque ela interessa absolutamente a milhares de pessoas.

Cinco milhões de brasileiros sofrem dessa doença, nessa proporção. Como eu disse,...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... a cada 20 mulheres com fibromialgia, apenas um homem.

E que essa ideia de fazermos o Dia do Fibromiálgico sirva também de alerta à sociedade para um conhecimento maior desse mal que atinge tantas mulheres em nosso País. Trata-se de uma violência que eu diria considerável, como aquela que, por ignorância e preconceito, sofre a mulher que é vítima de violência e de agressão por parte de um homem insensível ou bruto que é o companheiro, ou amigo, ou namorado da mulher que sofre nas mãos de um homem covarde. Também a doença, quando não é reconhecida e é tratada com preconceito, é uma forma grave de violência contra a mulher.

Muito obrigada, Senador.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Cumprimento V. Exª. E quero dizer que hoje eu vim aqui cedo. Nós começamos o dia com o Presidente Renan, a Senadora Vanessa, que também representa, dentro da estrutura da Mesa Diretora do Senado, a defesa dos direitos da mulher, e a Maria da Penha, que estava aqui.

Então é a história, são dez anos de uma lei que o ideal é que não existisse, que não fosse necessária a existência dela, mas que trouxe uma proteção, que trouxe uma ação pedagógica, para que a gente entenda que uma sociedade não vai ser uma sociedade plena na convivência, na harmonia, na paz, se houver essa ação brutal sempre do homem contra a mulher, daquele que aparentemente tem mais força contra aquele ser humano que é, aparentemente também, mais frágil. Então acho que o Senado fez história hoje aqui, as Senadoras e os Senadores, e V. Exª, com o pronunciamento que fez.

Senador Cidinho Santos.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Parabenizo a Senadora Ana Amélia pelo pronunciamento em relação à Lei Maria da Penha.

E eu gostaria de registrar, Presidente, o falecimento – e apresentar um voto de pesar – do Dr. Walter Fidelis, que é ex-Prefeito de Cáceres, em Mato Grosso, ex-Deputado Estadual e ex-Secretário de Estado. Ele nasceu em Ibitinga, São Paulo, mas adotou a cidade de Cáceres, em Mato Grosso, em seu coração. Dedicou-se a contribuir para uma sociedade melhor, tanto na política quanto na advocacia. Era conhecido por sua inteligência e educação, mas principalmente por sua generosidade. Infelizmente o perdemos para um câncer, que o vitimou nesse domingo.

O Dr. Walter Fidelis deixa a esposa, D. Mary, e os seus filhos, o advogado Nestor Fidelis e o juiz Geraldo Fidelis. A todos, as nossas condolências.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu queria aproveitar e convidar ou convocar os Senadores e as Senadoras que estão nas dependências da Casa, porque nós precisamos apreciar autoridade. Vamos ter votação nominal imediatamente.

Eu vou fazer uso da tribuna, rapidamente, por cinco minutos, e depois o fará o Senador Dário Berger. Em seguida, nós vamos fazer a Ordem do Dia. Estive com o Presidente Renan. Então, peço às assessorias que informem aos Senadores e às Senadoras que nós vamos ter a votação nominal imediatamente, daqui a uns dez minutos, no máximo, e é importante a presença de todos.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Benedito de Lira, meu colega, meu companheiro, para que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

ele possa presidir, e eu fazer uso da tribuna como orador inscrito.

(O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Benedito de Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Benedito de Lira. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, colegas Senadores e Senadoras, todos que me acompanham pela Rádio e TV Senado, neste fim de semana, no Acre, vivi uma intensa agenda.

Ontem, do ponto de vista do calendário eleitoral, se inciou a campanha eleitoral para 2016, uma eleição diferente, sem a possibilidade das doações empresariais. Isso vai exigir uma mudança de atitude em todos aqueles que se candidatam nessas eleições, sejam vereadores, sejam candidatos a prefeito. Acho que o Brasil tem uma oportunidade de começar algo novo. Não podemos mudar o passado, mas podemos fazer as coisas diferentes daqui para frente.

Acho também que o desprestígio que a política vive não é sem razão diante da sociedade. É porque o modelo fracassou, independente de partido. Quem está pagando a conta maior é o PT, mas não há nenhuma outra força política que possa estar apontando o dedo, fazendo acusações sem que seja considerado que os erros são de muitos anos e atingem todas as forças políticas.

Estive em Cruzeiro do Sul, com a nossa candidata a prefeita Carla Brito, uma delegada, uma pessoa realmente gostável – eu gosto desse termo. Tive reuniões com lideranças, com os professores e professoras. Foi muito importante. Estive também no Município do Bujari, com o Clóvis Melo, uma pessoa que se preparou, já foi Prefeito e agora é o nosso candidato a prefeito, junto com o Galego; e a Carla e o Josinaldo em Cruzeiro do Sul, que é o segundo Município. Estive também em Senador Guiomard, com o Ney do Miltão e a Profª Silvelena, fazendo uma reunião com eles, me oferecendo para ajudar.

O mais importante foi uma reunião com o Reitor da Universidade Federal do Acre, o Prof. Minoru, e a Vice-Reitora, Guida. Fruto de minha ida à China, a convite do governo chinês, nós criamos a possibilidade de ter a ampliação de um convênio que existe hoje da Universidade de Pequim com a Unicamp, Senador Aloysio. O mais importante convênio que as universidades chinesas fizeram com as universidades do Brasil foi com a Unicamp. Então, hoje há um número enorme de chineses sendo treinados aqui no Brasil, inclusive na língua portuguesa e em outras áreas, e também de brasileiros indo para lá.

O Instituto Confúcio é um instituto que cria possibilidade de cooperações. E deixei um caminho aberto para fazer um anexo ou agregar, ampliar o convênio que tem com a Unicamp e incluir a Universidade Federal do Acre. E o mesmo sugeri para as universidades que ficam no caminho da possibilidade da construção da ferrovia. Não tenho dúvida de que isso é muito importante. A segunda maior economia do mundo hoje é a China.

Nós tivemos hoje uma audiência extraordinária – V. Exª presidiu – com o Marcos Caramuru, com o Antonio Patriota e também com o Embaixador que foi designado para a Colômbia.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Julio Bitelli.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Julio Bitelli.

Como tem sido na Comissão de Relações Exteriores, é uma escola, porque eles se dedicam, estudam, aprofundam o conhecimento sobre o País a que estão designados e compartilham com os Senadores e as Senadoras. Hoje não foi diferente. Foi a manhã inteira de debate. Aprendemos muito.

Tive o privilégio de, durante 15 dias, na China, a convite do governo chinês, vivenciar aquilo sobre o que o mundo está tão cheio de dúvidas, seja na Europa, seja nos Estados Unidos, seja em grandes economias como o Japão e a nossa brasileira. Na China não há nenhuma dúvida: o país segue crescendo.

É a segunda maior economia do mundo, vai passar a economia dos Estados Unidos. E eu diria isso tranquilamente: se alguém quiser conhecer um lugar no mundo onde as coisas realmente estão acontecendo tem que ir à China. É impressionante! O crescimento se dá em todas as áreas: da agricultura ao meio ambiente, à geração de energia, à indústria, aos serviços. Então, realmente foi muito importante.

Mas eu vou fazer um relato dessa viagem em outro momento. Hoje, era apenas para fazer esse registro, agradecer a acolhida que tive no Acre e dizer que eu vou trabalhar intensamente para que a Universidade Federal do Acre possa firmar um convênio com a Universidade de Beijing e nós possamos criar a oportunidade para os nossos alunos.

A última questão importante é que chegou hoje – V. Exª, Senador Aloysio, também já me designou como Relator – o acordo que possibilita a entrada do Brasil no Inbar, um instituto internacional de países produtores de bambu, que é a principal e a primeira organização internacional sediada na China, pela qual

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

o governo chinês tem um zelo muito grande. É um complexo de prédios construídos com a estrutura de cientistas trabalhando. Essa atividade envolve mais de US$30 bilhões, no que se refere aos produtos e ao valor agregado gerado a partir do uso do bambu.

O Brasil tem uma das maiores áreas de floresta de bambu natural e está fora dessa organização. Nós vamos, na semana que vem, fazer um debate – estou me preparando – e vamos aprovar provavelmente esse acordo. O Brasil vai institucionalizar a sua presença no Inbar. Com isso, abrir-se-á um horizonte enorme para aprofundarmos pesquisa, termos cooperação e relação comercial.

Só o Acre tem áreas de 700 mil, 800 mil hectares de floresta contínua de bambu. Entretanto, a gente não faz nenhum uso dela, não tem nenhum benefício com ela, porque não estabelecemos uma aproximação entre o conhecimento e o mercado. E a entrada do Brasil no Inbar vai possibilitar que a Funtac, minha organização de origem, de que eu sou funcionário, a Universidade Federal do Acre, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Acre e a Secretaria de Ciência e Tecnologia possam trabalhar, amparados na lei que nós aprovamos aqui, de ciência e tecnologia e de acesso à biodiversidade, com operações inclusive internacionais.

Então, estou muito animado com o retorno dessa viagem. E a boa coincidência foi que, quando V. Exª se ausentou por uma questão de outro compromisso, o Embaixador Caramuru disse: "É a melhor notícia a entrada do Brasil no Inbar, porque eu já vou chegar lá ganhando um pouco mais de prestígio com as autoridades chinesas".

Então, eles têm um carinho, uma atenção muito grande com essa organização. Eu vi lá as fotografias. O Presidente da China esteve várias vezes no Inbar para empoderar, para valorizar essa organização internacional, que foi a primeira organização internacional sediada na China.

Eu ouço V. Exª, Senador Aloysio, para poder concluir.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senador Jorge Viana, V. Exª sabe que, quando eu tive a notícia de que esse acordo tinha chegado à Comissão de Relações Exteriores, eu imediatamente pensei no senhor para relatar.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu agradeço.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Pela sua familiaridade com o tema, pela sua dedicação a essa matéria, que demonstrou amplamente quando da relatoria do Código Florestal. E também, em razão da sua formação de Engenheiro Florestal, eu imediatamente pensei no senhor. Quando o senhor veio falar comigo hoje, o senhor veio com a farinha, mas eu já estava com o pirão pronto. Eu tenho certeza de que será um excelente relatório, para aprovação desta medida. Eu aproveito a oportunidade em que V. Exª está na tribuna tratando de tema internacional para dizer que hoje fizemos três sabatinas excelentes, como o senhor reportou, ainda ontem outras duas. E eu falei com o Presidente Renan da conveniência de começarmos cedo a Ordem do Dia hoje de modo a podemos dar vazão a todas essas autoridades. Então, se V. Exª pudesse confirmar com ele e eventualmente até assumisse a Presidência, nós poderíamos já começar a esgotar esse rol de autoridades. Muito obrigado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito obrigado, Senador Aloysio. Aí, neste caso, vou usar da sua retórica. V. Exª está chegando com a farinha, eu já estou com o pirão pronto. Já estive com o Presidente Renan, o primeiro nome é o Embaixador Luiz Figueiredo. Nós vamos apreciar imediatamente. Só vamos ouvir o Senador Dário Berger e vamos abrir a Ordem do Dia. Há uma série de autoridades a serem apreciadas. Vou fazer agora mesmo, como você tem solicitado.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Vê que nós nos comunicamos por telepatia, caro Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Trabalhamos na mesma frequência.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mas eu queria então só concluir. Mais um minuto. Não mais. Quero dizer que, Senador Aloysio, eu sigo numa batalha. Está aqui uma proposta, aceitamos negociar, de uma resolução do Senado que altera um pouco o ICMS de combustível da aviação. Acho que dá para fazer um meio termo. Mas, veja bem, nas últimas três noites, eu não dormi, porque eu estava andando para o Acre, dentro do Acre e voltando para Brasília. Foram três noites sem possibilidade de fazer aquilo que o ser humano precisa: dormir, descansar um pouco. Por quê? Para chegar ao Estado do Acre, é só na madrugada, consumindo uma noite. Para andar de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, só consumindo uma noite. E também para voltar, como voltei hoje, saí 1h30 da manhã de lá, cheguei 6h30 da manhã. É impraticável um Estado se desenvolver com isso.

Então, eu faço um apelo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Está quase na fase final um entendimento com a Gol para que a gente possa voltar a ter voo de dia no Acre, com a reforma da pista de pouso que está sendo feita, com o novo terminal de passageiros em Rio Branco. O Governador Tião Viana se empenhou muito nisso. O Governo Federal tem sido parceiro, para nós termos o 737-800 de dia, fazendo um voo de dia para Cruzeiro do Sul. Faço o mesmo apelo à Presidente da TAM. É muito importante que a gente não tenha nenhum Estado da Federação tratado de maneira diferenciada dos demais Estados.

Era isso, Sr. Presidente Benedito de Lira. Vou reassumir. O Senador Dário Berger vem aqui para a tribuna, e nós vamos fazer a Ordem do Dia em seguida. Aproveito para convidar os colegas para que venham ao plenário. Vamos ter votação nominal já, já.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. PMDB - PB) – Com a palavra, pela ordem, eu concedo, pedindo a permissão ao Senador Berger, ao nobre Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu recebi agora há pouco, acompanhei o Senador Aécio Neves nessa audiência, o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento venezuelano, Deputado Luis Florido, que já tinha nos visitado aqui na Comissão de Relações Exteriores alguns meses atrás. Ele veio acompanhado de Carlos Vecchio, que é um importante dirigente das forças democráticas venezuelanas, que hoje está no exílio. Ele veio com dois objetivos. Em primeiro lugar, para nos dar um relato da situação do tratamento desumano de que é vítima um dos maiores líderes da política venezuelana na oposição ao Presidente Maduro, que é Leopoldo López.

Ele foi condenado a 14 anos de prisão, sem prova nenhuma que embasasse a sua condenação, num julgamento de um Poder Judiciário absolutamente teleguiado pelo Poder Executivo. Ele vive praticamente isolado, não recebe livros para ler, não tem oportunidade de se comunicar, a não ser uma vez por semana com sua família ou com seu advogado. É um tratamento absolutamente desumano e que o coloca na lista de um dos presos políticos que merece ser hoje objeto de uma grande mobilização internacional em defesa dos seus direitos, dos seus direitos de ser humano.

O segundo objetivo foi nos relatar sobre o andamento do movimento para a realização do referendo revogatório na Venezuela. Essa é a saída constitucional para resolver o impasse político em que aquele país se encontra. Se você tem um Poder nas mãos de um conjunto de forças políticas, o Poder Executivo e outros Poderes, um conjunto de forças políticas antagônicas a essas, Poderes que não se conversam, que se hostilizam, é importante chamar o povo para falar. E esse é o referendo previsto na Constituição.

É preciso que a Comissão Nacional Eleitoral marque o quanto antes esse referendo, que poderá ser a saída política, democrática, pacífica para esse impasse. E, em favor dessa mobilização, desse objetivo, já há programado uma grande manifestação na Venezuela no dia 1º de setembro.

Finalmente, ele será recebido agora pelo Ministro José Serra. E faço o registro, Senador Jorge Viana, de que o Ministro Mauro Vieira, ainda no governo da Presidente Dilma, já abriu pela primeira vez as portas do gabinete do Itamaraty para receber uma importante liderança venezuelana. Ele volta agora para uma audiência com o Ministro José Serra.

Essa era a comunicação que queria fazer, agradecendo a compreensão de V. Exª e do Senador Dário Berger.

(Durante o discurso do Sr. Aloysio Nunes Ferreira, o Sr. Benedito de Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, fica o registro do Senador Aloysio Nunes.

Passo a palavra ao Senador Dário Berger para que ele faça o seu pronunciamento.

E, mais uma vez, convido as Srªs e os Srs. Senadores, pois vamos ter votação nominal após a fala do Senador Dário Berger.

Com a palavra V. Exª.

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Jorge Viana.

Quero saudar os demais Senadores e Senadoras.

Venho à tribuna nesta tarde para abordar alguns temas que julgo da maior importância para o meu Estado de Santa Catarina. Na tarde de ontem, acompanhado dos representantes do Fórum Catarinense,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

especialmente do Senador Dalirio, que é o coordenador do fórum, participei de audiência no Ibama, para que pudéssemos discutir a agilização da liberação de autorização daquele órgão para obras do contorno da BR-101, que se encontra em execução na Grande Florianópolis.

E, no dia de hoje, da mesma forma, acompanhei o Senador Dalirio, que é coordenador do Fórum Catarinense, em uma audiência no ICMBio para tratar de divergências com relação ao Parque Nacional de São Joaquim. Estavam lá conosco representantes do Planalto Catarinense, especialmente de São Joaquim, e também estava, nada mais, nada menos, que o nosso Deputado Federal Valdir Colatto, representante do oeste catarinense, mas também de todo o Estado de Santa Catarina, um dos Deputados mais reconhecidos no nosso Estado e também reconhecido no Brasil, e que nos dá a honra da sua presença aqui, no momento em que faço este relato.

Pois, muito bem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a BR-101, que corta o Estado do Paraná com o Rio Grande do Sul, começa no Paraná e termina no Rio Grande do Sul, ou começa no Rio Grande do Sul e termina no Paraná, uma coisa óbvia, ela foi concluída no seu trecho norte, a ordem de serviço, melhor dizendo, foi concedida, o seu trecho norte, em 1993. Se nós fizermos as contas hoje, vamos chegar à conclusão de que, de 1993 para 2016, lá se vão cerca de 23 anos.

Essa rodovia, no trecho norte, eu não me recordo mais a data, mas ela foi concedida, foi pedagiada, e uma das obrigações da concessionária era a de realizar as obras do Contorno Norte, que liga o Município de Governador Celso Ramos a Palhoça, para tirar o trânsito pesado, sobretudo da região da grande Florianópolis, onde atualmente a situação é extremamente dramática.

Passado esse tempo todo, essa obra, de aproximadamente 30 quilômetros, está agora em andamento. Mas, pasmem os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, porque essa obra já deveria ter sido entregue em 2012. Nós estamos em 2016, e ainda indo ao Ibama, ao ICMBio, aos órgãos de controle para agilizar a liberação, para que a obra possa ter o seu andamento e ser concluída sabe lá Deus quando.

Na verdade, esse é o Brasil em que nós vivemos. É um Brasil que não anda, ou anda para trás, ou não anda com o tempo e com a agilidade que nós gostaríamos que ele andasse. Eu, que fui Prefeito de Florianópolis, posso testemunhar as dificuldades que nós temos hoje para entrar e sair de Florianópolis, para sair da Ilha de Santa Catarina.

O que é que acontece? O Governo continua burocrático, continua apresentando as dificuldades de sempre, as obras não avançam e, lamentavelmente, nós estamos a pagar um preço muito alto pelas obras que já deveriam ser concluídas. Vem dia, vai dia, vêm meses e vão meses, é o Fórum Catarinense que se empenha no sentido de desobstruir as entranhas e as dificuldades impostas normalmente pelo Governo Federal, e a coisa acaba não avançando como gostaríamos que avançassem.

Todos nós sabemos que um dos maiores problemas que nós enfrentamos hoje está relacionado à logística propriamente dita, as obras de infraestrutura urbana, notadamente num Brasil cujo modal é praticamente todo rodoviário.

Creio que posso afirmar com convicção que nós estamos atrasados, no mínimo, 20 anos nessa questão da duplicação das nossas rodovias. Exemplo disso é a BR-470, que já recebeu várias ordens de serviço, foram feitos inúmeros eventos naquela região, e a obra não sai do papel. A 470 é uma obra que sai de Navegantes e vai até o Planalto Serrano, hoje considerada uma das rodovias mais importantes de Santa Catarina, a "rodovia da morte". Praticamente não há um dia em que ali não haja um acidente. E as obras não acontecem por falta de recurso, por falta de empenho, por falta de dedicação, por falta de autorização, por falta de desapropriação. Lamentavelmente, essa é a triste realidade do momento.

A 280 é outra obra para a qual também já foram dadas, várias vezes, ordens de serviço, e não sai do papel. O eixo de Biguaçu, que liga Governador Celso Ramos à Palhoça, é outra obra que já deveria ter sido concluída em 2012, e, lamentavelmente, nós não temos data marcada para que ela possa ser concluída.

Portanto, na verdade, é com uma tristeza muito grande que eu assomo a esta tribuna para dizer que o Governo precisa agilizar as suas ações. O Governo precisa apresentar um plano mais ágil, mais dinâmico, com maior capacidade de realização, para que, efetivamente, se possam atender às dificuldades por que passa sobretudo o meu Estado de Santa Catarina.

Não há dúvida nenhuma de que um dos maiores problemas que nós enfrentamos hoje, Senador Jorge Viana, está relacionado à mobilidade urbana. E essas obras são importantes, são fundamentais, são essenciais, são vitais para o Estado de Santa Catarina. É através dessas estradas, dessas rodovias federais que circula a riqueza de Santa Catarina. Por isso nós não podemos medir esforços nem poupar recursos para que as obras possam ser realizadas num curto espaço de tempo.

Outro dia, numa audiência pública aqui na Comissão de Infraestrutura, pude questionar um senhor que estava sendo sabatinado para assumir uma diretoria do DNIT. E questionei por que, ao invés de nós darmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

essa ordem de serviço e não concluirmos nada... O Governo é o governo do lançamento. Ele lança a ideia, depois lança o projeto, depois lança licitação...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...depois lança a ordem de serviço, depois as obras não acontecem, e a inauguração, percebemos que não tem data marcada para acontecer. Eu questionei por que então, em vez de darmos a ordem de serviço da obra inteira, nós não fazemos o contrário: vamos dar ordem serviço de obras em trechos para que pelo menos possamos, no curto espaço de tempo ou no médio espaço de tempo, terminar parte da obra e, nos exercícios seguintes, fazer mais uma parte, até que efetivamente as obras possam ser concluídas e ficar prontas.

Não é o que acontece. Parece-me que falta planejamento. Parece-me que falta uma visão estratégica capaz de enfrentar esse desafio, que é importante, é essencial para o Estado de Santa Catarina.

Então, fica aqui o meu apelo...

(Interrupção do som.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ... porque, efetivamente...

Senador Jorge Viana. (*Fora do microfone.*)

Só mais um minuto da sua atenção para que eu possa concluir o meu pronunciamento, porque já estou em fase de conclusão.

Então, eu falava da BR 101. Vinte e três anos, e as obras ainda não estão concluídas no trecho sul. Vinte e três anos. Eu queria me recordar de como eu estava há 23 anos. Certamente sem nenhum cabelo branco. E, o que é mais importante, as obras até hoje não estão concluídas. A 470, já faz alguns anos que foram dadas ordens de serviço, e nada de ter um prenúncio, vamos dizer assim, da sua inauguração. O mesmo acontece com a 280 e a 282, uma rodovia importante, que liga o oeste catarinense ao litoral. É uma rodovia que precisa também...

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (PMDB - SC) – ...ser duplicada e precisa de atenção do Governo Federal.

Portanto, fica aqui o meu alerta, fica aqui a minha indignação, fica aqui, de certa forma, a minha revolta, porque, de fato, essas obras são importantes para o Estado de Santa Catarina, e não caminham com a velocidade que precisam caminhar.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu cumprimento V. Exª, Senador Dário Berger.

Atendendo à solicitação de Líderes, vamos...

(Soa a campainha.)

ORDEM DO DIA

Nós passamos, então, conforme entendimento com o Presidente Renan, solicitando mais uma vez a presença das Srªs e dos Srs. Senadores no plenário, apreciar a Mensagem nº 73, de 2016, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa:

MENSAGEM Nº 73, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 73, de 2016, pela qual a Presidência da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO , Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.*

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão de Relações Exteriores. O Relator fui eu. **(Parecer nº 738/2016 - CRE)**

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação da matéria, que, nos termos regimentais, deve ser procedida por escrutínio secreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

Peço que os colegas Senadores e Senadoras que estão no plenário – estamos atendendo a uma solicitação do Líder Aloysio Nunes Ferreira e de outros Líderes da Casa – façam uso do painel eletrônico e também que as assessorias comuniquem aos Senadores e às Senadoras que estamos em processo de votação nominal no plenário da Casa.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Mais uma vez, eu queria pedir aos Senadores e às Senadoras que estão no plenário... Estamos em votação nominal, em processo de votação. Peço às assessorias que informem aos Srs. e às Srªs Senadoras que estão nas dependências da Casa que estamos fazendo a apreciação da indicação do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado para a Embaixada de Portugal. A votação é nominal. É importante a presença de todos e de todas no plenário. (*Pausa.*)

Enquanto apreciamos a indicação do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e esperamos a chegada dos colegas Senadores para essa votação nominal, passo a palavra, para uso da tribuna, para a Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e Srªs Parlamentares, eu queria aproveitar meu tempo nesta tribuna para dizer que, hoje, houve a comemoração, Senador Benedito, dos dez anos da Lei Maria da Penha. Preparei um discurso, mas tivemos uma reunião com o Presidente Lewandowski acerca do procedimento na votação do *impeachment,* o que demandou um tempo maior do que o que esperávamos.

Mas, se me permitem fazer uma reflexão – acho que pode acontecer em boa hora –, quero dizer que nós temos – particularmente, eu, como representante do Estado do Espírito Santo – sido sufocadas por índices de violência neste País que não se justificam mais, a não ser que alguém não queira saber ou conhecer o que acontece no Brasil em relação às mulheres.

Ficamos aqui, todos os dias, Senadora Simone Tebet, organizando nosso pensamento legislativo, colocando mais demandas, aperfeiçoando outras leis. Temos de reconhecer de forma realista tudo o que temos feito até hoje. Não será pela inserção na política, não será absolutamente pela criação de novas leis, não será, de maneira nenhuma, pela construção de novas delegacias, não será pela Casa da Mulher Brasileira – foram lançadas algumas míseras casas, que estão espalhadas pelo Brasil, muitas sem conclusão – que iremos combater um comportamento cultural. Ele é tão cultural, Presidente Raimundo Lira, que, até hoje, não conseguimos entendê-lo.

Eu, que sou do Espírito Santo, vejo, a cada 20 minutos, uma mulher ser assassinada e estuprada, uma mulher ser desrespeitada. Nós mulheres estamos, desta tribuna ou da Câmara, registrando todos esses fatos. Comemoramos a Lei Maria da Penha, que, sem dúvida, até na ONU, foi registrada como um avanço e uma conquista. Mas o que conseguimos, Senadora Tebet, debelar no nosso País? Os resultados, Senadora, são ínfimos, porque nós não entendemos até hoje que, para combater esse processo cultural arraigado na sociedade há séculos, é preciso haver outro comportamento cultural, muito mais atual, muito mais responsável, na base da sociedade, do cidadão e da cidadã, na educação.

Quando há uma criança que sofre e convive com a violência dentro de casa, não há nada lá fora, na sociedade, para se contrapor a isso, não há nenhuma outra formação, nenhum outro comportamento que ponha nela a dúvida de se aquilo que ela vê e presencia, aquilo que ela sofre ao lado de sua mãe ou de sua irmã está correto ou não. É preciso que a gente vá para as escolas e, na base educacional, coloque a visão da igualdade entre os homens e as mulheres. É preciso que a gente vá discutir com os grandes Ministros da Educação, que fazem verdadeiras cátedras, sobre a formação profissional, sobre a formação tecnológica, sobre o aperfeiçoamento de doutorado, sobre toda essa formação acadêmica, sobre uma sociedade absolutamente injusta no tratamento da mulher. Há muito tempo, nós vimos brigando para que pudesse haver dentro da escola – para dividir o pensamento da criança, para ela ter o momento da dúvida dela – matérias de direitos humanos e de cidadania. Quando ele aprender o que é a igualdade, o que são direitos humanos, o que é cidadania, ele vai ter o lado dele, como cidadão, com a imagem de sua mãe, de sua irmã, de sua vizinha, de sua avó, de sua tia e até de sua namorada futuramente. E nós não temos esses elementos.

Então, confesso que, hoje, cheguei à sessão com um misto de sentimento de que nós poderíamos comemorar essa conquista mundialmente proclamada, divulgada, debatida, mas de que, do outro lado, as estatísticas nos mostram a terrível realidade das nossas mulheres brasileiras.

Todo dia, estamos, às vezes, aqui entre nós, debatendo se acrescentamos mais um item para assegurarmos mais uma pequena conquista ou um espaço, de qualquer maneira, para que as mulheres se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

sintam resguardadas e protegidas pelas instituições políticas do País. As instituições políticas não vão proteger as mulheres. Senadora Simone Tebet, Senador Tasso Jereissati, Senador Raimundo Lira, Senador Lindbergh, Senador Humberto, não é esta Casa que vai proteger as mulheres, mas, sim, a maneira de se formar a sociedade, que está exposta todo dia nos bolsões de pobreza e dentro das classes altas. Está exposta a mulher a qualquer tipo de violência a qualquer dia, a qualquer hora.

Criamos delegacias de mulheres. Sabem quantas são? Há uma nova cultura de haver essa delegacia, para, naquele momento, haver um lugar institucional protetor dos direitos da mulher. Nem 8% das cidades brasileiras têm uma delegacia de mulher. O que isso significa, Presidente Lira? V. Exª sabe, conhece minhas posições, é meu amigo pessoal. Isso significa que, quando os candidatos homens vão para suas plataformas, para as ruas, o último item que eles abordam é a questão dos direitos da mulher, da igualdade, da violência.

Até que ponto ficaremos fazendo sessões solenes todos os dias? Até que ponto ficaremos dizendo viva para nós, se não abordarmos, na base da estrutura da sociedade, a cultura secular da violência contra as mulheres?

Falo isso com um sentimento muito profundo, porque, no meu Estado, o Espírito Santo, não é um dia nem outro que madrugada adentro recebemos telefonemas para socorrer mulheres violentadas, estupradas, mortas, chacinadas pela cultura implantada também em nosso Estado, o Espírito Santo. Essas estatísticas estão próximas daqui, estão na Região Sudeste. Vamos olhar as do Nordeste e as do Norte e saber exatamente como é a realidade do Brasil.

Precisamos lutar, precisamos quebrar a espinha dorsal dessa recrudescente posição de que não somos capazes de fazer nada mais do que fazemos aqui.

V. Exª me honra com sua intervenção.

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Senadora Rose de Freitas, acompanhei o pronunciamento de V. Exª desde a primeira palavra. Não tive o privilégio de acompanhar o trabalho de V. Exª na Câmara dos Deputados, Constituinte que foi, tampouco os anos, os mandatos que teve na Câmara dos Deputados. Conheço apenas o trabalho de V. Exª como Senadora, mas posso afirmar, com toda a certeza, que V. Exª pode ter feito vários pronunciamentos iguais ao que está fazendo agora, mas que, com certeza, nenhum foi mais brilhante do que o que está fazendo. V. Exª toca, primeiro, numa questão que mancha a história do povo brasileiro, do Brasil. É uma questão que vai ao encontro do interesse de todas as mulheres brasileiras.

(Soa a campainha.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – Mais do que isso, V. Exª encontrou a raiz do problema. A Lei Maria da Penha fala de prevenção, fala de assistência e fala de repressão. Nós avançamos muito nesses dez anos no que se refere à assistência à mulher violentada, seja a assistência social nas Secretarias, seja a assistência os hospitais, que são obrigados, assim que percebem a mulher vítima da violência, a notificar os órgãos públicos. Nós avançamos na construção de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, na legislação sobre feminicídio, na punição mais rigorosa em relação aos infratores. V. Exª tem 100% de razão: nada disso é suficiente, nada disso seria preciso. Estamos apenas enxugando gelo, se não fazemos o dever de casa dentro das escolas. Não se trata de política de gênero, não se trata...

(Interrupção do som.)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ...de discutir sobre a violência contra a mulher única e exclusivamente no ensino médio com os adolescentes, mas de trabalhar com as crianças de tenra idade, de seis anos, de sete anos ou de oito anos de idade. É preciso tratar não só de violência contra a mulher, mas também de ética, de moral, de valores. Nem vou falar de Educação Moral e Cívica para não acharem que estamos querendo voltar à época da ditadura. Mas é preciso haver uma disciplina que trate da questão dos direitos humanos, da cidadania, do meio ambiente, do respeito às pessoas. Em uma mulher ou em uma menina não se bate nem com uma flor. Se conseguirmos educar as futuras gerações deste País, nós não precisaremos mais de políticas públicas de repressão. Então, V. Exª está sendo muito feliz no seu pronunciamento. Lamento ter de interrompê-la, mas o fiz por dever, porque estou realmente acompanhando, estou realmente satisfeita em ver que nossa Líder, a Líder do Governo, está antenada e entende, como poucas, o grande problema que é a violência contra a mulher, o que ela causa para a sociedade brasileira, para os meninos, futuros homens deste País. Uma em cada quatro mulheres sofreu, sofre ou sofrerá algum tipo de violência na sua vida adulta. Essa mulher traz a marca na alma...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

A Srª Simone Tebet (PMDB - MS) – ...mas, principalmente, a tristeza no olhar. É essa mulher que vai educar o futuro deste País, que são seus filhos. Como ela pode bem educar com tanta amargura, com tanta tristeza, com tanta marca no corpo e na alma? Essa é uma causa das mulheres e dos homens brasileiros. Parabéns pelo pronunciamento!

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu agradeço a V. Exª. V. Exª tem sido um baluarte nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senadora Rose, se V. Exª me permite, quero dizer que, pela fala de V. Exª, vi o quanto V. Exª estava emocionada, pela vivência que tem com esse tema, pela sua história, que representa a de todas as mulheres do Brasil. Nós tivemos uma sessão histórica aqui hoje.

Eu queria ver se era possível só abrir o painel. A senhora continua na tribuna, eu abro o painel, ponho em votação a outra autoridade, e V. Exª segue, porque acho que outros colegas vão querer apartear V. Exª.

Pode ser assim?

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Então, vamos fazer a abertura do painel e vamos apreciar, Senador Capiberibe.

Com a palavra V. Exª, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria que fosse colocada em votação a Mensagem nº 61, de 2016, sobre a indicação do Embaixador Norton para o Kuwait.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem, vamos fazer isso, então.

Peço aos colegas Senadores que venham...

(Procede-se à apuração.) **(vide item 2.2.1 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Fica, então, aprovada a indicação do Sr. Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado para representar o Brasil na Embaixada de Portugal.

São 41 votos SIM; 9, NÃO.

Uma abstenção.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – Sr. Presidente, quero só computar o meu voto administrativamente, Senador Wellington Fagundes.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Senador Capiberibe...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Paulo Rocha também chegou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – O Senador Paulo Rocha está com a palavra.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Sem revisão do orador.) – Só quero justificar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero, aqui, me associar já...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Só um minutinho. Deixe-me fazer a instrução da nova mensagem. Aí, depois, eu passo a palavra à Senadora Rose, e V. Exª vai...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A Senadora Rose ainda...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Ela está com a palavra, falando, inclusive, sobre a sessão que nós fizemos hoje, sobre os dez anos da Lei Maria da Penha.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT – RN. Sem revisão da oradora.) – Era só um apelo – sei que a Senadora Rose e todos os Senadores concordam com isto – para apreciarmos hoje o projeto de lei que trata da Defensoria Pública da União, assim como o projeto de lei que trata da valorização dos ACSs e dos ACEs, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Muito bem.

Mensagem nº 61, de 2016, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Norton de Andrade Mello, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein:

MENSAGEM Nº 61, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 61, de 2016, pela qual o Sr. Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. NORTON DE ANDRADE MELLO RAPESTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.*

Há, sobre a mesa, parecer da CRE. **(Parecer nº 739/2016 - CRE)**

Relator, Senador Fernando Bezerra Coelho.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos.

Passa-se à votação da matéria, que, nos termos regimentais, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu devolvo a palavra agradecendo a colaboração, porque assim, V. Exª vai poder usar um tempo maior, Senadora Rose, tratando de um tema que é tão importante para a civilidade brasileira que V. Exª vem trazendo à tribuna.

Com a palavra V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, apenas vou concluir – o Senador Hélio pediu um aparte – dizendo que, muitas vezes...

Pois não, Senador Dário.

O Sr. Dário Berger (PMDB - SC) – Senadora Rose de Freitas, quero aproveitar esta oportunidade para cumprimentá-la e enaltecer o pronunciamento de V. Exª nesta tarde, porque realmente aborda um assunto da maior relevância para o Brasil e, sobretudo, para as mulheres brasileiras. Acrescento que nada nos toca mais que a violência humana, sobretudo aquela praticada por "nós mesmos", entre aspas, pelos nossos semelhantes, numa situação de fragilidade que é recorrente, e, por mais esforço que nós estejamos fazendo, esses índices não estão diminuindo como gostaríamos que diminuíssem. Infelizmente, esta é a triste realidade do momento. E V. Exª aborda esse tema com conhecimento de causa – defensora, mensageira de boas notícias e de boas práticas aqui, no Senado Federal, como nossa Líder. E eu quero me congratular com V. Exª, quero me associar ao seu pronunciamento, parabenizá-la por abordar esse tema tão relevante, tão atual e tão necessário, uma vez que estamos completando uma década, vamos dizer assim, da Lei Maria da Penha, que contribuiu substancialmente para implantar no Brasil uma nova cultura, um novo momento, e estabelecer um novo horizonte; mas, infelizmente, ainda estamos muito longe de atingir os objetivos que a lei se propôs a atingir. Mas, de qualquer sorte, nós não podemos cessar os nossos esforços. Nós precisamos continuar avançando, nós precisamos continuar fazendo com que as leis possam ser aprimoradas e que possam ser mais bruscas, possam ser mais rígidas ainda, para que a violência praticada não só contra as mulheres, mas contra os nossos jovens, enfim, contra os homens também, possam ter a sua regulamentação oficializada e sobretudo a aplicação da pena exemplar, para que aqueles que cometam esse tipo de atrocidade possam ser punidos na forma da lei. Parabéns a V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Senador, eu agradeço. Conheço V. Exª, conheço seu caráter, conheço suas posições políticas. É quase um grito de socorro porque, na verdade, eu não acho mais que os expedientes usados até hoje são capazes de equacionar essa violência crescente no nosso País.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senhora...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Os índices são recrudescentes, eles são assustadores, eles chegam a ser revoltantes na maneira como insidiosamente eles agridem as mulheres, chacinam as mulheres, violentam as mulheres; e nós criamos leis cujas penalidades, cujos mecanismos não chegam a ser legitimamente um direito na defesa das mulheres. E eu digo isso porque hoje de manhã, quando eu entrava no Plenário, vinha outro Parlamentar e alguém perguntou: "O que está acontecendo aí?"; "Novamente aquela conversa de violência de mulheres". A minha coluna esfriou na hora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Nós estamos em 2016. Nós tivemos, Senadora Tebet, em 1988, promulgado o direito da titularidade da terra na Constituinte, Senador Renan, Presidente desta Casa. Na Constituição Federal, quando um homem que morava na terra com seus filhos e sua mulher falecia, a mulher tinha que ir embora com seus filhos, embora ela tivesse participado do esforço da construção, da exploração e da manutenção de uma terra produtiva. Portanto, eu queria dizer, Senador Dário, que é quase um pedido de socorro; que todos aqueles que forem para as campanhas políticas... E não se trata apenas de mulheres, "vamos filiar mais mulheres, vamos fazer mais mulheres candidatas" – trata-se de todos adotarem um comportamento, de defenderem publicamente e só apoiarem candidatos que tiverem o instituto de defesa da mulher.

Eu não acho essa história de "não se bate numa mulher nem com uma flor"... Não se bate em ninguém, não se agride ninguém, não se agride criança, não se agride idoso, mas a mulher tem uma questão cultural. Ou é porque a saia está curta, ou porque a mulher está com o decote extremamente insinuante, ou porque a mulher respondeu ao marido e, por aí afora, os argumentos – fora dizer, lembrar aqui neste Plenário o tal crime de honra. Crime de honra...

Eu concedo a palavra a V. Exª.

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Senadora Rose...

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Depois a senhora...

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – A Lei Maria da Penha, sem dúvida, representa um grande avanço. Vejo que a Bancada feminina no Congresso Nacional – V. Exª, as nossas outras Senadoras, assim como as Deputadas Federais – também tem prestado um bom trabalho com relação a essa causa tão justa da agressão à mulher, essas delegacias das mulheres criadas hoje no Brasil afora e tantas outras ações do Governo, dos governos municipais, estaduais e federal. Vejo, Senadora Rose, que nós precisamos dar um passo a mais com relação a essa causa tão justa. Há pouco tempo fiz uma ligeira pesquisa e constatei que a maioria dessas mulheres que são agredidas pelos maridos não possuem trabalho próprio, não têm a sua renda própria, não dão conta de ter o seu próprio sustento e também sustentar os seus filhos. Por isso, elas apanham do marido, saem de casa e, uma semana depois, voltam para aquele lar. Nós precisamos dar dignidade a essas mulheres, e essa dignidade é dada pelo trabalho. Temos que dar oportunidade a essas mulheres de terem renda própria para sua manutenção; é isso que nós estamos precisando fazer no Brasil. Eu tenho um projeto, que se encontra até hoje na primeira comissão, para que o Sistema S – Sesi, Senai e Senac – disponibilize 5% dessas vagas gratuitamente, que é o propósito do Sistema S, para essas mulheres, para elas se qualificarem e terem o seu próprio negócio, o seu próprio trabalho. Por exemplo, uma senhora no Tocantins que quer fazer um curso de cabeleireiro tem que pagar R$1.680,00. Se o Sistema S prover esse curso de qualificação, ela vai fazer o curso de cabeleireira, de manicure, vai colocar uma plaquinha na porta da casa dela, vai ter o sustento dela e dos filhos e nunca mais vai precisar apanhar desse marido. É esse o ponto que eu gostaria de colocar, Senadora Rose, para V. Exª e as demais Senadoras.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Temos que dar dignidade a essas mulheres, dar trabalho para que possam ter o seu próprio sustento. Aí, sim, elas não vão mais apanhar desses maridos, não tenho dúvida disso. Vamos dar trabalho a elas, vamos dar oportunidade a elas de terem o seu próprio trabalho. Obrigado, Senadora.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sem dúvida é um instrumento a mais para que a mulher possa se equilibrar numa sociedade.

Concedo um aparte ao Senador Hélio José. Depois eu gostaria de concluir.

O Sr. Hélio José (PMDB - DF) – Srª Senadora Rose de Freitas, V. Exª nos orgulha como Líder do Governo aqui no Congresso Nacional por pronunciamentos como esse, pela sensibilidade, pelo coração imenso e pela sabedoria. Ontem, tive o privilégio de, nesta tribuna em que V. Exª está, fazer um pronunciamento sobre os dez anos da Lei Maria da Penha e relatar, lamentavelmente, a constatação que V. Exª reforça aqui hoje: depois de dois anos da Lei Maria da Penha, houve um certo decréscimo, mas, de lá para cá, houve um aumento significativo da violência contra a mulher. Então, no início, houve um decréscimo por causa da repressão, de toda a situação, da pena, mas depois houve um aumento. Então, temos que fazer muitas coisas. Uma questão é acabar realmente com as desigualdades de tratamento. Todo mundo tem direito igual, a Constituição prevê isso, e precisamos garantir isso na prática, com oportunidade de serviço, com oportunidade de salários, tudo equivalente. Além disso, apresentei nesta Casa um projeto de lei que prevê que aquele dito crime de vizinhança... Muitas vezes, as mulheres são constrangidas e violentadas por seu vizinho, e o agente público, o delegado, a polícia não vai lá porque alega crime de vizinhança. Apresentei um projeto aqui para que seja enquadrado na Lei Maria da Penha aquele tipo de violência ou coação que está previsto nos artigos daquela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Lei. É muito importante garantirmos que quando uma senhora, ou uma menina, ou um jovem, ou qualquer pessoa, como V. Exª falou, tanto homem quanto mulher, for vítima de uma violência e for relatar o crime, seja ouvido, sejam tomadas as providências. Então, quero relatar que me orgulho de fazer parte do rol de Senadores aqui e conviver com V. Exª, pela presteza e pelo trabalho que V. Exª presta a uma causa tão importante para todos nós brasileiros. Muito obrigado, Excelência.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu gostaria, para concluir, de fazer um apelo a todos os Senadores que aqui estão. Todos participarão de uma campanha eleitoral; todos terão oportunidade de tratar de todos os temas que envolvem a vida em comunidade; todos terão oportunidade de aprofundar os compromissos que estão assumindo ao lado dos candidatos que apoiam; todos terão oportunidade de analisar o contexto da sociedade e o momento no qual estamos fazendo este pronunciamento, ressaltando aqui os números do meu Estado e do Brasil acerca dessa violência. Eu gostaria de fazer um apelo para que, em todos os palanques em que estiverem, não se esqueçam de falar dessa brutal violência que acomete o País e pedir, da parte daqueles que apoiam, o compromisso de participarem também dessa luta, para debelar por vez esse comportamento cultural – o que não será possível em menos de um século, se não mexermos na formação básica do indivíduo, seja homem, seja mulher.

Portanto, eu queria agradecer e dizer que, mais uma vez, ainda que enfadonhamente venhamos falar da luta das mulheres contra a violência, queremos lembrar que ela não será solucionada se não mexermos na estrutura básica da educação, oferecendo subsídios, dando àquela criança o direito de pensar se o que ele presencia na violência doméstica está certo ou errado. Um professor, em uma sala de aula, falando sobre direitos humanos e cidadania, pode colocar essa semente da dúvida e lhe dar, no futuro, a oportunidade de decidir qual caminho, qual comportamento, qual conduta irá tomar diante da sua companheira ou de uma mulher na sociedade.

Faço esse apelo e, sem dúvida, estou fazendo isso para cada candidato que apoio no Estado do Espírito Santo. Não há um vereador, um candidato a prefeito a quem eu não pergunte: "Onde está inserida, aqui, a luta de combate à violência contra a mulher?" – no pronunciamento, na prática administrativa.

Por isso, venho aqui fazer esse pedido, agora, e ressaltar ainda a minha indignação pessoal por estar em pleno século XXI, 2016, falando das estatísticas da violência contra a mulher.

Vamos ver na luta, na campanha presidencial. Todos vão subir ao palanque, todos vão falar de delegacia das mulheres. Vou registrar mais uma vez: nem 8% dos Municípios brasileiros têm delegacia de mulheres, muitos não têm varas, muitos não têm promotores que cuidam dessas causas. Portanto, é preciso transformar a estrutura institucional da sociedade.

E eu queria agora fazer um apelo ao Presidente desta Casa, Presidente Renan Calheiros. Nós temos uma pauta profícua, e com certeza nesses itens da pauta consta também a DRU. Eu sei que V. Exª tem a preocupação de colocar em votação esse dispositivo, a PEC que dispõe sobre a DRU, que é a desvinculação de órgão, fundo ou despesa, percentual estabelecido da arrecadação federal referente às contribuições sociais. Eu gostaria de pedir a todos os Senadores que, após as votações que antecederem à votação da DRU, permanecessem no plenário, para que nós pudéssemos ajudar que essa votação acontecesse na tarde de hoje.

Muito obrigado, Senador Dário, Senador Hélio e Senadora Tebet.

(Durante o discurso da Srª. Rose de Freitas, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Ciro Nogueira...

Senadora Rose, aguardaremos V. Exª. Quero em nome da Mesa cumprimentá-la pelo discurso.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. *Fora do microfone*.) – Na votação anterior, quero consignar na ata meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata consignará a manifestação de V. Exª.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Da mesma forma, eu estava numa audiência e gostaria que fosse consignado o voto com o meu Partido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata consignará a votação de V. Exª

Senadora Lúcia Vânia.

A SRª LÚCIA VÂNIA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - GO) – Também quero registrar o meu voto na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

votação anterior, favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aqui, mais uma vez, renovar o apelo para que a gente possa finalmente colocar em pauta, apreciar e votar o Projeto de Lei nº 32, que trata da Defensoria Pública da União, um projeto que já foi exaustivamente discutido, um projeto que tem a concordância deste Plenário pela sua justeza, pelo seu caráter meritório.

O Congresso Nacional, o Senado reconhece, sem dúvida nenhuma, o papel importante que desempenha a Defensoria Pública num país chamado Brasil, um país onde ainda há a necessidade premente da presença dos defensores públicos na defesa da cidadania, da cidadania principalmente do povo mais simples, do povo mais pobre. Não é justo, Sr. Presidente, há meses que esse projeto está aqui para ser apreciado, para ser votado, tanto é que ele já se encontra em regime de urgência.

Eu quero, inclusive, aproveitar a presença do Senador Aloysio, Líder do Governo, enfim, para que nós possamos finalmente tentar agilizar o calendário de votação da aprovação do Projeto de Lei da Defensoria Pública da União.

Igualmente, para concluir...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Igualmente, para concluir, também lembrar aqui do compromisso do Senado com relação ao projeto de lei dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate a endemias, que trata da questão da insalubridade, dos direitos previdenciários, etc., porque ficou, também, um compromisso nosso de que, logo após o retorno, após o breve recesso que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... nós tivéssemos, pautaríamos a imediata aprovação desses projetos.

É esse, mais uma vez, o nosso apelo.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente Renan Calheiros.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente. Sr. Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Vamos abrir o painel, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio e Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria que fosse consignado o meu voto ao Embaixador Figueiredo, que vai para Portugal, porque não pude estar aqui na votação nominal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª, Senadora Ana Amélia.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra V. Exª.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na sessão em que o Senado aprovou o regime de urgência para os dois projetos a que se refere a Senadora Fátima Bezerra, foi feito um acordo que consistiu no seguinte: aprovávamos o regime de urgência, mas queríamos que a Comissão de Assuntos Econômicos – num acordo heterodoxo, mas, uma vez que houve um acordo do Plenário, é perfeitamente admissível – fosse ouvida sobre essa matéria, porque há, sim, pontos a serem esclarecidos.

Eu me refiro ao projeto dos agentes comunitários de saúde. Uma questão que para mim e para muitos ainda não está esclarecida, eu me refiro inclusive a uma intervenção do Senador Cidinho, é quem vai pagar a conta. O Senador Cidinho apontou com muita justeza, na minha opinião, que boa parte dos custos decorrentes da execução do projeto recairão sobre os Municípios, especialmente os custos relativos à insalubridade, que é uma questão que ainda está sendo discutida na Justiça. É o Município que vai arcar com esses custos. E nós, que fazemos juras de amor aos Municípios permanentemente, devemos refletir sobre isso ou pelo menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

esclarecer essa questão no órgão técnico da Casa, que é a Comissão de Assuntos Econômicos. Não há nenhum prejuízo para ninguém se a Comissão se reunir e se debruçar sobre esse tema para esclarecer ao Plenário.

Em relação aos defensores públicos, que são uma categoria importante e uma categoria bem remunerada, aliás: os defensores públicos têm uma proposta de reajuste de seus vencimentos, que foi encaminhada pelo Projeto de Lei nº 274, a proposta do reajuste, pela informação que eu tenho – e era preciso conferir isso, pelo menos a informação que eu tenho –, prevê um aumento de 159% dos seus membros, entre os anos de 2012 e 2019.

Vejam bem, Srs. Senadores, 159% de aumento – é a informação que eu tenho, é preciso checar –, um percentual muito superior, por exemplo, ao da Advocacia-Geral da União e ao reajuste dos funcionários do Judiciário, que ficaram entre 40% e 52%, respectivamente. Além do que, Sr. Presidente, esse projeto de lei prevê a criação de mais 784 cargos em comissão e 362 funções comissionadas, num total de 1.146 cargos, quase 23 vezes o número de cargos atuais, o que vai gerar uma proporção de, aproximadamente, um servidor e meio por cargo criado.

Então, vejam V. Exªs que não é um assunto trivial; é um assunto que merece, sim, o exame da nossa Comissão de Assuntos Econômicos, para verificar o impacto disso e a comparação entre esse reajuste pretendido e aquilo que já foi concedido pelo Congresso em votações anteriores.

Soube que há dificuldade de diálogo entre os defensores e o Ministro do Planejamento. Eu me disponho a mediar esse encontro e favorecer um diálogo, para que nós possamos resolver essa questão e para que os defensores públicos possam voltar a trabalhar cumprindo o seu mister, que é tão importante, em vez de ficar aqui no Senado o tempo todo para pedir reajuste dos seus vencimentos.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi, com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um esclarecimento, como Presidente da CAE. Em primeiro lugar, o projeto dos agentes de saúde não está na CAE e não passa pela CAE; o despacho foi apenas para a Comissão de Educação e para a Comissão de Assuntos Sociais. Então, se tiver que passar pela CAE, teremos que aprovar um requerimento neste plenário, pois não tenho como colocar na pauta da Comissão esse projeto.

O outro projeto, que é o da Defensoria Pública, está em regime de urgência aqui no plenário. Nós fizemos uma audiência pública conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça e a CAE. Todas as questões relacionadas a esse projeto e as dúvidas foram esclarecidas. Inclusive, nessa audiência pública, estava o Ministro do Planejamento, Dr. Dyogo, que as esclareceu. Não há necessidade, por já estar em regime de urgência, que esse projeto retorne para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Existem, inclusive, dois requerimentos sobre a mesa solicitando a inversão de pauta. Então, eu pediria, Sr. Presidente, que nós pudéssemos votar esses dois projetos com regime de urgência hoje – um que não passa pela CAE e que não foi distribuído à Comissão; e outro que já foi objeto de audiência pública da CAE e da CCJ. Os outros projetos, nós já estamos pautando para a sessão de terça-feira. Agora, não dá para, com regime de urgência, voltar à Comissão. Eu tenho condições de fazer o parecer em plenário, inclusive, do projeto da Defensoria Pública.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Senadora, apenas...

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Veja bem, eu não desconheço e ninguém de nós desconhecia esse óbice regimental. Ninguém pode alegar que, naquela reunião em que nós aprovamos a urgência condicionada a um exame da Comissão – ainda que não seja sob a forma de um parecer formal votado pela Comissão, Senadora Gleisi, mas uma informação que fosse apurada por esse órgão técnico –, desconhecia que a aprovação de urgência poderia gerar um óbice regimental. Por isso é que foi feito um acordo que permite a V. Exª encaminhar esse projeto para a CAE. Esse acordo foi feito comigo pelo Senador Pimentel, que poderá confirmar os termos em que ele foi concluído.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para me congratular aqui com o Plenário pela aprovação do nome do Embaixador Norton, que eu conheço desde os áureos tempos do isolamento da Guiana Francesa. Ele foi Cônsul em Caiena e ajudou a nos retirar do isolamento. Trabalhou muito para que nós pudéssemos estabelecer uma cooperação importante do Brasil com a França, porque nós conseguimos construir juntos uma operação fantástica que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

permitiu à agência francesa de cooperação internacional financiar projetos no Brasil.

Portanto, eu fico muito satisfeito porque o Embaixador desde lá, em que era Cônsul, fez uma carreira brilhante no Itamaraty e agora vai para o Kuwait nos representar. O Plenário e esta Casa agradecem o trabalho do Embaixador. Parabenizo-o por mais essa conquista na carreira. Espero que um dia ele seja nosso embaixador na ONU.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Pimentel.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Depois eu, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na última sessão do Senado Federal antes do recesso, nós tínhamos um conjunto de projetos de lei e requerimentos para votar, e entre esses estava o da Defensoria Pública. Já eram mais ou menos 22h. Fiz um apelo ao Líder do DEM, ao Líder do PSDB – na época, o Senador Aloysio ainda não era Líder do Governo, mas participou do diálogo –, e está nas notas taquigráficas que nós aprovaríamos o requerimento de urgência e, por unanimidade, esses projetos tramitariam pela CAE. Chegamos ao ponto de detalhar que iríamos fazer um esforço para votar no dia 2 de agosto, na parte da manhã, na CAE, como estava como urgência não teria vistas, e nos permitiria, na parte da tarde, votar no plenário do Senado Federal. Essas, Sr. Presidente, foram as condições para que pudéssemos votar os dois requerimentos.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE) – Portanto, as notas taquigráficas são muito explícitas sobre isso. Se alguém tiver dúvida, podemos recorrer a elas.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, tem um complemento aqui com relação, primeiro, ao projeto de lei da Defensoria Pública da União: esclarecer que o que está para ser pautado aqui, ou seja, para ser votado, é o substitutivo, Senador Renan. E o substitutivo não tem absolutamente nada a ver com criação de cargos comissionados.

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso foi retirado. O que está aqui para ser votado diz respeito tão somente à questão da atualização mais do que justa do subsídio da remuneração.

Com relação aos ACS e aos ACE, mais uma vez eu quero aqui reiterar que isso, o Direito Previdenciário e o Direito Trabalhista, o que está na CLT, associado ao que também trata o projeto, da capacitação que será feita...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...pelas próprias escolas de capacitação de que dispõe o Governo Federal, as escolas de capacitação na área da saúde.

Então, mais uma vez...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ...fica aqui o nosso apelo. Não vejo mais razão nenhuma, absolutamente nenhuma, para ficar nessa enrolação, nesse protelamento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu já tinha pedido antes.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Primeiro o Senador Lindbergh e o Senador Ronaldo Caiado. (*Fora do microfone.*)

Em seguida, nós vamos encerrar a votação proclamar o resultado.

Eu queria fazer um apelo aos Senadores para que nós avançássemos na nossa Ordem do Dia. É muito importante. Nós temos uma matéria inadiável para ser apreciada hoje, que é a DRU. Ela já completou as sessões de discussão. Ela é muito importante para os Estados e para a União. Estamos devendo essa deliberação já há bastante tempo aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Senador Lindbergh, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, queria novamente entrar nesse debate sobre a questão da Defensoria.

Houve uma audiência pública, na CAE e na CCJ, com o Ministro do Planejamento, o Ministro Dyogo. O Ministro do Planejamento foi lá e disse que todos aqueles aumentos tinham sido negociados com o Governo, inclusive o da Defensoria. Houve audiência pública – repito – na CAE e na CCJ. Aí veio para cá.

Sinceramente, não sei o que o Governo ganha tentando empurrar isso. Há um desejo da Casa de aprovar logo esse reajuste da Defensoria. Não tem sentido isso voltar para a CAE neste momento. Então, queria fazer um apelo a V. Exª. Já está ficando chato, repetitivo. A gente sabe que nós vamos ter de votar isso aqui.

Faço um apelo a V. Exª, como Presidente do Senado, para que a gente delibere sobre isso. Vamos entrar com um requerimento de inversão da pauta. Acho que depois da votação da DRU, hoje, e da securitização, se for hoje, a gente poderia tentar votar essa questão e encerrar, de uma vez por todas, essa novela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos fazer isso.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é impressionante a falta de foco dos Senadores em um momento de crise, dos Senadores da base da ex-Presidente Dilma. Vejam bem o que eles estão discutindo aqui? Reajustar salários da Defensoria Pública. Vejam bem o que eles estão discutindo aqui!

No Governo da Presidente Dilma, durante três anos, não se reajustou em nenhum centavo o serviço nacional que trata exatamente do atendimento dos pacientes com problemas renais, especificamente hemodiálise. Nos três últimos anos do Governo do PT, houve zero de reajuste. Hoje nós temos 120 mil brasileiros tendo de recorrer aos serviços de diálise, e todos estão fechando. Hoje, uma sessão de diálise recebe, pelo serviço, em torno de R$179,00. Todos os serviços e todas as clínicas de diálise no Brasil estão fechando.

No Estado de V. Exª, Senador, existe apenas um serviço de nefrologia que faz diálise peritonial, na capital. No Estado do Amazonas, apenas um. No Ceará acredito que são milhares de quilômetros que o cidadão tem de percorrer, três vezes por semana. Nós estamos vivendo um caos na saúde. As pessoas estão morrendo sem ter direito a ter acesso a uma diálise peritonial, à uma hemodiálise. Vejam bem, estamos com 120 mil dependendo dessas máquinas, que estão hoje fechando no Brasil, e nós temos 5 milhões de brasileiros na fila para poderem avançar, infelizmente, em um processo de deficiência renal crônica.

Então, Sr. Presidente, não é possível que, nessa hora, esta Casa vá pensar no reajuste de quem tem estabilidade, em detrimento da saúde, que está totalmente sucateada.

Eu recebi hoje, Sr. Presidente, representantes da Sociedade Brasileira de Nefrologia. Os dados são estarrecedores. O cidadão, no interior de Alagoas, tem que andar três vezes por semana 200, 300, 400 quilômetros em uma kombi ou em uma van; retornar para casa debilitado e, em dois dias, retornar de novo.

Essa é a vida a que estamos assistindo. Esse é o Brasil como ele é. A vida como ela é é essa. Agora, será possível que as corporações vão ter o poder de sequestrar esta Casa e pautar o que interessa a algumas corporações aqui?

E a saúde do cidadão fica onde? Cadê o reajuste? Estão aqui os dados oficiais do Governo. Há três anos não há nenhum reajuste para a tabela da hemodiálise no País. Todas as clínicas de nefrologia estão à venda, sucateadas.

É preciso esta Casa ter a coragem de dizer que nós vamos tratar do que seja prioritário. Essa não é pauta prioritária em lugar nenhum, Sr. Presidente. Se nós quisermos mostrar que temos uma postura corajosa, cada um deve dar a sua cota de contribuição, poder cortar na carne, poder fazer desta Casa também um exemplo daquilo que deve ser cortado para superarmos um processo de crise que estamos vivendo.

Não é essa pauta agora... Aumenta reajuste de quem tem estabilidade para uma classe e para outra, porque tem o poder de mobilizar sobre Brasília...

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – E os cidadãos que estão nas filas da hemodiálise, do pronto socorro dos hospitais do Brasil hoje? Eles vão recorrer a quem?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Para o Ministro, o Ministro da Saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Qual é o *lobby* deles aqui no Senado Federal? Eu tenho paciência para ouvi-las...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sim, mas dentro do prazo regimental.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu peço, por favor, que respeitem o direito à fala. No momento, o Presidente me concedeu a palavra. O Presidente do Senado tem a prerrogativa de cortar a minha fala.

Aceito a decisão do Presidente. O Presidente me concedeu, ele saberá interromper no momento certo.

Por favor, vamos manter uma regra primária de educação: enquanto um fala o outro escuta.

Então, Sr. Presidente, a ponderação que faço com V. Exª...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Educação que ele tem...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – É inadmissível nós priorizarmos aqui reajuste para quem tem estabilidade, em detrimento de uma situação caótica por que passa a saúde brasileira neste momento.

Relato apenas um item. Discutiria outros temas, de outras especialidades. Falo apenas da área da nefrologia, hoje sucateada, acabada, fechada. Eu pergunto: onde estão os lobistas dos cidadãos com sequelas crônicas de rim para poder aqui cobrar o reajuste da tabela? Onde está essa estrutura? Cabe ao Senado Federal defender aqui quem já tem estabilidade para ser reajustado?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. *Fora do microfone*.) – V. Exª sempre defendeu.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Esse é o problema, é o problema da falta de prioridade. Quem vetou dinheiro para a saúde...

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – ...foi exatamente o Governo que está sendo destituído. Essa é a realidade, porque nunca tivemos orçamento para tal.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Por isso, Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Exª me concedeu e quero dizer que não é prioritário aqui quem já tem estabilidade, em detrimento da saúde da população brasileira e dos 12 milhões de desempregados pelo processo da mais ampla corrupção instalada no País.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, desculpe. Não dá para escutar...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos proclamar o resultado.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, não dá para escutar. É impressionante, Sr. Presidente.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – São os mesmos personagens. Eu lembro aqui da votação do Judiciário no ano passado, que era aumento de mais de 70 e tantos por cento!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Era pauta bomba, e essas mesmas figuras fazendo discurso aqui. Aí, de uma hora para outra, entenderam o que é responsabilidade fiscal.

Então, sinceramente, Sr. Presidente, é que passa até para a gente, é uma agressão a forma como foi feita essa intervenção. Todo o tempo, se tinha alguém que construía a pauta bomba aqui, são essas figuras!

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – De uma hora para outra, acordaram, estão pensando em responsabilidade fiscal. É o mínimo, Sr. Presidente, pedir coerência aqui. Não dá para mudar de posição em três meses, ter uma posição aqui, agora. Porque o Temer assumiu, de uma hora para outra, mudam radicalmente.

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Por isso, eu faço aqui esse protesto contra essa fala anterior, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Lídice.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não vou solicitar de V. Exª que me dê o mesmo tempo que V. Exª deu ao Senador que me antecedeu antes do Senador Lindbergh, porque creio que isso seria abusar da paciência dos outros Senadores do Senado Federal. Peço a V. Exª que tenha, portanto, rigor com todos os outros.

Agora, tenta-se aqui estabelecer uma falácia de comparação entre questões que dizem respeito à saúde, são emergentes e são urgentes – e o Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, tem que apresentar soluções, e o Senado estará disposto a analisar, pelo menos da minha parte, e ajudar a resolver – com aquilo que aqui está se tentando criminalizar, que são aqueles agentes públicos que defendem o povo que não tem acesso à Justiça. Isso, sim, é um absurdo, porque esses mesmos que defendem isso não têm coragem de se colocar contra o aumento, como não tiveram antes, dos funcionários do Judiciário, que já votamos este ano e favoravelmente, mas contra aqueles que, dentro da carreira jurídica, são responsáveis por garantir o acesso à Justiça, ao povão, àquele que não tem dinheiro para pagar advogado. Aí, claramente, insurgem-se aqui os chamados corajosos, que coragem alguma têm, porque estão fazendo exatamente uso da sua força e da tentativa de fazer aqui uma disputa que não existe para ir justamente contra a parte mais fraca do Judiciário brasileiro.

(Soa a campainha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – O meu repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Fátima, eu vou anunciar o resultado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, Sr. Presidente. Bem breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Exª já falou neste intervalo, que eu peguei já em curso, três vezes! Três vezes!

Senadora Regina.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, eu queria dizer assim: quem mandou esse projeto de lei para cá foi o Governo que está aí. Mandou de várias categorias. Nós aprovamos várias. Por que defensor público a gente não aprova, que é a menor categoria, que representa 0,1% em todo o montante do reajuste? Então, não é justo com eles.

Segundo, quero dizer que a quem faz aqui o discurso da saúde, quem está querendo trazer para cá o congelamento ou o rebaixamento das despesas de saúde é o Governo que está aí também, que está mandando um projeto de lei que, se passar arrebenta com a saúde e com a educação de vez.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encarrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) **(vide item 2.2.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 56; NÃO, 5 votos.

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Norton de Andrade Mello para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Kuwait.

Eu queria propor aos Senadores nós avançarmos na votação das autoridades. Nós temos mais três autoridades. Logo em seguida, nós deliberaremos sobre a DRU e aí trataremos dessas questões remanescentes, que continuam na Ordem do Dia. Se nós seguirmos dessa forma, eu acho que será muito bom. Senador Benedito, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – No encaminhamento de V. Exª a pretensão é que submetamos à apreciação do Plenário somente a DRU na Ordem do Dia de hoje?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Discutiremos a DRU, mas transferiremos esse debate sobre votações, que remanescem na pauta, para logo em seguida à DRU, senão nós vamos interromper as votações. Não é melhor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está bom? Está bom, Senador Randolfe?

Mensagem nº 64, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado, do Embaixador Julio Bitelli, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia:

MENSAGEM Nº 64, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 64, de 2016, pela qual a Presidência da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. JULIO GLINTERNICK BITELLI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.*

(Parecer nº 740/2016 - CRE)

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – Presidente Renan.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – É que na primeira votação, nas duas últimas votações, eu votei, mas na primeira eu não votei. Votei com a orientação do meu Partido.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará. (*Fora do microfone.*)

Faço um apelo aos Senadores para que permaneçam no plenário. Vamos ter votações importantes a seguir.

Se todos já votaram, vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Eu faço um apelo aos Senadores para que permaneçam em plenário.

Senador Edison Lobão, Senador Roberto Requião, nós vamos ter votações importantíssimas a seguir. (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração.) **(vide item 2.2.3 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 46; NÃO, 3.

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Julio Bitelli para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Mensagem nº 72, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Embaixador Marcos Caramuru de Paiva, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

MENSAGEM Nº 72, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 72, de 2016, pela qual a Presidência da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.*

(Parecer nº 741/2016 - CRE)

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Valadares.

Senador Ricardo Ferraço, aniversariante do dia, os cumprimentos de todos nós.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Presidente, Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - GO) – Eu gostaria que registrasse meus votos nas duas votações anteriores, aprovando os dois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Nós vamos proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.4 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 49; NÃO, 3.

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Marcos Caramuru para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China.

Mensagem nº 79, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome Embaixador Antonio Patriota para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino:

MENSAGEM Nº 79, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 79, de 2016, pela qual a Presidência da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.*

(Parecer nº 742/2016 - CRE)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faço um apelo aos Senadores para que permaneçam no plenário, pois vamos ter hoje votações importantíssimas.

Nós ontem, numa rápida conversa com os Líderes, Senador José Agripino, elegemos uma pauta mínima para ontem, hoje, terça-feira e quarta-feira. Na quinta-feira, começará o julgamento da Presidente da República. E, na semana seguinte, nós vamos nos reunir, na terça-feira, para discutir uma pauta de médio prazo e a compatibilização do funcionamento do Senado com a realização das eleições municipais...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, sobre essa pauta...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... a exemplo do que já fez a Câmara dos Deputados.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sobre essa pauta – como a reunião foi muito rápida, quando eu cheguei, ela já havia acabado –, na próxima semana, nós vamos começar o julgamento na quinta-feira, teremos a sexta-feira, e, pelo que ficou decidido hoje, na reunião, se as testemunhas não acabarem, vamos entrar no sábado e, se não acabar no sábado, vamos entrar no domingo. Na segunda-feira, novamente, é o dia da vinda da Presidenta. Depois, na terça-feira, começam as discussões, que devem adentrar a madrugada, e encerraremos na quarta-feira.

Eu perguntaria se V. Exª, com esse ritmo todo, tem certeza de que faríamos sessões ordinárias na terça-feira e na quarta-feira da próxima semana, porque vai ser um ritmo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, na próxima. Eu estou falando da próxima, porque começa o julgamento na quinta-feira. Eu queria perguntar o que teríamos na terça-feira e na quarta-feira, porque vamos ter um ritmo muitíssimo pesado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Na terça-feira, nós vamos ter sessão do Congresso Nacional. Nós precisamos concluir a apreciação dos vetos e precisamos votar alguns créditos que estão sendo cobrados pelos ministérios, inclusive para pagamento salarial. De modo que é inadiável...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... essa decisão do Congresso Nacional.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Na terça-feira?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Terça-feira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Às 11h.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exª faz o oposto do que faz a Câmara. A Câmara liberou, e V. Exª, na verdade, vai...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, é o contrário. Nós...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Vamos colocar uma pauta de 15 dias seguidos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, nós convocamos o Congresso em função da convocação da Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Porque a Câmara, nesta semana, não funcionou e, por isso, nós deixamos de realizar a sessão do Congresso Nacional.

Com relação ao julgamento, ficou encaminhado hoje, com os Líderes e com os Senadores presentes, o roteiro do julgamento. Nós...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Exatamente.

Nós vamos começar o julgamento, na quinta-feira, às 9h da manhã, e, a partir do início da sessão da quinta-feira, nós vamos ter a oitiva das testemunhas. São seis testemunhas de defesa e uma testemunha, por enquanto, duas, mas a informação é que nós teremos apenas uma testemunha – não sei se é verdade – de acusação.

Ficou definido o rito de que nós esgotaremos até às 9h da segunda-feira. Se for o caso, vai funcionar, no sábado e no domingo, para concluirmos a oitiva das testemunhas, porque, às 9h da segunda-feira, a Presidente será convidada para fazer o seu depoimento. Depois do depoimento da Presidente, nós teremos a discussão dos Senadores; quantos se inscreverem falarão por até 10 minutos. Em seguida, nós teremos o prazo para a Defesa e para a Acusação, e começa a votação.

Eu tenho uma estimativa muito otimista com relação à conclusão. Eu acho que, se houver dedicação, como nós esperamos que haja – e essa tem sido a prática inafastável do Senado Federal –, nós poderemos ter essa decisão ainda na madrugada da segunda-feira ou, no mais tardar, na manhã de terça-feira. Senador Lindbergh Farias.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Nós vamos ter outras votações.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Requião.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Presidente, eu gostaria de registrar o meu voto "sim", porque não deu tempo de eu votar.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente, o sistema de registro de voto não está funcionando adequadamente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Eu tentei em três postos aqui e não consigo votar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará, Senador Roberto Requião, a manifestação de V. Exª.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só uma sugestão então.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A do Senador Romero Jucá também.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Para nós seria melhor, já que quinta-feira começa aqui o julgamento, se V. Exª conseguisse acertar com o Presidente Rodrigo Maia de a sessão do Congresso acontecer na quarta-feira. Eu trago isso aqui como sugestão, porque facilitaria para todo mundo num momento como este em que começam as disputas eleitorais nos Estados.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal, com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

oportunidade – e isso foi objeto de muito debate aqui, no Senado, ontem –, eu acabo de saber por um jornalista que o Chanceler uruguaio telefonou para o Chanceler brasileiro se desculpando por aquilo que saiu na imprensa.

Portanto, está feito o registro sobre o qual se gastou muita saliva ontem aqui e até de uma forma muito agressiva, sem mesmo se checar a veracidade da informação. Agora temos um reconhecimento, por parte do Ministro uruguaio, de que aquilo realmente não teve ou não tem procedência, e ele esclareceu isso ao Ministro José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Agradecemos a informação de V. Exª.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.5 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 41; NÃO, 3.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Antonio Patriota, com os cumprimentos do Senado, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Pela ordem.

Eu estava aqui atendendo aos companheiros e não votei, mas meu voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará, com satisfação, a manifestação de V. Exª.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP. Sem revisão do orador.) – Entretido nos debates, acabei não votando nessa figura que honra muito a diplomacia brasileira, que é o Embaixador Antonio de Aguiar Patriota. Então, eu queria que a Ata justificasse meu voto favorável a essa figura que dignifica a chancelaria brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mensagem nº 38.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Da mesma voto, quero justificar meu voto.

Senador Raupp aqui, no fundão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valdir Raupp, a Ata registrará a manifestação de V. Exª.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Cheguei um minuto atrasado, Sr. Presidente, mas votei na Comissão de Relações Exteriores pela manhã.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não tenha, com relação a isso, nenhuma preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Mensagem nº 38, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Embaixador Flávio Macieira, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá:

MENSAGEM Nº 38, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 38, de 2016, pela qual a Presidência da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. FLÁVIO HELMOLD MACIEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.*

(Parecer nº 743/2016 - CRE)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Eu queria que V. Exª registrasse meu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

voto na anterior.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação do Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Presidente, meus parabéns à Comissão de Relações Exteriores pela produtividade legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com os nossos cumprimentos à Comissão de Relações Exteriores.

Se todos já votaram, nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senadora Vanessa Grazziotin, Senador João Capiberibe, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Lídice da Mata.

Senador Roberto Requião, com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós estamos com um problema de comunicação, mas eu acabo de fazer uma ligação para o Arlindo Chinaglia, no Uruguai, que é o nosso representante no Parlasul, e a informação que eu tenho é de que o Serra conversou com o Novoa e que o Serra pediu desculpas para o Novoa, pela impropriedade e grosseria que fez. Ficam as duas versões no plenário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu queria que registrasse meu voto "sim" nas votações anteriores, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. Senador Moka.

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.6 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 49; NÃO, 3.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Flávio Macieira, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Mensagem nº 46, Senador Ricardo Ferraço, pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Embaixador Antonio Luis Espinola Salgado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia:

MENSAGEM Nº 46, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 46, de 2016, pela qual a Presidência da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. ANTONIO LUIS ESPINOLA SALGADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia, e, cumulativamente, na República do Uzbequistão, desde que obtido o agrément do governo desse país.*

(Parecer nº 744/2016 - CRE)

As Senadoras e Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi e Senador Reguffe na sequência.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Só para justificar. Na votação anterior, eu não estava presente. Justificar o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Senador Reguffe, com a palavra V. Exª.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aproveitar este momento em que estamos votando a indicação de um Embaixador para atender cumulativamente a Rússia e o Uzbequistão, para dizer que o gasto com as embaixadas nesse País é extremamente excessivo. Penso que se deveria fazer uma reforma que juntasse algumas embaixadas em alguns lugares.

O que se gasta com essas embaixadas num País que precisa de tantos recursos em outras áreas é, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

minha concepção, um gasto desnecessário e um verdadeiro crime com o contribuinte brasileiro. Eu penso que nós poderíamos juntar uma série de países para que o Embaixador respondesse cumulativamente, como está sendo feito nesse caso da Rússia e do Uzbequistão. É um gasto que é deixado por aí e o dinheiro do contribuinte brasileiro vai pelo ralo, sem ter uma contrapartida do Governo brasileiro.

Quero aproveitar também esse momento. Foi falado aqui anteriormente que o projeto da Defensoria criava cargos. Eu li aqui. Isso não está nem no projeto nem no substitutivo. Portanto, não há nenhuma criação de cargo comissionado. Se houvesse, o meu voto seria contra.

Agora, a recomposição apenas da inflação do período, que é o que está sendo pedido, é algo extremamente justo. Por isso a minha posição é favorável ao projeto da Defensoria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Senador Valdir Raupp.

Vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.7 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 46; NÃO, 3.

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Antonio Espinola Salgado para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia.

Mensagem nº 35, pela qual o Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Embaixador Antonio José Vallim Guerreiro, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica:

MENSAGEM Nº 35, DE 2016

Discussão, em turno único, da Mensagem nº 35, de 2016, pela qual o Senhor Presidente da República *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. ANTONIO JOSÉ VALLIM GUERREIRO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.*

(Parecer nº 745/2016 - CRE)

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, queria solicitar a V. Exª que reiterasse o apelo para a sessão do Congresso Nacional terça-feira, às 11 horas.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Terça-feira, às 11 horas, nós teremos sessão do Congresso Nacional, para concluirmos a apreciação dos vetos e votarmos, na sequência...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – A LDO.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...a Lei de Diretrizes Orçamentárias e vários créditos de vários Ministérios.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – PLN 3, 5 e 8.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vários PLN, 3, 5 e 8.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Se vale solicitar a V. Exª um socorro, nós estamos com problema de cheiro de queimado intensamente nessa bancada. Todos estão se levantando. Peço que...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aqui também está, Senadora. Já está sendo providenciado.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Está bem.

Que V. Exª possa mandar alguém para verificar o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Como consequência dessa intervenção da Senadora Rose, logo após o final dessa votação, vamos desligar o sistema por cinco minutos para repararmos o problema que está havendo no sistema elétrico.

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.8 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 40; NÃO, 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome do Embaixador Antonio Vallim Guerreiro, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Será feita a comunicação ao Presidente da República.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, eu queria registrar o meu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará a manifestação de V. Exª.

Está suspensa a sessão por cinco minutos.

(A sessão é suspensa às 18 horas e 17 minutos, e reaberta às 18 horas e 21 minutos sob a Presidência do Sr. Senador Renan Calheiros.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Está reaberta a sessão.

Parecer nº 737, que teve como Relator o Senador Valdir Raupp, pelo qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Janér Alvarenga para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência:

Parecer nº 737, de 2016 - CRE

Discussão, em turno único, do Parecer nº 737, de 2016, da CRE, Relator: Senador Valdir Raupp, sobre a Mensagem nº 74, de 2016 (nº 402/2016, na origem), pela qual o Vice-Presidente no exercício da Presidência da República submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

As Senadoras e os Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Sr. Presidente, os nossos teclados não estão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Enquanto aguardamos a chegada do técnico, porque havia um problema no posto que estava sendo utilizado pelo Senador Roberto Requião, nós vamos ter que...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Não é só no posto. É em toda a linha.

A impressão que nós temos aqui, segundo a opinião técnica dos assessores da Mesa, é de que um drone do PSDB bombardeou o PMDB aqui nesta fila.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos ter que isolar a linha toda.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Não foi todo o PMDB, não, Sr. Presidente. Foi só o Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Sr. Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como esse assunto foi retomado pelo Senador Requião...

Senador Requião, é um documento oficial agora. É o documento dos Coordenadores Nacionais do Grupo do Mercado Comum da República Argentina, do Brasil, do Uruguai e do Paraguai. É uma correspondência dirigida por eles ao Coordenador Nacional da República Bolivariana da Venezuela:

> Nos dirigimos ao senhor em relação ao disposto no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, subscrito no dia 4 de julho de 2006.
> Com base no *aide-mémoire* [ajuda de memória], que figura como anexo IV da CI, reunião ordinária do GMC, de 4 e 5 de maio de 2016, e de acordo com a informação atualizada pela Secretaria do Mercosul, verificou-se o não cumprimento por parte da República Bolivariana da Venezuela do que foi acordado no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul no que se refere à adoção do acervo normativo vigente do Mercosul.
> Em consideração com o que foi exposto, convidamos cordialmente a República Bolivariana da Venezuela para uma reunião de Coordenadores Nacionais, a celebrar-se no dia 23 de agosto de 2016, às 11 horas, na sede da Secretaria do Mercosul, Edifício do Mercosul, para considerar a situação colocada.
> Saudamos o Sr. Coordenador Nacional com as expressões de nossa maior consideração.
> Coordenador Nacional do grupo do Mercado Comum da República da Argentina
> Coordenador da República do Paraguai
> Coordenador da República Federativa do Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Coordenador da República Oriental do Uruguai.

Senador Requião, é um documento com o papel oficial do Mercosul.

Era apenas isso.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi, está com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu só queria fazer uma referência à fala do Senador José Aníbal.

Essa questão da Presidência do Mercosul e da Venezuela tem tomado os discursos neste plenário desde ontem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem interromper V. Exª, eu queria só dizer aos Senadores e às Senadoras que já podem votar.

(Procede-se à votação.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu lhe agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Desde ontem, é um debate que está nos jornais, na imprensa, inclusive com o Chanceler brasileiro interino dando declarações de que a Venezuela não pode assumir a Presidência do Mercosul.

Depois que isso foi questionado, porque não há absolutamente nada contra a Venezuela em termos de Mercosul – a Venezuela está com suas prerrogativas para assumir o mandato como Presidente do bloco –, temos agora uma carta assinada pelo Brasil, pelo Coordenador do Brasil, pelos Coordenadores do Uruguai, do Paraguai e da Argentina – são Coordenadores, ou seja, não são os Chanceleres desses países –, chamando a Venezuela para falar sobre cláusula que teria cumprido ou não no contrato de adesão. É importante deixar claro que há uma grande pressão nessa articulação política, como ficou demonstrado ontem aqui, inclusive com a pressão do Chanceler brasileiro em cima do Uruguai, para que isso aconteça. E é muito importante registrar que o Brasil, tal qual está acusando a Venezuela, também não cumpriu todos os acordos normativos em relação à tarifa comum. Então, qual é o moral do Brasil para cobrar de um país-membro ou para pressionar?

É muito ruim isso, Sr. Presidente, até porque a oposição venezuelana, na reunião da Mesa do Parlasul, manifestou-se absolutamente contra a posição do Brasil. Se a oposição venezuelana é contra a posição do Brasil, por que o Brasil está articulando para não deixar a Venezuela assumir a Presidência do Mercosul? Por uma questão ideológica, de momento, conjuntural? Qualquer outro país que passar por uma crise vai receber esse mesmo tratamento? Talvez, o Brasil tenha de receber esse tratamento também, pelo golpe em curso que nós temos aqui em relação à nossa Constituição?

Então, eu queria lamentar que o Senador José Aníbal tenha insistido nesse assunto e que o Brasil esteja se dando a esse papel, um papel muito feio, um papel que está exportando o golpe brasileiro. Ou seja, nós aqui cometemos um golpe contra a Constituição, contra a nossa legislação, retiramos uma Presidenta legitimamente eleita com 54 milhões de votos, sem crime de responsabilidade. E, agora, exportamos isso. Estamos articulando, pressionando países-membros do Mercosul – o Brasil tem peso e é o maior País do bloco –, para que esses países intimidem a Venezuela a ter de se explicar sobre fatos que o próprio Brasil deve. Quero lamentar isso.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – É antidemocrático, Sr. Presidente! Nós não podemos concordar com essa situação. Não estamos defendendo aqui o Maduro, não estamos defendendo a Venezuela, apenas estamos defendendo as regras do Mercado Comum do Sul.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho isso estranho, pois parece que o Ministro José Serra quer que a crise continue. Ontem, as manchetes sobre essa questão do Uruguai saíram desta forma: foi uma visita do Chanceler ao Parlamento uruguaio, que mostrou a insatisfação de Tabaré Vázquez, insinuando que Serra tinha quase oferecido uma compra, um negócio. O Uruguai votava pela retirada e viraria um parceiro econômico comercial importante em determinadas regiões do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Agora, vem o Senador José Aníbal, que parece que quer alimentar a crise. Ele disse que o Chanceler uruguaio ligou para pedir desculpas. Falei com deputados uruguaios que fazem parte do Parlasul, do qual faço parte também. Eles respondem que...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...não houve esse telefonema pedindo desculpas. O que houve foi o contrário: o Senador José Serra ligou para o Chanceler, pedindo desculpas.

Acho, Senador José Aníbal, querendo ou não, que essa notícia de que o Chanceler uruguaio...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...pediu desculpas ao Ministro José Serra, ao invés de parar ou diminuir um pouco a temperatura, aumenta-a e traz o assunto à tona novamente.

Volto a dizer: o Ministro José Serra está tendo uma atuação, a meu ver, desastrada! Foi ao México e trouxe repulsa das mulheres, de todos os movimentos de mulheres, por uma atitude machista.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Agora, assume essa posição no Mercosul.

Parece que querem deliberadamente implodir o Mercosul. Volto a dizer – e encerro –, Sr. Presidente: o Brasil...

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente, só para...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Brasil ganha muito com o Mercosul.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – De minha parte, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se V. Exª puder concluir...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Brasil ganha muito com o Mercosul.

Era a proposta do Senador José Serra, já há muito tempo, o fim da união aduaneira. Esses países do Mercosul hoje negociam em bloco. Quando você acaba com a união aduaneira, você pode permitir que Argentina e Uruguai façam acordo automotivo com a China, por exemplo. Quem perde é o Brasil. Vocês sabem que estão contra essa proposta de fim da união aduaneira os empresários brasileiros. A Fiesp tirou uma posição contrária, porque o Mercosul é muito importante do ponto de vista econômico para o nosso País.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É trapalhada atrás de trapalhada. Eu acho que hoje nós estamos agravando a crise do dia de ontem.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Presidente, quero só tentar encerrar este debate, que não engrandece o Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador José Aníbal.

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – De novo, é a velha história de criminalizar o debate. É impressionante o que acabei de ouvir aqui! É uma enxurrada que já não tem mais nada a ver com os fatos.

Primeiro, eu queria reiterar: foi o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai que ligou para o Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Isso é fato. Não adianta dizer que ligou para fulano. Não adianta dizer: "Falei com sincrano." Ligue para o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai e pergunte a ele, se ele é tão amigo de vocês!

A segunda coisa, Presidente, é a questão relativa ao Mercosul. O Ministro Serra disse que o Brasil não vai mais ficar paralisado diante de oportunidades de desenvolver o comércio internacional do Brasil e que buscará, inclusive, entendimentos com nossos parceiros do Mercosul, para que estejamos todos juntos nisso no Mercosul. Não mais amarra! Desamarra!

Agora, por último, Sr. Presidente, quero insistir mais uma vez: o que os coordenadores de cada país estão dizendo com todas as letras, o que eles estão afirmando é que a Venezuela não cumpriu o acordado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

no Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul. Isso está escrito! Se houver outra interpretação, traga um documento semelhante a esse para dizer que há outra interpretação. Agora, fazer a falsificação do debate sistematicamente não nos faz avançar.

Se eu tiver de reconhecer alguma coisa aqui, vamos lá!

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ ANÍBAL (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Eu tenho disposição de reconhecer se fiz alguma atitude que não é compatível. Agora, aqui estou, desde ontem, tentando, de forma muito civilizada, esclarecer fatos. Inclusive, fiz um apelo ontem, porque disseram: "O Ministro do Brasil quis comprar o Uruguai". Eu falei: "Mas como?" Essa é uma linguagem dura para a gente reproduzir aqui. Seria muito bom, sobretudo nesses dias que se avizinham, se a gente tivesse alguma generosidade, cada um com cada um, para que a gente pudesse chegar a um resultado, independentemente das posições.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aécio Neves e, na sequência, o Senador Omar Aziz.

Em seguida, nós vamos proclamar o resultado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda sobre esse tema, a forma acalorada como os aliados da Presidente afastada Dilma Rousseff se manifestam em relação a esse tema demonstra algo que é real.

É importante que fique cada vez mais claro: há uma profunda divergência em relação ao que nós pensamos em relação à política externa hoje conduzida pelo Brasil e o que pensavam e praticavam aqueles que governaram o Brasil até pouco tempo. O alinhamento e a subordinação do Governo brasileiro a interesses da Venezuela sempre foram combatidos por nós com a mais absoluta clareza. E os resultados, pelo menos que nós constatamos até hoje, demonstram, de forma clara – tanto os da Venezuela quanto aqueles colhidos pelo Brasil –, que nós estávamos no caminho certo.

Pedi a palavra, Sr. Presidente, apenas para fazer aqui uma correção, para que não fique um registro equivocado neste debate, que, certamente, terá ainda outras etapas para frente.

Uma ilustre Senadora, agora há pouco na tribuna, dizia que a oposição venezuelana defende a Venezuela na Presidência do Mercosul, o que não é verdade. Pelo menos não foi isso que hoje eu e o Senador Aloysio ouvimos de um dos principais líderes ou de alguns dos principais líderes da oposição venezuelana, entre eles o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento venezuelano, que está no Brasil, que visitou hoje o Congresso e que defende a permanência da Venezuela no Mercosul. Nós compreendemos também a importância do Mercosul. Acham eles, avaliam eles que, neste momento, a Venezuela não tem as condições básicas mínimas de presidir o Mercosul. Portanto, diferentemente daquilo que foi aqui dito, a posição da oposição venezuelana em relação à substituição do Uruguai na Presidência do Mercosul não é essa que aqui foi dita por uma Senadora da atual oposição no Brasil.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Omar e o Senador Cidinho, na sequência.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não preciso aqui ser porta-voz no Ministro Serra, longe de mim, até porque ele, como Senador, poderia se defender aqui. Mas vamos à realidade.

Na Venezuela, agora, quando foram abertas as fronteiras para a Colômbia, o povo venezuelano correu para comprar material de consumo de primeira necessidade. Veja bem, Senador Aécio! Como é que a Venezuela está com capacidade agora para presidir o Marcosul se não está conseguindo resolver os problemas internos de consumo, que é uma coisa natural? Sabe por que isso? Porque eles não pagam ninguém. Quem não paga não se fornece. A Venezuela deve uma fortuna para a Coca-Cola, deve acima de US$700 milhões. Por quê? Sobre todo produto da Coca-Cola que é produzido, sobre o insumo que é mandado para lá, que é aquele xarope para se produzir a Coca-Cola, o governo venezuelano fica com toda a arrecadação e não paga os fornecedores. Como um país desse pode ter, neste momento, capacidade para presidir o Mercosul?

Ninguém é contra o Mercosul. Somos contra a política econômica que a Venezuela está praticando. E não a está praticando contra o Brasil, mas a está praticando contra o povo venezuelano. Roraima, Boa Vista e o Estado do Amazonas – estão aqui o Senador Telmário, a Senadora Angela, o Senador Romero – estão recebendo milhares de venezuelanos, que compram produtos de primeira necessidade e os levam para seu país. Então, este não é o momento.

Agora, querer culpar o Serra por defender os interesses brasileiros é demais! O Senador Serra, o Ministro Serra, está certo. É o primeiro momento que estamos vivendo em que, realmente, alguém pensa no Brasil. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

me lembro do que disse uma vez o Presidente Lula, Senador Tasso Jereissati, no Amazonas. Quando a Bolívia tomou aqueles equipamentos da Petrobras, as refinarias, o Presidente Lula disse: "O que posso fazer? Vou invadir a Bolívia? É um país pobre. O preço do gás que estamos comprando está bem abaixo do mercado."

Então, deu razão aos bolivianos.

(Soa a campainha.)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AM) – Deu razão. Nós não vamos dar razão à Venezuela; não temos por que dar razão à Venezuela.

E o Uruguai que me desculpe, mas a situação do Uruguai não é diferente. É um país com 3 milhões de habitantes; o PIB do Uruguai é menor do que o de muitos Estados brasileiros. Não temos por que comprar o Uruguai para que vote em uma economia que é dependente exclusivamente do Brasil e da Argentina.

Então, estamos tratando de economia, não estamos tratando aqui de questões partidárias ou ideológicas. Em relação à economia, o Senador Serra não precisa da minha defesa, mas está corretíssimo em defender os interesses do Brasil e do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cidinho e, na sequência, Senador José Agripino.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de solicitar que o senhor colocasse em votação um requerimento de minha autoria, o Requerimento nº 435, de 2016, o qual solicita tramitar na Comissão de Desenvolvimento Nacional o Projeto de Lei nº 208/2012.

Eu queria também, Sr. Presidente, pedir que nos concentrássemos nas votações porque temos a oportunidade de votar a DRU hoje e, quem sabe – e espero que sim –, a votação do projeto referente aos defensores públicos da União. Sou favorável à aprovação do PLS nº 32/2016.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Mesa apreciará o requerimento sugerido por V. Exª.

Senador José Agripino, com a palavra V. Exª.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Aqui muito se tem falado sobre essa questão de o Ministro Serra, no Uruguai, ter tentado comprar um voto, com mil articulações e histórias, como se o Ministro Serra fosse um desqualificado que precisasse comprar voto do Uruguai para desautorizar o comando do Mercosul pela Venezuela. O Ministro Serra foi exilado, é um homem tido como de esquerda. Ele tem toda a autoridade para, inclusive, defender a presença da Venezuela no Mercosul e o seu comando. O que ele é é um bom brasileiro, e um bom sul-americano. Ele entende, como nós, como eu entendo, que a Venezuela, que não tem padrão democrático respeitável... Na hora em que a Venezuela de Nicolás Maduro – não é o povo venezuelano, é a pátria venezuelana, comandada por Nicolás Maduro, que enfeita a Suprema Corte com nomeações ao seu livre arbítrio para ter o comando da Suprema Corte da Venezuela... Não existe padrão democrático. Quando a Venezuela for para a Presidência temporária do Mercosul, o padrão democrático do bloco Mercosul cai, e ele percebe isso. "Ah, não. Questões de ordem econômica nos levam a conviver com a Venezuela." Já era! Quantas vezes, neste plenário, eu combati a Venezuela por razões de ordem política, por razões de ordem democrática? "Ah, não, a Venezuela é um grande comprador do Brasil!" Infelizmente, Nicolás Maduro e Chávez levaram a Venezuela à bancarrota; compram e não pagam. Que cliente é esse? Compra e não paga.

Então, a nossa relação com a Venezuela tem de ser a de combater, naquilo que nós possamos fazer, um governo que levou uma nação amiga, uma nação por que temos todo respeito e carinho, à bancarrota. Que esse processo se encerre, e não que o prestigiemos, entregando à Venezuela de Nicolás Maduro o comando de um bloco do qual fazemos parte; com a presença dele na Presidência, vai nivelar-se por baixo o padrão democrático do bloco Mercosul. No meu entendimento, é essa a preocupação do Ministro Serra e, talvez, tenha sido em função dessa preocupação que ele tenha levado a efeito tratativas no sentido de preservar o padrão democrático do Mercosul.

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio, e vamos proclamar o resultado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF. Sem revisão do orador.) – Meu apelo, Sr. Presidente, é no sentido de que os colegas votem no Janér Alvarenga, um servidor público concursado, 32 anos de serviços prestados à inteligência brasileira, uma pessoa correta, indicada para dirigir a Abin. Então, estou querendo reforçar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

apelo para que todos possam estar prestigiando essa importante indicação neste momento, votando. Ele hoje esteve conosco na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, foi muito bem sabatinado lá e convenceu-nos a todos. Então, eu queria reforçar o pedido para que todos viessem ao plenário para votar no Sr. Janér Alvarenga.

Além disso, eu queria registrar, Sr. Presidente, o desejo de ver votada a questão da DPU. É muito importante nós discutirmos a DRU, votarmos a DRU hoje, porque ela é importante para o nosso Brasil, para o nosso Governo, mas é muito importante também nós atendermos os pobres, votando o projeto dos defensores dos pobres, dos advogados dos pobres. Então, quero fazer o apelo. V. Exª tinha colocado como...

(*Soa a campainha.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (PMDB - DF) – ... primeiro item de pauta. Que consigamos votar hoje, depois da DRU, o projeto justo do ajuste da DPU.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Eu quero dar uma pequena opinião, uma opinião modesta sobre esse debate que vem, desde ontem, apaixonando o Plenário, a respeito da atitude do Ministro Serra em relação à Venezuela.

Eu quero dizer, em primeiro lugar, da minha concordância absoluta com a atitude do Ministro de Relações Exteriores, e que não é uma atitude apenas dele, é uma atitude também de outros países do Mercosul, com os quais nós temos as mais estreitas relações e que têm diplomacias respeitáveis e respeitadas: o Paraguai e a Argentina. De modo que não é uma posição isolada ou um capricho do Ministro Serra; é apenas a exigência de que a Venezuela, para poder ser um membro pleno do Mercosul e, portanto, exercer a Presidência rotativa, possa cumprir as exigências a que ela se comprometeu quando pleiteou seu ingresso no bloco.

Agora, eu quero dizer a minha opinião. Eu considero que a Presidência do Mercosul por uma pessoa como o Sr. Nicolás Maduro é uma desmoralização do Mercosul, é uma desmoralização absoluta do bloco. Ele é um tirano, um tirano que não tem sequer o talento que teve o seu antecessor, de quem ele é criatura. É um homem que mantém preso – e nós recebemos hoje a visita do Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Parlamento venezuelano – um opositor, o Sr. Leopoldo López, que foi condenado a 14 anos de prisão, em um julgamento inteiramente manipulado, teleguiado pelo Poder Executivo, mediante o encabrestamento do Poder Judiciário daquele país. Leopoldo López foi condenado contra provas, foi condenado sem que se pudesse apurar contra ele nenhum fato que alicerçasse a acusação. Quatorze anos de prisão! Ele está preso em um lugar isolado, em um prédio ao qual ninguém tem acesso! Não recebe um livro, não recebe um jornal, não pode se informar sobre o que está acontecendo no mundo. Querem levá-lo à loucura! Ele recebe apenas a visita da sua família e do seu advogado uma vez por semana. Esse é o tratamento que se dá a um preso político – esse, sim, um preso político, como há dezenas de outros.

Um presidente que cerceia a imprensa, que mobiliza esquadrões fascistoides para caçar seus adversários nas ruas, um presidente que controla a Comissão Nacional Eleitoral, que está procrastinando uma decisão que é a única possível para termos o restabelecimento da ordem democrática e a paz na Venezuela, que é o referendo revogatório.

Temos, na Venezuela, uma situação de duplo poder entre o Executivo, controlado pelo chavismo, e a Assembleia, onde a oposição tem maioria. Estamos num impasse político que somente agrava a crise, que já atingiu pontos estratosféricos, uma inflação que vai para mais de 400% ao ano. A única solução possível para isso seria dar voz ao povo, mediante a convocação do referendo revogatório previsto na Constituição.

Hoje, o Ministro José Serra recebeu também o Sr. Luis Florido, Deputado que preside a Comissão de Relações Exteriores. E quero lembrar aos meus colegas da oposição que o Ministro Mauro Vieira já havia recebido o Sr. Luis Florido, porque já estava vendo uma mudança de orientação do governo brasileiro diante das evidências da crise da Venezuela, do risco de um desastre humanitário eminente.

Por isso, Sr. Presidente, eu considero, especialmente neste momento, em que temos que intensificar nossas negociações com a União Europeia, que a presidência do Mercosul nas mãos de uma pessoa que é um personagem ubuesco seria simplesmente a desmoralização do bloco.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Sem revisão do orador.) – Presidente, nós não deveríamos estar aqui discutindo a situação interna da Venezuela, que se aproxima já da possibilidade de um referendo revogatório em relação à presidência da República. Outro dia, na Eurolat, os espanhóis, que foram os que mais intervieram na Venezuela a favor da oposição, me diziam: "Senador Requião, o Maduro foi eleito por voto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

direto, e por voto direto a oposição conquistou a maioria no Congresso Nacional. Que se entendam, pois, os venezuelanos, sem interferência externa. É o princípio da autodeterminação". Mas não é isso que estamos discutindo.

A imprensa internacional, hoje, já discute um caso que passou a denominar "diplomacia do pixuleco". É isso que me preocupa. E a exclusão de um país, que vive um problema interno, me preocupa mais ainda. Amanhã ou depois – eu conversava com o Senador Armando Monteiro há pouco – alguém pode dizer: "A Presidente Dilma está sofrendo um processo de *impeachment* e foi afastada sem que crime de responsabilidade exista, o que é a obrigatoriedade constitucional, e, portanto, o Brasil deve ser afastado de todos os organismos internacionais". Resolvamos os problemas brasileiros com as nossas forças e o princípio da autodeterminação; faça o mesmo a Venezuela. Agora, o que me encabula, o que me constrange, o que me leva à indignação é, de repente, o Brasil ser acusado de tentar manipular um voto no Mercosul através da política do pixuleco, que é como a imprensa internacional está denominando esse fato ocorrido com nosso Chanceler José Serra. Isso é absolutamente indefensável e inaceitável. Mas não sei por que estamos postergando votações importantíssimas para discutir isso.

A diplomacia do pixuleco tem que ser rejeitada. O Brasil não pode aceitar essa mancha na condução do seu Itamaraty. Mas, quanto aos problemas da Venezuela, que os resolvam os venezuelanos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado. (*Pausa.*)

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.9 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 43; NÃO, 3.

Uma abstenção.

Está, portanto, aprovada a indicação do Sr. Janér Alvarenga para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Será feita a comunicação ao Presidente da República.

Estão sobre a mesa requerimentos que vão ser lidos pelo Senador Roberto Rocha.

Eu faço um apelo aos Senadores que se encontram em outras dependências da Casa para que venham ao plenário. Nós vamos ter, pelo menos, duas votações importantíssimas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) –

> Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da ordem do dia, a fim de que a matéria constante do item 8, Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016, seja submetida ao plenário em primeiro lugar. **(íntegra do Requerimento nº 618/2016 - vide item 2.2.10 do Sumário)**

Assinam os Senadores Lindbergh Farias e Humberto Costa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Para esclarecimento, qual é o objeto dessa inversão de pauta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Requerimento do Senador Humberto Costa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Eu me refiro ao escopo, objeto do projeto que o Senador Humberto Costa requer inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O requerimento propõe a inversão de pauta para votar o item nº 8 em primeiro lugar, que reajusta o subsídio do Defensor Público Geral Federal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, não há acordo sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não há acordo. É evidente que não há.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Até porque nós achamos que precisamos debater esse projeto na Comissão de Assuntos Econômicos. É lá que nós precisamos avaliar os impactos fiscais, financeiros e orçamentários desse projeto.

Eu acho um ultraje nós trazermos uma proposta como essa, sem valorizarmos a Comissão de Assuntos Econômicos, que é muito bem presidida pela Senadora Gleisi Hoffmann. Eu acho que nós não devemos desprestigiar a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que nós anunciamos um item da pauta e, como há um requerimento pedindo a inversão de pauta...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Mesmo assim não há acordo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não, sem acordo, claro. Há uma preliminar que o requerimento tem que ser observado.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei esse requerimento porque esse tema já foi objeto de discussão, de avaliação, na própria Comissão de Constituição e Justiça; foi objeto de entendimento e de negociação no Governo da Presidenta Dilma; os recursos disponibilizados para o cumprimento dessa medida estão incluídos no orçamento – estavam, já, anteriormente; houve um pedido de urgência para que a avaliação fosse feita diretamente aqui no plenário do Senado Federal; e, como tal, nós achamos que é perfeitamente possível nós fazermos essa votação.

Esses recursos têm um impacto pequeno em relação ao que o Orçamento prevê, nós não estamos interferindo no que diz respeito ao teto dos servidores públicos federais com essa proposição. Assim, nós tomamos, como Bancada, a decisão de pedir que essa proposição seja votada, e nosso compromisso, na medida em que houve a negociação no Governo Dilma, é de votarmos essa proposta

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Eu já havia colocado a este Plenário que nós fizemos uma discussão a respeito dessa matéria, em conjunto com outras matérias de aumento de servidores, numa audiência da CAE e da CCJ, inclusive com a presença do Ministro Dyogo, que esclareceu todos os fatos, os dados, enfim.

Eu tenho aqui, Sr. Presidente, um relatório pronto sobre o caso, inclusive com os dados, com os impactos, com o que significa isso para o Orçamento da União nos três anos que estão em questão. Se V. Exª achar adequado, designe-me para fazer o relatório aqui no Plenário, posto que esse caso já está com regime de urgência. Ele já está aqui no plenário. Não há necessidade de voltar à CAE para fazer uma discussão. Nós já fizemos essa discussão numa audiência conjunta da CAE e da CCJ.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ricardo Ferraço. Em seguida, Senador Aloysio Nunes Ferreira e Senadora Rose de Freitas.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Sem revisão do orador.) – Eu queria fazer uma proposta diferente. E não entramos aqui no mérito do valor do defensor público para promoção da Defensoria em nosso País. Não há, portanto, qualquer interesse em postergar o debate, muito menos o enfrentamento dessa deliberação.

Nós temos reunião da Comissão de Assuntos Econômicos na terça-feira. Podemos enfrentar esse debate na terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos. Aí, vamos fazer o bom debate com nossas teses e nossos enfrentamentos. Votado na Comissão de Assuntos Econômicos, traz para o Plenário na terça-feira, após ouvir a Comissão de Assuntos Econômicos. De igual forma, Sr. Presidente, os demais que tratam do aumento do teto dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do Procurador-Geral da República. São matérias, Sr. Presidente, que dialogam e impactam as realidades estaduais.

Portanto, não há como, num momento como este, Sr. Presidente, nós votarmos em regime de urgência matérias que têm impacto fiscal. Não é o caso dos defensores, porque esse não tem impacto com os Estados, porque estamos lidando aqui com defensores federais. Mas, ainda assim, não há acordo para esse tema, Sr. Presidente. Portanto, não havendo acordo, eu estou rogando à nossa Presidente, a Senadora Gleisi Hoffmann, que possa pautar essas matérias prioritariamente para a próxima terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, e, aí sim, no curso normal, nós podemos fazer a votação em seguida aqui, no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apenas quero repetir a intervenção que fiz há pouco.

Quando aprovamos o regime de urgência, foi estabelecido entre nós – e o Líder Pimentel acabou de confirmar os termos desse entendimento – que deveria haver uma apreciação pela CAE, para que nós pudéssemos estabelecer exatamente não apenas o impacto disso nas contas da União, mas também para verificar a compatibilidade entre esse reajuste proposto e aquele que já foi concedido a outras carreiras.

A proposta de reajuste para os membros da Defensoria Pública prevê um aumento de 159% para os seus membros, entre os anos de 2012 e 2019. Se a inflação acumulada no período é de 53%, o reajuste previsto seria acima de 100% real. É disso que se trata. Quando outras categorias, por exemplo, a AGU e os funcionários do Judiciário, tiveram simplesmente a reposição da inflação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Eu quero que esse assunto seja, pelo menos, escrutinado para a CAE, para que, quando formos votar, nós saibamos exatamente do que se trata. Não seria pedir demais, ainda mais porque houve um acordo firmado neste plenário neste sentido.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos seguir a Ordem do Dia.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente, só um esclarecimento...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pedi a palavra, Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – ...em relação ao que o Senador Aloysio Nunes falou: não é verdade que é um aumento de 159%. Eu tenho os dados aqui, é um escalonamento de aumento que começa com o salário de R$31 mil, depois vai para 32, depois vai para 33, ou seja, ele vai fazer uma variação dessa monta. Não tem 159% de aumento. Acho que é importante deixar claro aqui. Nós temos um impacto financeiro inclusive que foi colocado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, veja bem, eu quero me manifestar aqui como Senadora. Nós temos o Líder aqui, que é o Líder Aloysio. Eu queria registrar a importância dessa votação. Essa é uma matéria que não tem influência no teto remuneratório das outras categorias dos servidores públicos, não gera efeito cascata em relação a outras categorias, nem mesmo em relação às Defensorias Públicas estaduais.

Nós falamos de uma Defensoria que importaria hoje, que tem um público – que poderia existir – de cerca de 120 milhões de pessoas no Brasil. No entanto, atende a apenas 600. Vamos dizer que temos 600 servidores públicos federais para todo o País, Sr. Presidente, e o impacto disso é nada, é 0,1% de impacto dessa votação que estamos procrastinando sempre.

V. Exª já me ouviu falar tanto de Defensoria Pública. Eu peço apenas a inversão de pauta, não tem prejuízo, podemos fazer agora, lembrando que terça-feira nós teremos uma pauta extensa, com Congresso Nacional, votação na Câmara. Eu acho que seria de bom alvitre que pudéssemos votar hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Item 1 da pauta.

Nós vamos ter, na forma do Regimento, que apreciar o requerimento.

Nós vamos colocar o requerimento de inversão da pauta, do Senador Humberto Costa, em votação.

As Senadoras e Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – Verificação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Verificação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com o apoiamento do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Paulo Rocha, do Senador Humberto Costa, da Senadora Lídice, está deferido o pedido de verificação.

Eu peço aos Senadores que venham ao plenário.

Nós estamos votando um requerimento de inversão de pauta e temos algumas matérias...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ...importantes para serem apreciadas na sequência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Quem vota "sim" inverte a pauta; quem vota "sim" inverte a pauta para apreciar primeiro defensores públicos. Quem vota "não" mantém a pauta para apreciarmos a DRU.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Cássio Cunha Lima, pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas para solicitar a V. Exª providências com a área técnica, porque toda essa bancada daqui está sem possibilidade de votação eletrônica. Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É que essa bancada toda foi isolada. Teve um curto-circuito elétrico.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Um curto-circuito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – V. Exª teria que...

Foi a partir do posto do Senador Requião e acabou atingindo aí...

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – É porque o Senador Requião causa curto-circuito realmente. É do estilo parlamentar do Senador Requião causar esses curtos-circuitos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nem sempre no setor elétrico.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Sr. Presidente, só para balizar. Votando "sim" é inversão de pauta...

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Há uma suspeita fundada de que o Serra causou um curto-circuito na bancada, semelhante ao curto-circuito que ele está causando na diplomacia brasileira.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Votando "sim" inverte-se a pauta; votando "não" mantém a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Votando "sim" inverte a pauta; votando "não" mantém a pauta.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Então, eu queria apelar, Sr. Presidente, aos outros Senadores, porque é importante votarmos "sim" para colocarmos em pauta um assunto que está há muito tempo pendente e que é um compromisso do Senado.

Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço aos Srs. Senadores e Senadoras que votem "sim". Esse tema já se encontra aqui na pauta do plenário do Senado Federal, por intermédio de um requerimento de urgência que foi aprovado com participação de todos os partidos praticamente.

Essa proposição tão somente dá seguimento à Proposta de Emenda Constitucional nº 80, de 2014, que foi votada aqui por este Senado e que propôs a equiparação dos defensores públicos, em termos salariais, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário. Esse processo que vai acontecer, por essa proposta, acontece de forma bastante gradativa.

Não é verdade que são 159% de aumento. Para se ter uma ideia, neste ano de 2016, o peso, do ponto de vista do Orçamento, será de aproximadamente R$150 milhões, para uma categoria que tem um papel importante na defesa dos interesses da população. Eles só vão atingir o salário de R$32.074 em janeiro de 2018, quando provavelmente os juízes e os representantes do Ministério Público, os representantes do Poder, terão um salário de aproximadamente R$39 mil por mês. Por esta razão, peço que possamos fazer essa inversão e resolver já essa questão hoje.

Muito obrigado.

Então, o PT encaminha "sim".

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valdir Raupp, Senador Valadares e Senador Lindbergh.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tenho nenhuma objeção em votar inversão de pauta, mas gostaria que votássemos o item 4, que é o SCD 15, que dá receita para os Municípios brasileiros. É uma questão que não onera nem a União nem Estados; é coisa de ISS, imposto de cartão de crédito, de transações bancárias.

Estão aqui os representantes da Confederação Nacional dos Municípios, da Associação dos Municípios de Rondônia, todos aqui aguardando a votação desse item 4 da pauta, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Se não houver objeção, apreciaremos o item sugerido por V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Só para dizer que a Liderança da Minoria...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...vota favorável com os defensores e chama os Senadores da oposição...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...para virem ao plenário e digitarem o voto "sim".

Sabemos que o debate já foi acumulado, já houve discussão nas Comissões de Assuntos Econômicos, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Comissão de Constituição e Justiça, com a presença do Ministro do Planejamento, que disse que houve uma negociação com o Governo, que estava enquadrada, que não tinha aumento acima da inflação. Então, não consigo entender.

E faço o apelo também aos Senadores que apoiam este Governo, vamos superar logo isso, vamos votar essa questão da Defensoria. E nós topamos, Sr. Presidente, depois entrarmos nos outros pontos de pauta. Vamos discutir securitização, DRU, temos nossas posições contrárias. Agora é fundamental passarmos e resolvermos de uma vez por todas esse problema da Defensoria.

A oposição vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Valadares e Senador Ronaldo Caiado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como essa proposta não tem qualquer vinculação com os Estados federados, não há nenhuma obrigatoriedade de que os Estados sigam o que aprovarmos aqui, ou seja, não haverá o efeito cascata nas unidades federadas, nos Estados, o PSB recomenda o voto "sim", pela inversão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Peço aos Senadores que venham ao plenário.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Democratas encaminha a votação "não", fazendo cumprir aquilo que é o rito, ou seja, o encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, sim, a entrada na pauta.

Temos matérias que já foram acordadas, como V. Exª já colocou, pela ordem, e seguiremos exatamente aquilo que é determinante e importante para a votação na data de hoje, ou seja, o projeto de lei que já foi lido ontem, que o Senador Paulo Bauer teve oportunidade de debater, sobre a securitização e, como tal, a continuidade da Ordem do Dia.

Essa é a posição do Democratas, Sr. Presidente: "não".

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de me apegar à letra de um acordo que foi firmado neste plenário, sem que houvesse nenhuma contestação, nenhuma, um acordo consistindo na necessidade do envio da matéria, ainda que com urgência, para que a CAE pudesse apurar algumas informações, de modo que o Plenário estivesse plenamente instruído – esse foi o acordo, ninguém objetou, ninguém –, sou pelo cumprimento de acordos. Cumpro o acordo que eu firmo.

Esse foi o acordo: aprovamos a urgência, mas a CAE vai se pronunciar sobre algumas questões...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ...e a questão principal começa a surgir agora. Tenho um número a respeito do índice de reajuste desse projeto, outros têm informações diferentes. Acho que pelo menos esse ponto deveria ser objeto do escrutínio da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, para que pudéssemos votar com conhecimento de causa.

Não é pedir demais aos meus colegas que sopitem, em algum momento, esse impulso de votar aumento de salário de defensor, antes que tenhamos a informação que nos permita votar de maneira ponderada. Além disso, repito: houve um acordo firmado no plenário, não vale dizer que já houve audiência pública com o Ministro do Planejamento. Não. É diferente uma audiência pública de uma discussão na Comissão de Assuntos Econômicos, entre Senadores, para discutir um ponto específico, que é este: qual é o percentual de reajuste, além do impacto sobre as receitas da União.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sr. Presidente.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Pode falar, Senadora Rose. Depois eu quero falar.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Pode falar, Senadora Gleisi. Eu falarei em seguida, Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, a CAE está quase que impossibilitada de analisar isso. O processado está todo aqui. Eu não tenho nem como pautar isso sem estar o processado na comissão. Está em regime de urgência. Tudo bem que teve – não sei – um acordo no final da sessão, houve um entendimento. Nós só estamos fazendo um apelo porque essa matéria está aqui. Essa matéria está esclarecida pelo Ministro do Planejamento, que nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

trouxe os dados, que disse que não tem impacto, que não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal. O impacto é menor do que aquele que a lei coloca como limite. Está dentro do Orçamento da Defensoria, já tem regime de urgência.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Eu estou me dispondo como Presidente da CAE, se o senhor assim entender, se V. Exª assim entender, a fazer o relatório em plenário.

Eu não vejo porque ter de retornar lá. Eu não estou com o processado na comissão para poder pautá-lo, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Vamos encerrar a votação...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, indago a V. Exª: o processado hoje não é eletrônico? Existe uma complicação muito grande de se remeter essa matéria até a Secretaria da Comissão de Assuntos Econômicos?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Infelizmente existe. Eu era Presidente da CAE ...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – É tão complicado assim?

Eu voto as coisas na Comissão de Relações Exteriores e no minuto seguinte está aqui, de modo que não é um bicho de sete cabeças.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Agora, houve alguma coisa como um acordo? Sim, alguma coisa como um acordo. Essa alguma coisa chama-se "acordo", acordo de passar pela CAE, ainda que com urgência, para que pudéssemos apurar exatamente esses dados que são conflitantes hoje no Plenário. São os dados que eu tenho e que outros colegas têm. É demais isso? Creio que não.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Eu tenho que fazer uma consideração aqui porque eu sou defensora ardorosa da questão dessa votação.

Não passarei por cima da palavra do Líder do Governo no Senado, sendo eu Líder do Congresso Nacional. Se houve esse acordo aqui e eu não estava, não participei e não tenho conhecimento dele, reafirmo ao Líder que quero retirar as palavras que coloquei há pouco e acatar a orientação da liderança do Governo.

Aguardaremos a decisão da CAE para votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria só, mais uma vez, informar ao Plenário que não há nenhum problema de mandar a matéria.

Há um óbice regimental.

Eu não posso fazê-lo, a não ser que seja extinta a urgência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, me permite?

Veja bem, V. Exª é um homem prático, que conhece o funcionamento da Casa como ninguém.

Eu não quero propor a retirada da urgência, mesmo porque a retirada da urgência implicaria em pedido de vista na CAE e poderia postergar a votação. Eu apenas acho e quero sugerir a V. Exª que a Senadora Gleisi Hoffmann convoque uma reunião, que seja uma reunião extraordinária, para que esse ponto seja apreciado, ainda que informalmente, Sr. Presidente.

Não é preciso que haja uma deliberação formal – foi isso que eu disse ainda há pouco – mas apenas que seja indicado um relator para tirar a limpo algumas informações que, neste momento, são conflitantes e que são importantes para que nós possamos deliberar. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado da apreciação do requerimento.

(Procede-se à apuração.) **(Vide item 2.2.10 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – SIM, 21; NÃO, 23.

Está rejeitado o requerimento e mantida a Ordem do Dia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tenho uma proposta. O Senador Aloysio aqui...

(Soa a campainha.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou tentando aqui sair desse impasse, Sr. Presidente. Deixe eu falar.

De fato, nós não queremos abrir mão está em regime de urgência, que essa votação, que a gente retire a urgência para ir para a CAE. Eu estou querendo aqui, Senadora Gleisi, sem retirar a urgência, eu quero ver se há um acordo com o Senador Aloysio, de a gente fazer essa discussão na terça, na CAE, e votar aqui, na terça à tarde, no plenário.

Se for isso, Senador Aloysio, eu acho que é um bom caminho. Nós queremos sair desse impasse. Esse impasse não é bom para ninguém.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Meu caro, Senador Lindbergh, V. Exª chegou aonde eu estou. É isso que eu proponho: eu não quero retirar a urgência. Eu quero apenas apurar uma informação que me parece contraditória. Depois, quanto a pautar a matéria no plenário, é de competência do Sr. Presidente, o Renan Calheiros. Ele pautará no momento que considerar importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu queria dizer que, como há, evidentemente, um acordo na forma do art. 402, do Regimento do Senado, eu mando a matéria para a Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sem retirar a urgência.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Sem extinguir a urgência.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Sem extinguir a urgência, porque, aí, não terá vista.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Item 1º da pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, veja V. Exª, essa foi a proposta que eu fiz no início dos debates. Eu preciso que o Senador Lindbergh e a Senadora Gleisi me ouçam mais, porque eu estou contribuindo para a convergência e valorizando o espaço e a prerrogativa da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É porque V. Exª nunca é um conciliador. A gente não prestou atenção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Proposta de Emenda à Constituição nº 31, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – Aloysio, Lindbergh e Gleisi são os autores da conciliação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – ... para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2016

> Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2016 (nº 4/2015, na Câmara dos Deputados), que *altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.*
> Parecer favorável, sob nº 706, de 2016, da CCJ, Relator: Senador José Maranhão.

Esta é a quinta e última sessão de discussão da proposta, em primeiro turno.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, nós declaramos...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Espere aí, Sr. Presidente? Não! Discussão da DRU? Claro que nós queremos discutir. Todos nós queremos discutir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Até agora, ninguém se inscreveu, apesar do evidente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senador Randolfe é o primeiro inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, eu quero falar do absurdo que esse Governo desse Presidente interino, Michel Temer, está propondo com a PEC nº 241, que tem a ver com a DRU, e a DREM – depois eu quero falar sobre isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Ele está querendo rasgar a Constituição. Foi uma vitória do Brasil com Dr. Ulysses Guimarães. O capítulo de direitos sociais na Constituição cidadã virou o segundo capítulo. E o que fez o Dr. Ulysses? Falou de educação e saúde como direitos universais, mas o que fez Dr. Ulysses e os Constituintes? Vincularam receitas. Hoje, a União tem que investir 18% em educação, os Estados têm que investir 25% em educação, os Municípios têm que investir 25% em educação.

Na saúde, há uma vinculação para Estados e Municípios: 12% para Estados e 15% para Municípios. E nós sabemos que foi aprovada uma emenda constitucional que coloca até 15% da receita corrente líquida da União.

Pois bem, a PEC nº 241 acaba com isso. Ao fixar o limite de gastos com a inflação, nós vamos destruir a saúde pública e a educação pública do País.

Senador Requião, eu já trouxe aqui estudos feitos pelo Economista João Sicsú, que dizia que, se essa PEC nº 241 existisse desde 2006, o orçamento da saúde, que foi de R$102 bilhões em 2015, seria apenas de R$65 bilhões. O orçamento da educação, que foi de R$103 bilhões, seria apenas de R$31 bilhões.

Eu chamo a atenção para outro aspecto: como é antidemocrática essa PEC nº 241! Nós estamos constitucionalizando. De que vale eleger um Presidente da República, se ele não pode, por decisão própria, ampliar recursos para a educação e para a saúde? Nós estamos congelando por vinte anos. Quando a gente olha para a saúde pública, é claro que vai haver o envelhecimento da nossa população, e não pode haver a ampliação de investimentos nem na hipótese de grande crescimento econômico e de aumento de receita.

Eu começo falando dessa PEC nº 241, porque isso tem, sim, vinculação com esse debate sobre a DRU e sobre a DREM. Chamo a atenção dos senhores: há algo novo que nunca existiu nessa PEC, porque nunca houve Desvinculação de Recursos de Estados e Municípios. E aqui há uma insegurança muito grande nos Estados e Municípios de quem pode perder receita. Eu digo de cara: as universidades públicas estaduais, com certeza, seriam muito prejudicadas. Parte dos recursos que hoje estão vinculados às universidades estaduais, com isto aqui, seria desvinculada.

Mas eu quero dar exemplos aos senhores de matérias de Estados que seriam atingidas. Eu estou aqui com o Estado do Amazonas. O ensino de 3º grau do Estado do Amazonas seria atingido com essa PEC da DREM. No Estado do Ceará, algumas rubricas: fomento de atividade de pesquisa científica e tecnológica seria atingido pela Desvinculação de Receita de Estados; o fundo de financiamento ao setor produtivo seria atingido; em Minas Gerais, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais seria atingida.

Então, chamo a atenção dos senhores para o prejuízo em termos de pesquisa científica e tecnológica. Investimentos em universidades, cultura, todas essas áreas vão ser prejudicadas com essa Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios.

Eu queria fazer um apelo aos senhores: nós não podemos criar... Já existe a Desvinculação de Receitas da União. Mas o impacto da Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios vai ser gigantesco, e nós não temos o total conhecimento do que isso vai significar na ponta.

Ademais, Sr. Presidente, aqui eles fazem um debate da reforma da Previdência. O debate da reforma da Previdência é um debate muito falsificado, porque eles fogem da Constituição, porque a Constituição criou o sistema de seguridade social. Está lá a saúde, a previdência e a assistência social.

O debate sobre o déficit da reforma da Previdência cresce muito com a ampliação da DRU. Nós estamos ampliando a DRU, aqui, para 30%. Quais são as contribuições que nós estamos desvinculando? Contribuições que estão diretamente ligadas ao caixa do sistema de seguridade social: nós estamos falando de Cofins, nós estamos falando de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Aí fica fácil: tiram-se recursos que estão estabelecidos pela Constituição para financiar o sistema de seguridade social e a Previdência, e se diz que, para o rombo da Previdência, é necessário fazer uma reforma da Previdência com essa tônica, que é uma tônica de ataque aos trabalhadores mais pobres, porque, na reforma da Previdência deles, a discussão é acabar com a vinculação do salário mínimo ao benefício previdenciário. Hoje, 70% dos aposentados recebem um salário mínimo – 70%! O que eles querem com essa proposta é que o aposentado possa receber menos que um salário mínimo! É maldade pura! Isso prejudica a economia, porque, na verdade, esse dinheiro da aposentada, do aposentado é o dinheiro que estimula a economia, pois vai para a compra de remédios, vai para pagar a escola do neto.

Outro ponto da reforma da Previdência: o aumento da idade para aposentadoria. Falam em 65 anos, Senador Paulo Paim – e existe gente que chega a falar até em 70 anos! Nós sabemos que a taxa de mortalidade no Nordeste, em vários Estados, é inferior a 65 anos. E são os trabalhadores mais pobres que começam a trabalhar com 18 anos, que vão ser os maiores prejudicados! Então, esse discurso da DRU casa com o debate da reforma da Previdência.

Nós sabemos que esse sistema foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso. O governo Lula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

continuou, o governo da Presidenta Dilma continuou. Começou como Fundo Social de Emergência, depois como Fundo de Estabilização Fiscal, e depois virou a DRU. É claro que nós conseguimos, nos nossos governos, primeiro, tirar a educação – foi uma conquista. Nós conseguimos tirar isso em 2009, depois de muita movimentação dos educadores brasileiros, e a educação saiu. Depois, saiu a saúde – também, uma luta de muita gente, neste País, para que a saúde saísse do SUS. Infelizmente, continuam com a desvinculação de receitas, tirando recursos que são estabelecidos pela Constituição para o sistema de seguridade social.

Eu encerro minha fala dizendo que nós da oposição vamos votar contra essa PEC, chamando a atenção dos senhores para que, quanto à criação dessa desvinculação de receitas novas em Estados e Municípios, nós não temos a dimensão desse impacto. Ninguém aqui sabe. Para a gente fazer um estudo Estado a Estado foi muito difícil. A gente sabe que não impacta em saúde e educação básica, mas o impacto na educação superior é grande, e o impacto em tudo que é de Ciência & Tecnologia é grande.

Eu chamo a atenção dos senhores: a gente podia tentar construir aqui algum acordo no sentido de se retirar essa desvinculação de receitas de Estados e Municípios. Eu tenho certeza de que, se aprovarmos isso, os senhores, que são representantes dos Estados brasileiros, vão ver a quantidade de reclamações em áreas vitais. No Estado do Paraná, do Senador Requião, por exemplo,...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... há várias universidades estaduais. Protege-se a educação básica, Senador Requião, mas eu não tenho dúvidas... Eu sou do Rio de Janeiro e lá a UERJ está vivendo uma grande crise, a UENF está vivendo outra grande crise. Se nós aprovarmos essa desvinculação de receitas de Estado e Município, nós vamos estar indicando para os governadores para fazerem seu ajuste fiscal em cima de universidades, de fundos de ciência e tecnologia, de fundos de cultura.

O nosso voto, então, é o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Senador Aloysio Nunes Ferreira – nós vamos seguir – pede a palavra pela ordem. Nós temos inscritos ainda: Senador Humberto Costa, Senador Valadares, Senadora Gleisi Hoffmann.

Com a palavra V. Exª.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra o Senador Valadares. Com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu vou me ater à PEC 31, esta que nós estamos discutindo, a que trata da desvinculação das receitas da União, Estados e Municípios. Não vou me referir a matérias que ainda estão em tramitação na Câmara dos Deputados, como, por exemplo, a questão do teto dos gastos nos Estados.

Esta é, posso dizer assim, a enésima vez que estamos aqui, no âmbito do Senado, ou seja, do Congresso Nacional, votando a desvinculação das receitas. Tudo isso começou no governo de Fernando Henrique Cardoso. Votamos no governo de Fernando Henrique Cardoso a desvinculação. Votamos no governo de Lula a desvinculação. Votamos no governo de Dilma a desvinculação. E agora estamos votando a mesma coisa no Governo do Presidente interino Michel Temer. Isto é, a única diferença é que esta matéria desvincula as receitas, mas garante e assegura peremptoriamente, como está escrito na proposta, que ficam assegurados os recursos previstos na Constituição em favor da educação, da saúde e da Previdência.

O que propõe a PEC 31? Prorroga a vigência da DRU até o ano 2023, aumenta o percentual dos recursos desvinculados para 30%, em vez de 20% ou 25%, como era antes, e promove alterações. Por exemplo, em relação aos Estados, não poderá haver desvinculação para os Estados, recursos destinados ao financiamento da saúde e da educação; receitas que pertençam aos Municípios; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação específica em lei; fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos tribunais de contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal. Em relação aos Municípios também não pode haver desvinculação. Em relação a quê? Em relação a recursos destinados ao financiamento da saúde e da educação.

Não vou me estender para não tomar tempo.

Então, é uma balela alguém dizer que nós, aprovando aqui a desvinculação das receitas dos Estados, dos Municípios e da União, estaremos prejudicando a saúde e a educação. Não é verdade. Sejamos sinceros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

coloquemos os pingos nos is e vamos votar.

O PSB vota favorável, Sr. Presidente, assim como votei no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, do Presidente Lula e da Presidente Dilma.

Agradeço V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Cumprimento V. Exª, Senador Valadares.

Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa. Com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

Eu faço um apelo aos Senadores que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, não saiam. Vamos ter uma votação muito importante, a da DRU.

Senador Aloysio, com a aquiescência do Senador Humberto Costa.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem.

Sr. Presidente, o General De Gaulle, em certa ocasião, referindo-se ao Marechal Pétain, disse o seguinte: "A velhice é um naufrágio." Às vezes, sinto isso, Sr. Presidente, a tal ponto que, agora mesmo, nesse requerimento sobre a inversão da pauta, eu, depois de ter enfaticamente defendido o "não", acabei me enganando e votei "sim". Então, peço a V. Exª que retifique isso na ata.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata retificará o voto de V. Exª.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – A cobrança veio rápida.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, é preciso fazer um resgate em relação a essa proposição. Essa proposição veio, originalmente, encaminhada pela Presidenta Dilma. Buscava-se uma prorrogação da DRU, buscava-se uma ampliação do percentual de recursos desvinculados e buscava-se ainda, naquele momento, uma retirada de recursos que compunham os fundos regionais do Norte e do Nordeste. Quero aqui lembrar isso para poder chegar ao ponto em que, parece-me, há a dificuldade para votarmos essa matéria.

Diante da discussão que aconteceu no Congresso Nacional, nós mesmos da antiga Base do Governo colocamos que era inaceitável qualquer retirada de recursos dos fundos – e parece-me que eram Centro-Oeste e Nordeste – num percentual de 30%. O governo voltou atrás. A própria Presidente Dilma não havia sido adequadamente informada dessa proposição que acompanhava essa proposta de emenda constitucional.

No debate realizado aqui, além da discussão sobre a necessidade de se ter absoluta certeza de que a DRE e a DRM não iriam retirar recursos vinculados da saúde e educação... Mas houve o entendimento, inclusive, para reduzir de 30% nos recursos desvinculados para 25%. A DRU anterior desvinculava 20% desses recursos e houve aqui um acordo, inclusive, para que não ficássemos com os 30% propostos pelo Ministro Joaquim Levy e ficássemos com 25%. Houve esse entendimento.

Eu entendo que, para nós, não há possibilidade de votarmos essa proposição sem que se restabeleça, pelos menos, os 25%, não os 30% da desvinculação. Defendemos também que o tempo de duração dessa nova DRU seja inferior ao período que vai até 2023. Portanto, se não há por parte do Relator, se não há por parte da Base do Governo uma aceitação dessa mudança, para nós fica absolutamente inviável votar essa matéria, apesar de ela ter vindo originalmente do governo da Presidenta Dilma.

Nós votamos aqui e, lá na Câmara, a matéria recebeu essas mudanças que foram feitas.

E isso também, porque, em que pese o nobre Senador Valadares ter aqui se colocado que não vamos discutir a PEC que está lá, na Câmara dos Deputados, e que trata da limitação dos gastos da União, os gastos do Governo Federal, é impossível não estabelecer uma conexão. Nós estamos promovendo aqui uma desvinculação que vai ser absolutamente ampliada...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... quando nós discutirmos se for aprovada aquela PEC 241 – parece-me –, que trata da limitação dos gastos da União, inclusive nessas áreas de políticas sociais.

Ontem nós assistimos ao debate e ficou absolutamente claro que áreas como saúde, educação, habitação e várias outras não poderão ter um crescimento real, o que, na prática, é exatamente, em áreas como saúde e educação, termos uma ampla desvinculação de recursos nessas áreas.

Então, por essa razão, por não haver essas mudanças que possam reduzir o percentual de recursos vinculados, orientamos que votemos "não".

Essa é a posição do PT.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira, pela ordem.

Na sequência, daremos a palavra à Senadora Gleisi.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos discutindo exatamente a DRU, o projeto de lei que trata da DRU.

Logo em seguida, pela ordem, entrará o Projeto nº 204, de 2016, que trata da securitização. Eu queria fazer um apelo a V. Exª. Considerando que os bancos públicos estão afastados dessa hipótese, o Presidente da Caixa fez um apelo para que nós pudéssemos apresentar uma emenda no sentido de que a Caixa pudesse, com a aprovação do projeto, habilitar-se nos entes em que ela fosse, por exemplo, credora.

E, como diz a lei que 70% do arrecadado é para pagar dívidas, então, ela queria se habilitar. E o pessoal da área técnica está cuidando de uma emenda.

Eu queria fazer este apelo a V. Exª para que nós pudéssemos discutir e votar essa matéria na próxima terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Eu agradeço muito a ponderação do Senador Benedito de Lira e, conforme recomendação de V. Exª, a matéria ficará para ser apreciada na terça-feira. Muito obrigado, Senador Benedito.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, quem nos acompanha pela TV Senado e pela Rádio Senado, o mecanismo da desvinculação de recursos da União surgiu em 1994, como parte do programa de ajuste fiscal do governo do Fernando Henrique Cardoso e visava liberar recursos do Orçamento para a produção de superávit fiscal. Esse era o objetivo, e não se chamava DRU (Desvinculação de Receitas da União); chamava-se Fundo Social de Emergência e foi instituído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1994. Eram 20% dos impostos e das contribuições sociais. Não havia nenhuma retirada e nenhuma excepcionalidade de área ou de receita. Em 1996, há uma mudança do Fundo Social de Emergência e retira-se da base de cálculo do Fundo Social de Emergência o ITR (Imposto sobre Transmissão Rural).

Ora, com expressivo crescimento econômico e com o passar dos anos, principalmente da década passada, a questão fiscal deixou de ser, gradativamente, o centro da justificativa para desvinculação de receita. Então, o debate foi deslocado para a eficiência da alocação dos recursos das receitas da União.

Nós já começamos a ter DRU (Desvinculação de Receitas da União) a partir do ano 2000. Antes, porém, foi o Fundo de Estabilização Fiscal que substituiu o Fundo Social de Emergência. Em 2004, o Presidente Lula edita uma emenda constitucional, aliás, duas emendas, para reorganizar a Desvinculação de Receitas da União. Começa retirando 20% dos impostos e das contribuições sociais e econômicas, mas retira da base de cálculo o IOF-Ouro, o Imposto de Renda na Fonte, FPM e FPE, IPI-Exportação, Fundo Nacional do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste, contribuição do salário-educação. E a desvinculação da contribuição do salário-educação é feita de maneira a, no tempo, ser zerada. Então, começa, em 2009, com 12,5%; em 2010, com 5%; e, em 2011, com 0%.

Em 2016, é verdade que a Presidenta Dilma mandou para esta Casa uma proposta, sim, de emenda constitucional da DRU (Desvinculação de Receitas da União). Desde 1994, essa desvinculação existe, mas é impostante dizer que, quando a Presidenta mandou, mandou com os 30% das contribuições sociais econômicas e taxas da União e mais a retirada dos impostos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e aumentou de 25% para 30%.

Quando chegou essa matéria à Casa, eu me lembro de que a oposição à Presidenta Dilma, inclusive setores da Base do Governo, não concordavam com os 30% – não concordavam – e solicitaram um acordo conosco para que pudéssemos baixar os 30% para 25%. E assim foi feito. Nós acordamos isso e, inclusive, informamos o Governo de que seriam 25%.

Portanto, não teríamos problema nenhum em votar uma emenda constitucional de desvinculação de recursos da União se fossem 25%, conforme foi acordado à época com a oposição e com setores da base do governo. Mas tem mais.

Além disso, além dessa questão do percentual, nós não tínhamos também a votação da DREM, da Desvinculação dos Recursos de Receitas de Estados e Municípios. E por que é importante fazermos a discussão disso aqui, mais aprofundada, e não votarmos hoje essa desvinculação de receitas? Porque nós não temos calculado o impacto dessa desvinculação para Estados e Municípios.

A base de cálculo da DREM abrange expressamente a receita de impostos e taxas, mas há uma regra implícita, quase escondida, que aumenta a incidência da DREM para todas as receitas correntes dos Estados e Municípios, com exceção das contribuições previdenciárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Se é verdade que a princípio setores da saúde e da educação estarão preservados dos possíveis cortes de recursos decorrentes desse mecanismo, há uma outra realidade que é heterogênea, de Estados e Municípios, que nos impede de ter certeza disso, inclusive da educação básica e da saúde como um todo, especialmente porque há uma série de vinculações de receitas feitas por constituições estaduais, leis orgânicas municipais, leis estaduais e municipais que impactam os setores da saúde e da educação. E não tivemos condições, aqui no Senado da República e no Congresso Nacional, de fazer essa averiguação do impacto.

Além disso, há algo perverso na área da educação com a DREM, que é para o ensino superior dos Estados. E vou falar aqui do meu Estado, o Estado do Paraná. As nossas universidades estaduais, que não são poucas - nós temos uma rede grande de universidades estaduais -, não estão na Secretaria de Estado da Educação nem estão vinculadas aos recursos da educação. Estão na Secretaria de Ciência e Tecnologia. Portanto, a desvinculação de receitas de Estados e Municípios vai retirar das nossas universidades 30% dos recursos.

As nossas universidades já estão em situação precária, já passaram por um arrocho fiscal muito grande. Acredito que é assim também nos Estados de São Paulo, do Rio Grande do Sul e em outros Estados que têm redes fortes de universidades estaduais. Se aprovarmos isso, nós vamos retirar dinheiro da educação, sim. Nós não vamos preservar. Até porque não conhecemos a totalidade da legislação nos Estados e Municípios, podemos retirar dinheiro da educação básica inclusive, da saúde básica.

Portanto, Srs. Senadores, é importantíssimo que se discuta melhor essa matéria, que possamos retornar essa matéria para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e fazer lá uma audiência pública. Era esse o pedido que nós tínhamos. Está havendo tanto zelo na discussão do aumento da Defensoria Pública, fazendo-o voltar à CAE. Eu queria propor também, Presidente, propor aos Senadores que essa matéria pudesse retornar à CAE, que nós pudéssemos, Senador Ricardo Ferraço, fazer na nossa Comissão de Assuntos Econômicos uma audiência pública sobre os efeitos da desvinculação de receitas para Estados e Municípios.

(Soa a campainha.)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Chamar aqui os secretários dos Estados, chamar os secretários de finanças dos Municípios, chamar as áreas sociais de saúde e educação, para que pudéssemos votar essa matéria com segurança. Do jeito que estamos votando, nós podemos, sim, retirar recursos de áreas importantes de saúde e educação, mas também retiraremos da segurança pública, do meio ambiente, de várias outras áreas que não estão excepcionadas aqui, sobre as quais nós não temos condições de analisar o impacto.

Então eu queria deixar um pedido a este Plenário, Sr. Presidente, de que nós pudéssemos devolver essa matéria à Comissão de Assuntos Econômicos, para que pudéssemos fazer uma audiência pública, ouvir Estados e Municípios, mas ouvir também os setores de políticas públicas que vão ser atingidos por esse tipo de decisão.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Nas votações anteriores, se eu estivesse aqui no plenário, teria votado "sim". Queria que fosse...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A Ata registrará as manifestações de V. Exª, Senador Gladson.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Sr. Presidente, eu posso fazer um apelo a esta Presidência?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Pode.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AC) – Que pautasse, colocasse em votação o projeto do Senador Randolfe, do teto do ICMS, para a próxima semana. É de extrema importância para a Região Norte do nosso País. É o ICMS do combustível da aviação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Nós vamos estabelecer uma pauta mínima até quarta-feira. Na quinta-feira, começa o julgamento e, na semana seguinte, nós vamos reunir os Líderes para discutirmos as prioridades até a data da realização do primeiro turno da eleição municipal.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, com a palavra V. Exª.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, antes de o Senador e Líder subir à tribuna, só lembrar que esta é a quinta sessão em que nós estamos exaustivamente nesta discussão. Não há necessidade nenhuma de retorno dessa matéria à CAE. Nós precisamos votá-la.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Aloysio, com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP. Para discutir. Sem revisão do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu penso, Sr. Presidente, que haverá de chegar o dia em que esse tipo de discussão que nós estamos travando hoje será visto como uma esquisitice, porque, se o Congresso Nacional tem como finalidade precípua estabelecer, autorizar a arrecadação das receitas e ordenar, determinar as despesas, não há muito sentido discutir vinculações de receitas para essa ou aquela atividade.

No dia em que o Congresso Nacional – provavelmente eu não estarei mais aqui – resolver que é seu papel dizer a cada ano quais são as prioridades do gasto público, quando o Congresso Nacional travar uma disputa para ver quais são as prioridades que serão eleitas pelo Orçamento, não haverá necessidade de vinculações.

No dia em que nós nos conscientizarmos de que as receitas não podem ser infladas artificialmente e que as despesas não podem ser minimizadas também artificialmente, de modo que uma coisa caiba na outra, nós também não precisaremos discutir essa matéria.

Vejam o caso do Orçamento deste ano. Eu assisti à intervenção do Sr. Mansueto de Almeida na CAE. Ele nos disse que o Orçamento que está em vigor este ano foi enviado para o Congresso com uma previsão de aumento real – acima da inflação – da receita de 6%, o que é um delírio diante da recessão brutal que nós já estávamos vivendo. Imaginar que nós íamos aumentar a receita dos tributos federais em plena recessão é delírio.

Mas o pior é que o Congresso entrou nesse delírio, aceitou, aprovou, não perquiriu sobre a solidez desses dados. Por quê? Para poder encaixar as emendas. Para não ter que disputar qual será a prioridade real. Para ficar bem com todo mundo. No dia em que essa cultura mudar entre nós – e eu me incluo nela, Sr. Presidente –, nós não precisaremos mais discutir essas questões. Não faria mais sentido ficarmos vinculando *ad eternum*, como fizeram os Constituintes, determinados percentuais da receita a tais ou tais gastos. É como se o Parlamentar investido da condição de constituinte desconfiasse desse mesmo Parlamentar investido da condição de legislador ordinário. E veja V. Exª que os representantes não mudaram muito. Não houve uma grande mudança na composição do Congresso entre a Constituinte e a legislatura ordinária. Mas o Constituinte desconfiou de si mesmo e da sua capacidade de elencar prioridades no Orçamento e vinculou receitas, a ponto de essa situação se tornar inadministrável. Não é à toa que, desde o Governo Fernando Henrique, passando pelo Governo Lula, pelo Governo Dilma, todo santo ano, às vezes com mais tempo, num horizonte de tempo mais longo, nós votamos as desvinculações das receitas, para dar um mínimo de condição de execução dos orçamentos públicos.

Sr. Presidente, eu ouvi levantarem aqui receios sobre impacto dessa matéria que vamos votar sobre gastos como saúde e educação. Não é necessário recorrermos à Comissão de Assuntos Econômicos, porque está claríssimo...

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - SP) – ... o texto da PEC: essa desvinculação não afeta as receitas dos impostos federais. Portanto, a vinculação de 18% dos impostos da União para a educação não é atingida. Há uma previsão explícita no próprio texto da proposta de emenda constitucional da exclusão dos gastos dos Estados e dos Municípios com essa função da educação. De modo que não há nenhum tipo de impacto sobre isso, e tampouco em relação aos gastos com a saúde, uma vez que não há nenhuma mudança nos critérios de apuração da receita corrente líquida.

Quanto aos fundos constitucionais, como bem lembrou o Senador Humberto Costa, já na Câmara essa matéria foi excluída da tramitação da PEC.

Portanto, Sr. Presidente, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, quero pedir que os Líderes chamem os Senadores ao plenário para essa votação extremamente importante. Gostaríamos que ela fosse realizada hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria...

Senador Roberto Requião.

Senador Cidinho.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Falo daqui mesmo.

Só algumas observações.

Em primeiro lugar, por que não se desvincula a receita para o pagamento da dívida pública? Esta continua sendo intocável.

Agora, eu raciocinava aqui: qualquer governador, qualquer prefeito pode, com facilidade, inflar o orçamento, como já fez o Congresso Nacional algumas vezes, em 50% e, depois, desvincular 30%. Então, isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

não vai dar, rigorosamente, em nada. É uma medida que não terá efeito prático de forma alguma. E está cortando... Por exemplo, nós temos 28 universidades no Paraná. Vamos fechar as 28 universidades? Isso não tem cabimento. Nenhum cabimento.

O Governo tem que fazer a sua economia na elaboração do Orçamento. Essa estrutura de força não é uma coisa inteligente e não existe no planeta Terra também, assim como essa tolice da 241, que simplesmente liquida a possibilidade da existência do Estado, chegando a um momento em que o Judiciário, os programas sociais e tudo mais têm que ser mantidos com 1% da receita na projeção feita, por exemplo, pelo Professor Pedro, na última reunião da Comissão de Economia.

Nós estamos brincando de legislar com coisas sérias e fundamentalmente legislando no vazio.

O meu voto será contrário a essa bobagem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado, com a palavra V. Exª para discutir a matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que possamos também transmitir a toda população brasileira que a desvinculação da receita do Orçamento conhecida como DRU foi iniciada, sim, no Governo Fernando Henrique Cardoso, por aquela exposição feita pelo Senador Líder do Governo Aloysio Nunes, e foi seguida e continuada até a data de hoje pelo Governo do PT, do Lula e da Dilma. Eles nunca abriram mão dela, sempre a aprovaram, a ponto, Sr. Presidente, de o Governo da Presidente Dilma executar o Orçamento de 2016 baseado nessa PEC. Ela venceu no dia 31/12/2015. Está vencida!

O Senador Pimentel é professor nessa área orçamentária e sabe muito bem que o Orçamento está sendo executado com algo que nós temos ainda que aprovar, porque essa PEC passa a ser retroativa a 1º de janeiro de 2016, independente da data em que será aprovada no Congresso Nacional.

Então, Sr. Presidente, é preciso esclarecer a sociedade toda para, ao mesmo tempo, desmascarar a tese de que algo está sendo criado neste momento. Se ela tem uma ampliação é em decorrência da grave crise que nós estamos vivendo.

Eu disse a V. Exª, e pude relatar aqui no plenário, como colocou muito bem o Senador Aloysio Nunes, que vai haver o dia em que nós vamos discutir o orçamento sem vinculações, mas, ora, qual é a garantia que tem hoje a saúde e a educação, que têm uma vinculação orçamentária que está preservada na DRU e que não está comprometida hora alguma? Desvinculado o Orçamento, será mantida a educação e a saúde?

Ora, Sr. Presidente, como é que nós poderemos abrir mão de uma prerrogativa dessa, que está mantida na PEC que estamos aprovando, se muitas vezes esta Casa prefere apoiar reajuste de salário de quem tem estabilidade em detrimento de reajuste do SUS, da tabela do SUS, dos procedimentos?

É lógico que nós temos que proteger a saúde e a educação, mas vai haver a hora – e acredito, sim, num curto espaço de tempo – em que o Parlamento vai saber debater e saber que a sua peça principal é o Orçamento da União.

Como tal, ele saberá identificar quais são as prioridades, para não maquiar o Orçamento encaminhado ao Congresso Nacional. Estamos assistindo a isto desde 2014: vêm projeções iniciais de superávit na ordem de R$60 bilhões, de R$70 bilhões, e se encerra o ano com um déficit estratosférico de R$60 bilhões e, agora, de R$170 bilhões.

Assim, Sr. Presidente, o Democratas vai votar favoravelmente.

É uma das etapas necessárias para começarmos a sair desse quadro caótico em que nos encontramos. Isso é ainda mais necessário agora diante da inflação, diante do desemprego, diante daquilo que, muitas vezes, o Executivo terá de priorizar. O PT usou, durante todos os seus 13 anos, a DRU e, neste momento, vem rejeitá-la como se nunca a tivesse visto ou como se nunca tivesse votado favoravelmente à implantação dessa desvinculação.

Sr. Presidente, continuaremos na aprovação dessa emenda constitucional, para podermos legislar diante da crise que aí está implantada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, nós declaramos encerrada a discussão.

Passamos à votação.

De acordo com o disposto no art. 60, §2º, da Constituição, combinado com o art. 288, inciso II, do Regimento Interno, a matéria depende para a sua votação do voto favorável de três quintos da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

(Procede-se à votação.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira, Líder do PMDB, está com a palavra V. Exª.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Só quero encaminhar a matéria favoravelmente pelo PMDB e convocar nossos companheiros partidários e os membros desta Casa. Vamos entrar agora em um processo de votação importante. V. Exª acaba de dizer que precisamos de três quintos da composição da Casa para aprovar essa matéria que é tão importante para o País.

Então, o PMDB encaminha o voto "sim" e pede aos Senadores que compareçam ao plenário. Nós estamos em um processo de votação extremamente importante para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PMDB encaminha o voto "sim".

O Líder Eunício Oliveira faz um apelo aos Senadores do Partido que venham ao plenário.

Senador Cássio Cunha Lima, como vota o PSDB?

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PSDB, Sr. Presidente, também encaminha o voto "sim" pela relevância da matéria e faz um apelo para que todos os Senadores e Senadoras que se encontram em outras dependências do Senado Federal venham ao plenário, porque temos a exigência de um quórum para a aprovação de emenda constitucional.

Lembro que o voto "sim" contribui para a governabilidade da União, dos Estados e dos Municípios. É um voto pela coerência, porque esse instrumento de Desvinculação de Receitas da União, que agora estamos estendemos para Estados e Municípios, é uma ferramenta de gestão que vem sendo utilizada já há bastante tempo, criada ainda no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas mantida e praticada durante todos os anos dos mandatos do ex-Presidente Lula e da Presidente Dilma Rousseff.

Portanto, por coerência, nós vamos votar "sim", por entender que é uma ferramenta importante para a governabilidade não apenas da União, do Governo Federal, mas também dos demais entes federados: Estados e Municípios.

O PSDB vota "sim" e, mais uma vez, convida, chama, apela, convoca todos os Senadores e Senadoras para que cheguem ao plenário para a votação desta emenda à Constituição que interessa a todo o País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Benedito de Lira, como vota o PP?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Social Democrata/DEM - GO) – Sr. Presidente, o Democratas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O Democratas vota "sim".

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – O PSB, Sr. Presidente, vota "sim".

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - AL. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Eu queria aproveitar a oportunidade para convidar os Senadores do Partido para comparecerem ao plenário, porque teremos de votar essa matéria, que é da maior importância para a governabilidade do País.

O PP encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PP encaminha o voto "sim".

Senador Petecão e Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - AC) – O PSD encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSD encaminha o voto "sim".

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/REDE - AP) – A REDE encaminha o voto "não", Sr. Presidente.

A REDE encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – A REDE vota "não".

Senador Reguffe.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi, primeiro, aos Senadores da oposição para entrarem em obstrução. Acho que o quórum está muito baixo, Sr. Presidente.

A nossa preocupação nesse projeto centralmente é uma coisa nova, é a DREM. Não estamos falando só de Desvinculação de Receitas da União. Há a Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios. Na nossa avaliação, as universidades estaduais serão muito prejudicadas com essa Desvinculação de Receitas de Estado, como também os fundos de ciência e tecnologia.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, primeiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

estamos encaminhando a obstrução neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Senador Acir, como vota o PDT?

Senador Reguffe...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O PDT encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PDT encaminha o voto "sim".

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senador Lindbergh está tão ansioso para falar, que V. Exª me chama, e ele fala antes. Mas não há problema, não.

Apenas quero registrar meu voto, Sr. Presidente. Vou votar de forma contrária a essa PEC por coerência. Eu era contra no Governo da Presidente Dilma e continuo contra no Governo do Presidente Temer. Na minha concepção, isso dá uma liberdade excessiva ao governante e, inclusive, aumenta essa liberdade de 20% para 30%. Se o Parlamento vota um orçamento, esse orçamento tem de ser executado. Existem três Poderes no Brasil: os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. O Executivo ter 30% do orçamento para gastar à vontade, onde quiser, sem uma autorização por parte do Parlamento, não me parece correto, não me parece bom para o contribuinte brasileiro.

Por isso, meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores que estão em outras dependências da Casa para que venham ao plenário. É muito importante essa votação, a votação da desvinculação de receitas orçamentárias.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PSC - MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PSC vota "sim".

Senador Edison Lobão.

Senador Wellington Fagundes.

Senador Omar Aziz.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Moderador/PR - MT) – O PR encaminha o voto "sim" também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – Faço um apelo aos Srs. Senadores para que venham ao plenário. Estamos procedendo a uma votação muito importante de uma proposta de emenda à Constituição. (*Pausa.*)

Senador Romero Jucá.

Senador Raimundo Lira. (*Pausa.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente, o PT vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – O PT vota "não".

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, a Minoria também pede a todos os Senadores da oposição para votarem "não".

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, o PCdoB vota "não" também.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Sr. Presidente, nós temos um quórum de apenas 45 Senadores. Essa matéria é uma PEC. Portanto, eu pediria a V. Exª que encerrasse a sessão por falta de quórum.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, Sr. Presidente! Por quê, Sr. Presidente?

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB - CE) – Porque há falta de quórum.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quer dizer que não pode perder?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Não, Sr. Presidente! Não! Nós vamos votar!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – O Governo não pode perder?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB - AL) – É evidente a falta de quórum.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 13 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 128ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Aberturas de prazo

Abertura do prazo até o encerramento da discussão, em turno suplementar, perante a CEDN, para oferecimento de emendas ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2013 **(Memorando nº 2, de 2016, da CEDN)**.

É o seguinte o Memorando:

Senado Federal
Secretaria Geral da Mesa
Secretaria de Comissões
Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito

Memorando nº 002/2016 - CEDN

Brasília, 17 de agosto de 2016.

À Publicação
Em 17/8/16

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª. que, na presente data, esta comissão deliberou em caráter terminativo pela aprovação do **Substitutivo**, de autoria da Senadora Simone Tebet, ao Projeto de Lei do Senado n° 52, de 2013, de autoria do Senador Eunício Oliveira, que *"Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências"*.

Nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar.

Atenciosamente,

Senador Otto Alencar
Presidente da Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Discurso encaminhado à publicação

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REDAÇÃO E MONTAGEM – COREM

SF - 1

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero registrar aqui **mensagem recebida do Movimento Estudantil 'Juntos Pela Unipampa' –** Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul, juntamente com professores e funcionários, e da Câmara de Vereadores de Jaguarão, sobre as dificuldades financeira desta universidade, campus de Jaguarão.

A Unipampa vem sofrendo, ao longo dos últimos anos, cortes orçamentários nocivos a seu pleno funcionamento.

Havia para o ano de 2016, um orçamento de oitenta e quatro milhões e seiscentos mil para o pleno funcionamento de obras, bem como suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No entanto, a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o mesmo ano foi de cinquenta e cinco milhões e oitocentos mil e não obstante, com os contingenciamentos de março, o empenho foi definido como trinta e nove milhões e trezentos mil para custeio e investimento, ou seja, recursos discricionários, estando contingenciado o montante de dezesseis milhões e quinhentos mil.

É válido uma breve recordação sobre a importância da implantação da Unipampa para o cunho social e econômico da região do pampa, região que historicamente foi preterida, e após a implantação da universidade, que contemplou dez cidades, já vê reflexos como a melhoria de indicadores sociais, geração de empregos e aquecimento da economia local e regional.

Como pode ser constatado, a Unipampa além de ter grande importância na formação de profissionais para o mercado de trabalho e de futuros cientistas para a nossa nação, detém fortíssima valia socioeconômica e seu fechamento ou sucateamento reflete diretamente em nossa sociedade.

Sr. Presidente, hoje pela manhã recebi a visita do reitor da Unipampa, Marco Antônio Fontoura Hansem, do vice-reitor, Maurício Aires Vieira, e do pró-reitor, Luís Hamilton Pereira Júnior.

Acertamos a indicação de uma emenda parlamentar para esta instituição.

Era o que tinha a dizer.

Encaminhamento de matéria

Tendo em vista o deferimento de retirada do Requerimento nº 312, de 2016, a Presidência encaminha o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2012, à CMA e CCJ, para exame das Emendas nºs 7 e 8-Plen.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Pareceres

SENADO FEDERAL

PARECER Nº 737, DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 74, de 2016 (Mensagem nº 402/2016, na origem), do Senhor Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência*.

Relator: Senador **VALDIR RAUPP**

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea *f*, da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Mensagem nº 74, de 2016, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

A Constituição Federal de 1988 trata, em seu art. 52, inciso III, alínea *f*, da competência privativa do Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, em arguição pública, a escolha de titulares de cargos que a lei determinar. Em seu art. 11, parágrafo único, a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, estabelece que "são privativas do Presidente da República a escolha e a nomeação do Diretor-Geral da ABIN, após aprovação de seu nome pelo Senado Federal".

A Casa Civil da Presidência da República encaminhou o currículo do indicado, do qual extraímos as informações que passamos a relatar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

JANÉR TESCH HOSKEN ALVARENGA, 55 anos, filho de Geraldo Hosken Alvarenga e Natalia Tesch Hosken Alvarenga, graduado em Matemática, é Oficial de Inteligência de carreira, com mais de 30 anos de experiência na área.

Sobre a experiência profissional do indicado, convém assinalar que esta compreende tanto a análise de informações quanto funções de assessoramento e direção. No âmbito da ABIN, como oficial de inteligência, atuou nos segmentos de Contrainteligência, Contraespionagem, Proteção ao Conhecimento Sensível e Segurança Corporativa.

Na Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o indicado atuou como assessor, acompanhando a temática e desenvolvendo estudos sobre crime organizado, combate a drogas e outros assuntos de segurança. Ali integrou o Gabinete de Crise da Presidência da República, contribuindo para a atualização dos cenários de segurança institucional.

Além das qualificações como analista e assessor, o indicado tem significativa experiência gerencial. Entre 2001 e 2004, foi Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Análise do Crime Organizado no Departamento de Contrainteligência da ABIN e, desde 2014, é o Diretor do Departamento de Inteligência Estratégica da ABIN.

Sua experiência profissional pôde ser acrisolada com a direção de unidades regionais da ABIN, quais sejam, a Superintendência Estadual de Goiás, entre 2008 e 2009, e a Superintendência Estadual de Pernambuco de 2011 a 2014. No exterior, chefiou delegações em foros, conferências e reuniões de trabalho com serviços congêneres. Foi, ainda, Adido Civil de Inteligência na Colômbia, entre 2009 e 2011.

Em termos de capacitação, o indicado possui os principais cursos da carreira, com destaque para o Curso de Formação em Inteligência, o Curso de Aperfeiçoamento em Inteligência e o Curso de Análise Estratégica. Realizou também treinamentos junto a serviços de inteligência da Argentina, Estados Unidos da América, Israel e Rússia. Tem participado em seminários, simpósios e outras atividades acadêmicas, muitas vezes na condição de expositor ou conferencista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Entre as condecorações e comendas do indicado, assinalamos a Medalha da Vitória (comemorativa da participação do Brasil na II Guerra Mundial, pelos relevantes serviços prestados à causa dos ex-combatentes) e a Medalha do Pacificador.

Em conformidade com a legislação, o indicado apresentou argumentação escrita, na qual demonstra ter experiência profissional, formação técnica adequada, afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo de Diretor-Geral da ABIN. Nos termos do inciso II do art. 1º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, apresentou declaração, também por escrito de que:

1) É casado com GECY TENÓRIO DE TRANCOSO, que é profissional de inteligência aposentada;

2) Não participa nem nunca participou, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não governamentais;

3) Não se encontra em polo passivo ou ativo de ações judiciais;

4) Não atuou, nos últimos cinco anos, em juízos ou tribunais.

O indicado apresentou, ainda, certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, bem como certidão negativa de débitos junto à Fazenda Pública do Distrito Federal.

O cargo de Diretor-Geral da ABIN é de extrema importância, uma vez que a Agência é o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência. A atividade de inteligência tem como missão reunir dados e produzir conhecimentos para assessorar o processo decisório em diferentes instâncias. No caso da ABIN, o destinatário final do conhecimento produzido é o Presidente da República.

Em um momento em que o Brasil e o mundo passam por profundas transformações, e que os países se veem diante de ameaças como o terrorismo e o crime organizado, o emprego da atividade de inteligência é imprescindível. Recentemente, com a fixação da Política Nacional de Inteligência (PNI), por meio do Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016, a Inteligência no Brasil ganhou novo impulso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Assim, fundamental que, à frente da Agência Brasileira de Inteligência, esteja um profissional qualificado, com experiência nessa área tão hermética e que tenha condições de dialogar com os diferentes parceiros do Sistema Brasileiro de Inteligência e contribuir para que os destinos dessa atividade tão relevante sejam acrisolados a serviço do Estado e da sociedade.

Diante da natureza da matéria ora apreciada, eram essas as considerações a serem feitas no âmbito do presente Relatório.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2016

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Valdir Raupp, Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Senado Federal

Resultado de Votação Secreta

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Indicação para o cargo de Diretor-Geral da Abin
MSF 74/2016 - JANÉR ALVARENGA

Início da votação: 17/08/2016 14:17:13 Fim da votação: 17/08/2016 15:16:18

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)		**Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)**	
JORGE VIANA		1. JOSÉ PIMENTEL	
LINDBERGH FARIAS	votou	2. TELMÁRIO MOTA	
GLEISI HOFFMANN		3. VAGO	
LASIER MARTINS		4. HUMBERTO COSTA	
CRISTOVAM BUARQUE		5. VAGO	
ANA AMÉLIA	votou	6. BENEDITO DE LIRA	
Maioria (PMDB)		**Maioria (PMDB)**	
EDISON LOBÃO		1. JOÃO ALBERTO SOUZA	
ROBERTO REQUIÃO		2. RAIMUNDO LIRA	
SÉRGIO PETECÃO		3. MARTA SUPLICY	
VALDIR RAUPP	votou	4. KÁTIA ABREU	
RICARDO FERRAÇO	votou	5. HÉLIO JOSÉ	votou
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)		**Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)**	
JOSÉ AGRIPINO		1. RONALDO CAIADO	
ALOYSIO NUNES FERREIRA	votou	2. FLEXA RIBEIRO	votou
TASSO JEREISSATI	votou	3. JOSÉ ANÍBAL	
PAULO BAUER		4. ANTONIO ANASTASIA	votou
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)		**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)**	
FERNANDO BEZERRA COELHO	votou	1. JOÃO CAPIBERIBE	
VANESSA GRAZZIOTIN	votou	2. LÍDICE DA MATA	
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)		**Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)**	
EDUARDO AMORIM		1. EDUARDO LOPES	
ARMANDO MONTEIRO	votou	2. MAGNO MALTA	votou

Votação:

TOTAL 13 SIM 12 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0

Senador Aloysio Nunes Ferreira
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
PLENÁRIO Nº 7, EM 17/08/2016

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
MSF nº 74/16
fls. 19

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
PARECER Nº 746, DE 2016

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2015 (Projeto de Lei nº 5.284, de 2009, na origem), do Deputado Felipe Bornier, que "*veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados"*.

Relator: Senador **RONALDO CAIADO**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 138, de 2015 (Projeto de Lei nº 5.284, de 2009, na origem), que "*veda a importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos e de artigos dela derivados"* está em análise nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Em seu texto original, a proposição estipula, entre outras coisas, a proibição da importação de pele de cães, gatos e animais selvagens exóticos sem origem certificada, bem como de artigos derivados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

Em 23 de fevereiro deste ano, apresentei Parecer com Substitutivo. Entretanto, entendemos por bem solicitar o reexame da matéria, razão pela qual alteramos em parte o nosso voto. É o relatório.

II – ANÁLISE

Nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, devemos opinar sobre os diversos assuntos atinentes à defesa do meio ambiente.

Entendemos, que o Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, não apresenta quaisquer problemas de constitucionalidade, material ou formal, ou de injuridicidade, em qualquer dos seus elementos.

Quanto ao mérito, no entanto, modificamos esse parecer no sentido de retirar das vedações as peles de chinchilas, pelos motivos que passamos a expor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O projeto continua extremamente louvável. A essência dele é a coibir os maus tratos animais, com especial ênfase no combate ao mercado ilegal de peles e produtos derivados. A título de exemplo, o mercado chinês detém mais da metade do comércio e fabricação mundiais de produtos oriundos de pele de cães e gatos, sem a necessária comprovação de utilização das melhores práticas em prol do bem-estar animal. Países da comunidade europeia e Estados Unidos, por exemplo, já estabeleceram legislações vedando esse tipo de comércio.

Por outro lado, reavaliei minha opinião e entendi que não posso negligenciar a indústria de peles de chinchilas no País, devidamente certificada e fiscalizada, instalada aqui a muitas décadas, e que coloca o Brasil como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de artigos derivados de chinchilas, empregando e provendo renda a muitas famílias.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, com a **emenda substitutiva reformulada**, a seguir apresentada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador RONALDO CAIADO

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2015

Veda a importação de pele de cães, gatos, coelhos e chinchilas domésticos e de animais selvagens e de artigos dela derivados e altera o art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A importação de peles de animais e artigos delas derivados é vedada para:

I – cães, gatos e coelhos domésticos;

II – animais selvagens sem origem certificada e sem licença ou autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. Excetuam-se da disposição do *caput* peles de animais e artigos delas derivados destinados a instituições educativas e científicas, mediante autorização da autoridade competente.

Ala Senador Alexandre Costa – Gabinete 21 – Anexo - Bloco A – Senado Federal – Brasília/DF
CEP 70165-900 - Telefone:(61) 3303-6439 e 6440 – Fax: (61) 3303-6445

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Art. 2º Dê-se ao art. 31 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a seguinte redação:

"**Art. 31.** .....

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Parágrafo único. Incorre nas mesmas penas quem introduz no País peles de animais ou artigos delas derivados vedados em lei." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 16 de agosto de 2016.

Senador Otto Alencar, Presidente.

Senador Ronaldo Caiado, Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 15ª Reunião, Extraordinária, da CMA
Data: 16 de agosto de 2016 (terça-feira), às 09h30
Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Jorge Viana (PT)	1. Humberto Costa (PT)
VAGO	2. Regina Sousa (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Telmário Mota (PDT)
Paulo Rocha (PT)	4. VAGO
Ivo Cassol (PP)	5. Benedito de Lira (PP)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Jader Barbalho (PMDB)	2. VAGO
Otto Alencar (PSD)	3. VAGO
José Medeiros (PSD)	4. VAGO
Romero Jucá (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Ronaldo Caiado (DEM)	1. Alvaro Dias (PV)
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
Lídice da Mata (PSB)	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Rocha (PSB)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Cidinho Santos (PR)
Pedro Chaves (PSC)	2. Fernando Collor (PTC)

O Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2015, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
PARECER N° 747, DE 2016

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, em decisão terminativa, sobre o Ofício "S" nº 50, de 2014 (nº 4.193, de 2014, na origem), do Supremo Tribunal Federal, que *encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG*.

Relator: Senador **ROBERTO ROCHA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Ofício "S" (OFS) nº 50, de 2014 (nº 4.193, de 2014, na origem), do Supremo Tribunal Federal (STF), que *encaminha, para os efeitos do art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido no recurso extraordinário n° 527.109, mediante o qual o Plenário declarou incidentalmente a inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120/2003, do Município de Congonhal/MG*.

Acompanharam o Ofício, ainda, cópias da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da certidão de trânsito em julgado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O Recurso Extraordinário (RE) nº 527.109, que teve repercussão geral admitida pelo STF, foi interposto pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra acórdão da Corte Superior do Tribunal de Justiça daquela mesma unidade da Federação proferido, por unanimidade de votos, nos autos de ação direta de inconstitucionalidade na qual se arguia os citados arts. 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 1.120, de 12 de março de 2003, do Município de Congonhal/MG,*in verbis*:

> "**Art. 2º.** Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a contratação de:
>
> I – médicos, dentistas, enfermeiros, técnicos em enfermagem, bioquímico, técnico em RX, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários de saúde, para atendimento no serviço de saúde;
>
> II – agentes auxiliares administrativos, para a manutenção dos serviços administrativos do município;
>
> III – professores, para lecionar nas escolas municipais;
>
> IV – operários para atendimento das obras e serviços públicos;
>
> V – operadores de máquinas, para operar as máquinas da Prefeitura;
>
> V – pedreiros, pintores, eletricistas, encanadores, auxiliares de pedreiros, técnico agrimensor e mestre de obras, para executar obras e tarefas municipais;
>
> VII – merendeiras e serviçais, para auxiliar na manutenção das escolas;
>
> VIII – técnicos para atender as necessidades do Plano Diretor de Erradicação do 'Aedes Aegypti' do Brasil – PEAs, elaborado pelo Governo Federal e Secretaria Municipal de Saúde;
>
> IX – magarefe, para atender as necessidades do sistema de abastecimento do Município;
>
> X – monitor de esportes, para atender as atividades desportivas com crianças e adolescentes do município.
>
> **Art. 3º** Os contratos de que trata esta Lei poderão ser estendidos aos cargos públicos que estiverem vagos e desde que não haja lista de espera entre concursados.
>
> **Art. 4º** As contratações por tempo determinado serão limitadas ao período máximo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

O Excelso Pretório declarou a inconstitucionalidade dos referidos arts. 2º, 3º e 4º, mas, por maioria dos votos, modulou os efeitos da declaração de inconstitucionalidade, quanto aos incisos I, III e VIII do citado art. 2º da mencionada Lei Complementar, para preservar os contratos já firmados até a data do julgamento do Recurso Extraordinário que é objeto do Ofício "S" em exame, não podendo os referidos contratos excederem a doze meses de duração.

II – ANÁLISE

Compete privativamente a esta Casa, de acordo com o inciso X do art. 52 da Carta Magna, suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

Por sua vez, o art. 388 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) dispõe que a comunicação encaminhada pelo Presidente do STF acerca de declaração de inconstitucionalidade será, após leitura em plenário, enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que formulará projeto de resolução para suspender a execução da lei, no todo ou em parte.

Esta CCJ já emitiu parecer em casos semelhantes, cabendo, aqui, com a vênia dos integrantes desta Comissão, reafirmar análises anteriores sobre o assunto para esclarecer o papel do Senado Federal na sua competência constitucional prevista no mencionado inciso X do art. 52 do Estatuto Político.

Recuperando um pouco da história constitucional sobre o tema, constatamos que a competência dada ao Senado Federal, desde a Constituição de 1934 (salvo durante a vigência da Constituição de 1937), de suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo Poder Judiciário, tem como finalidade dar à decisão efeito *erga omnes*, isto é, estendê-la a todos que não fizeram parte da demanda apreciada pela Corte Suprema.

Trata-se de procedimento que é consectário do sistema de controle difuso de constitucionalidade, no qual a jurisdição constitucional é feita a partir da discussão de casos concretos e da declaração incidental da inconstitucionalidade das normas.

Nesse sistema, como as decisões são feitas em casos concretos, a declaração de inconstitucionalidade das normas pelo Poder Judiciário nunca tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

efeito *erga omnes*. Assim, o papel do Senado Federal é, exatamente, o de, mediante a edição de uma resolução, conferir esse efeito às decisões judiciais.

O sistema de controle difuso de constitucionalidade foi o único adotado no Brasil até a edição da Emenda Constitucional nº 16, de 26 de novembro de 1965, que deu competência ao Supremo Tribunal Federal para julgar *a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal ou estadual, encaminhada pelo Procurador-Geral da República*.

Com isso implantou-se, em nosso ordenamento jurídico, em funcionamento concomitante com o sistema difuso, o sistema concentrado de controle de constitucionalidade, no qual se atribui competência a um determinado órgão – no caso o Supremo Tribunal Federal – para conhecer da arguição de norma em tese frente à Constituição.

Nesse sistema, o objeto da decisão judicial é a própria norma e, se considerada inconstitucional, será derrubada com efeito *erga omnes*, tornando dispensável a participação do Senado Federal no processo.

Com a Constituição de 1988, ampliou-se o alcance do controle concentrado, com a instituição da ação direta de inconstitucionalidade e da ação de descumprimento de preceito fundamental e, com a Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, da ação declaratória de constitucionalidade.

Em todos esses casos, igualmente, dispensa-se a participação do Senado Federal para dar efeito *erga omnes* à decisão.

Entretanto, se é fato que essas mudanças mitigaram a importância do papel do Senado Federal, não nos parece que se possa afirmar, de forma categórica, que o eliminam totalmente, uma vez que continua em vigor o sistema difuso de controle de constitucionalidade.

Assim, em tese, esta Casa mantém o seu papel de dar efeito *erga omnes* a decisões judiciais que declaram, de forma incidental, em caso concreto, a inconstitucionalidade de norma. É o caso, como regra, do recurso extraordinário, ação judicial objeto do OFS nº 50, de 2014, *sub examine*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Conforme o art. 102, III, da Constituição:

> **Art. 102.** Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:
>
> .....
>
> III – julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida:
>
> a) contrariar dispositivo desta Constituição;
>
> b) declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal;
>
> c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição.
>
> d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
>
> .....

O Recurso Extraordinário nº 527.109, entretanto, não tem como objeto uma querela concreta, na qual emergiu a declaração incidental da inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 1.120, de 12 de março de 2003, do Município de Congonhal/MG, mas a discussão desses próprios dispositivos em tese, uma vez que se origina de recurso contra decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Trata-se, efetivamente, da forma como leis municipais podem ser discutidas, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, uma vez que a Carta Magna não prevê a possibilidade da impetração de ação direta de inconstitucionalidade ou de ação declaratória de constitucionalidade contra norma municipal perante a Suprema Corte.

Trata-se de entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, que tem como *leading case* a Reclamação nº 383, julgada em 11 de junho de 1992. É a seguinte a ementa do acórdão, da lavra do seu eminente relator, o Ministro MOREIRA ALVES:

> Reclamação com fundamento na preservação da competência do Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade proposta perante Tribunal de Justiça na qual se impugna Lei municipal sob a alegação de ofensa a dispositivos constitucionais estaduais que reproduzem dispositivos constitucionais federais de observância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

> obrigatória pelos Estados. Eficácia jurídica desses dispositivos constitucionais estaduais. Jurisdição constitucional dos Estados-membros. Admissão da propositura da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, com possibilidade de recurso extraordinário se a interpretação da norma constitucional estadual, que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados, contrariar o sentido e o alcance desta. Reclamação conhecida, mas julgada improcedente.

Comentando esse julgado, o atual Ministro GILMAR FERREIRA MENDES, em palestra proferida no dia 23 de outubro de 1998, no "I Congresso Brasiliense de Direito Constitucional: Os 10 anos da Constituição Federal em Debate", realizado no Auditório do Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, sobre o tema *O Controle de Constitucionalidade do Direito Estadual e Municipal na Constituição Federal de 1988*, afirmou:

> Não há dúvida, pois, de que será cabível o recurso extraordinário contra a decisão do Tribunal de Justiça que, sob pretexto de aplicar o direito constitucional estadual, deixar de aplicar devidamente a norma de reprodução obrigatória por parte do Estado-membro.
>
> É interessante notar que a decisão proferida em sede de recurso extraordinário no Supremo Tribunal que implique o reconhecimento da procedência ou da improcedência da ação direta proposta no âmbito estadual será igualmente dotada de eficácia *erga omnes*, o que ressalta uma outra peculiaridade dessa situação de inevitável convivência entre os sistemas difuso e concentrado de controle de constitucionalidade no direito brasileiro.

Assim, o recurso extraordinário contra a decisão da Justiça Estadual em sede de ação direta de inconstitucionalidade é, efetivamente, uma forma de controle concentrado de constitucionalidade, com efeito *erga omnes*, dispensando, desta forma, a intervenção do Senado Federal para determinar a sustação da vigência da norma atacada.

A atuação desta Casa nesse tipo de situação pode, até mesmo, gerar controvérsia sobre o momento em que ocorre a perda da eficácia da norma impugnada (a data do trânsito em julgado da decisão judicial ou da publicação da resolução respectiva).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Ademais, o Excelso Pretório chega até a admitir, nesses casos, a modulação de efeitos, que é totalmente incompatível com a participação do Senado Federal.

Isso ocorreu no Recurso Extraordinário sob exame, cuja decisão, já transcrita, deixa claro o seu alcance, corroborando as observações feitas acima.

Do exposto, concluímos que não cabe a participação do Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição, para editar resolução com a finalidade de *suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal*, no caso de recurso extraordinário contra a decisão da Justiça Estadual em sede de ação direta de inconstitucionalidade – como ocorre no OFS nº 50, de 2014 –, uma vez que essa ação é, efetivamente, uma forma de controle concentrado de constitucionalidade, com efeito *erga omnes*.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pelo arquivamento do Ofício "S" nº 50, de 2014.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2016.

Senador JOSÉ MARANHÃO, Presidente

Senador ROBERTO ROCHA, Relator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 17/08/2016 às 10h - 31ª, Ordinária

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
JORGE VIANA	PRESENTE	1. LÍDICE DA MATA	
GLEISI HOFFMANN		2. TELMÁRIO MOTA	
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	3. LINDBERGH FARIAS	
FÁTIMA BEZERRA		4. ANGELA PORTELA	
HUMBERTO COSTA		5. ZEZE PERRELLA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	6. PAULO PAIM	PRESENTE
BENEDITO DE LIRA	PRESENTE	7. IVO CASSOL	
CIRO NOGUEIRA		8. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Maioria (PMDB)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
EUNÍCIO OLIVEIRA		1. ROBERTO REQUIÃO	
EDISON LOBÃO		2. SÉRGIO PETECÃO	
MARTA SUPLICY		3. GARIBALDI ALVES FILHO	
EDUARDO BRAGA		4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET		5. DÁRIO BERGER	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. ROSE DE FREITAS	
JADER BARBALHO		7. HÉLIO JOSÉ	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	8. RAIMUNDO LIRA	

Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	1. ALOYSIO NUNES FERREIRA	PRESENTE
RONALDO CAIADO	PRESENTE	2. ALVARO DIAS	PRESENTE
AÉCIO NEVES		3. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO		4. RICARDO FRANCO	
ANTONIO ANASTASIA	PRESENTE	5. DAVI ALCOLUMBRE	

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
ANTONIO CARLOS VALADARES	PRESENTE	1. VANESSA GRAZZIOTIN	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	2. JOÃO CAPIBERIBE	
RANDOLFE RODRIGUES	PRESENTE	3. LÚCIA VÂNIA	

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCJ, 17/08/2016 às 10h - 31ª, Ordinária

Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		**SUPLENTES**	
EDUARDO AMORIM	PRESENTE	1. ARMANDO MONTEIRO	
EDUARDO LOPES		2. CIDINHO SANTOS	PRESENTE
MAGNO MALTA		3. VICENTINHO ALVES	PRESENTE

Não Membros Presentes

ROMERO JUCÁ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Projetos de Lei do Senado

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2016

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

AUTORIA: Senador Romário

DESPACHO: À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Gabinete Senador **ROMÁRIO – PSB/RJ**

SF/16677.28776-30

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para estabelecer a obrigatoriedade da coleta de dados sobre pessoas com deficiência.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece a obrigatoriedade da geração de dados relativos à capacitação para o trabalho da pessoa com deficiência, por parte do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como estabelece termos para que qualquer instituição pública que realize pesquisa de natureza censitária inclua, em seus instrumentos de coleta de dados, indagações relativas à aptidão para o trabalho das pessoas com deficiência integrantes da população investigada.

Art. 2º A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 92-A:

"**Art. 92-A.** As pesquisas, de caráter censitário ou não, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou por outras instituições públicas de pesquisa, sejam elas de caráter nacional, regional ou local, deverão, obrigatoriamente e a cada nova edição da série, gerar dados e informações populacionais relativas:

I – aos tipos e graus de deficiência que interfiram na capacitação para atividades laborais encontrados nas populações pesquisadas;

II – ao tipo e grau de formação escolar da pessoa com deficiência;

III – ao tipo e grau de habilitação profissional efetivamente portada pela pessoa com deficiência;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

IV – ao tipo e grau de habilitação profissional capaz de fazer valer, no mercado de trabalho, as aptidões da pessoa com deficiência;

V – aos meios locais e regionais disponíveis para a reabilitação profissional da pessoa com deficiência;

VI – à demanda empresarial por mão de obra habilitada ou reabilitada de pessoas com deficiência;

VII – ao tipo e grau de barreiras e de recursos de acessibilidade efetivamente existentes nas empresas;

VIII – ao tipo e grau de recursos de acessibilidade legalmente obrigatórios, porém faltantes;

IX – a temas indicados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), nos termos do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE), bem como os conselhos ou secretarias estaduais de direitos da pessoa com deficiência, manterão contato permanente com as entidades representativas dos setores patronais e das pessoas com deficiência para delas saber quais informações e dados são, a cada momento, necessários para a promoção da empregabilidade das pessoas com deficiência, de modo a orientar as entidades de pesquisa mencionadas neste artigo quando da elaboração de seus instrumentos de investigação."

SF/16677.28776-30

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 25 de julho de 1991 entrava em vigor a Lei nº 8.213, que, em seu artigo 93, estabelecia a obrigatoriedade de empresas com mais de cem postos de trabalho destinarem quotas destes a serem ocupadas por pessoas com deficiência. Era a expressão legal do espírito da nova Constituição, em vigor, então, há apenas três anos. Era a expressão da força do consenso social regenerador de valores que havia dado origem ao documento constitucional. Mas, conforme sabemos pelas ciências sociais, a lógica da implementação de valores costuma fazer difícil casamento com as necessidades de racionalização das atividades econômicas.

Desde então, portanto, cresceram tanto o percentual de pessoas com deficiência empregadas quanto os conflitos gerados pela imposição de uma lógica proveniente do campo dos valores ao campo da atividade econômica com fins lucrativos. Tornaram-se crônicas a aplicação de multas a empresários que não cumpriam com a referida obrigação legal, supostamente em razão de puro preconceito, bem como a alegação de empresários de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

não empregavam pessoas com deficiência habilitadas simplesmente porque elas não estavam disponíveis no mercado de trabalho – e não por preconceito.

Tenho visão otimista acerca das reservas morais de que dispõe a sociedade brasileira, de modo que minha abordagem do tema sempre será, igualmente, otimista e positiva. Creio na possibilidade de plena habilitação para o trabalho e integração à sociedade das pessoas com deficiência, bem como creio no empresariado quando este diz estar plenamente disposto a cumprir a lei, não o fazendo em razão da inexistência de demanda. Isso significa que minha crença é a de que o problema a ser enfrentado é, antes, de adequada coordenação entre os setores interessados, e não o da escolha de lados em uma guerra em que cada um dos oponentes tenta impor ao outro a sua visão das coisas.

SF/16677.28776-30

Pode-se dizer, portanto, que acredito que a maior parte dos conflitos ligados à matéria deriva da falta de informação adequada, que esclareça as dificuldades e possibilidades efetivamente existentes no presente de nossa sociedade.

Movido por essa crença, tenho procurado e ouvido, ao longo dos últimos dois anos, em encontros promovidos sob a chancela de meu Gabinete e, portanto, deste Senado Federal, todas as entidades representativas das pessoas com deficiência, todos os setores do Estado envolvidos no tema e as mais importantes entidades representativas dos diversos setores patronais. Essa atividade apenas reforçou aquela crença: menos do que uma guerra de valores e preconceitos, o que tem nos afligido é a ignorância acerca das condições reais da oferta e da demanda por mão-de-obra de pessoas com deficiência.

Por um lado, precisamos saber com exatidão onde estão e quem são as pessoas com deficiência habilitadas ou por habilitar, o que estão aptas a fazer, e como; por outro lado, necessitamos saber o que oferecem e do que precisam os empresários, onde e em que escala. O Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já levantou informações valiosas a respeito da matéria, mas também fez-nos perceber o quão pouco sabíamos sobre ela. Mostra-se necessária, hoje, a ampliação da qualidade e da quantidade das informações produzidas pelo IBGE e por outras entidades federais de pesquisa.

Minha interlocução com os setores envolvidos revelou também o caráter dinâmico e sempre cambiante daqueles fatores de oferta e demanda, de modo que apenas a oitiva constante dos grupos envolvidos pode revelar o que é necessário saber a cada quadra de desenvolvimento de processos econômicos, locais, regionais ou nacionais.

O que recolhi da oitiva dos interessados procurei empregar para a composição da solução normativa que ora apresento aos nobres Pares. Assim, procurei tornar obrigatória a produção regular de informações que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

invariavelmente, mostraram-se necessárias, a partir da experiência dos envolvidos. Mas, em razão do caráter dinâmico que, sempre segundo as partes envolvidas, caracteriza a relação de oferta e demanda como um todo, procuramos dar feição normativa a tal realidade: assim, a proposição determina ao Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CONADE) que mantenha contato permanente com as entidades representativas dos grupos envolvidos, de modo a saber o que é preciso saber para, então, suprir as entidades de pesquisa com as questões mais relevantes a serem esclarecidas, em cada momento, em cada setor, em cada local.

SF/16677.28776-30

Observemos que, de acordo com o inciso XIV do art. 24 da Constituição, é de competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal a legislação sobre a integração social das pessoas com deficiência. O § 1º do mesmo artigo aduz que a competência da União deve limitar-se ao estabelecimento de normas gerais. É o que acreditamos estar fazendo no momento, a saber, propondo norma geral – cuja obrigatoriedade alcançará, portanto, as instituições públicas estaduais que coletem dados e produzam informações.

Por fim, em atenção à força constitucional que tem a autonomia didático-científica das instituições universitárias, não as vemos sob o comando da norma que propomos, embora sigamos contando com sua constante colaboração.

São essas as razões por que peço aos nobres Pares o apoio a esta proposta de solução para tão relevante matéria.

Sala das Sessões,

Senador ROMÁRIO

PSB/RJ

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

inciso XIV do artigo 24

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 - LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA / ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - 13146/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2016

Cria o Programa Lar Legal, com o objetivo de reconhecer o domínio de imóvel público ou privado em favor, preponderantemente, de pessoas de baixa renda detentoras de posse consolidada.

AUTORIA: Senador Dário Berger

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DÁRIO BERGER**

SF/16987.55487-05

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2016

Cria o Programa Lar Legal, com o objetivo de reconhecer o domínio de imóvel público ou privado em favor, preponderantemente, de pessoas de baixa renda detentoras de posse consolidada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O reconhecimento do domínio de imóvel público ou privado integrante de assentamento irregular localizado em área urbana consolidada ou em área de expansão urbana, excluídas as áreas de risco, em favor, preponderantemente, de pessoas de baixa renda poderá ser obtido mediante procedimento judicial voluntário, nos termos desta lei.

§ 1º Considera-se área urbana consolidada a parcela do território urbano com densidade demográfica considerável, malha viária e no mínimo dois equipamentos de infraestrutura urbana implantados, desde que ocupada de forma mansa e pacífica há pelo menos cinco anos e cujas edificações ou outras características indiquem a irreversibilidade da posse e induzam ao domínio.

§ 2º Para aferir a situação jurídica consolidada da região poligonal ou da área global objeto do pedido e se está fora de área de risco, serão suficientes quaisquer documentos hábeis a comprovar esses dois requisitos, notadamente aqueles provenientes do município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

§ 3º Cumprido o disposto no parágrafo anterior, é dispensável a análise da posse individual de cada morador, por presumir-se consolidada.

§ 4º Em se tratando de imóvel público ou submetido a intervenção do Poder Público, a obtenção do domínio pressupõe a existência de lei autorizadora.

§ 5º A declaração do domínio em favor do adquirente não isenta nem afasta qualquer responsabilidade do proprietário, do loteador ou do Poder Público, tampouco prejudica a adoção de medidas cíveis, criminais ou administrativas contra estes.

§ 6º O Programa Lar Legal restringe-se ao reconhecimento do domínio; por isso dispensa os demais documentos necessários à regularização fundiária.

Art. 2º O pedido de reconhecimento do domínio será formulado pelo município, por associação de moradores, devidamente autorizada pelos representados, ou pelos interessados ao juiz de direito com competência em registro público.

§ 1º O procedimento será especial de jurisdição voluntária, com preponderante incidência dos princípios da celeridade, da informalidade e da instrumentalidade, e terá preferência na tramitação.

§ 2º O Ministério Público e o magistrado deverão zelar pela rápida aplicação desta lei, para proteger as famílias beneficiadas, sendo vedada qualquer forma de interpretação que possa dificultar o trâmite processual ou retardar o julgamento.

§ 3º O ônus da prova é invertido em favor do requerente, de forma que incumbe a quem se opuser ao pedido a demonstração cabal de qualquer fato impeditivo ou modificativo da pretensão daquele, uma vez que se presumem verdadeiros os fatos alegados na petição inicial.

§ 4º O pedido de reconhecimento de domínio poderá ser efetuado de forma coletiva e incluir pequenos estabelecimentos comerciais e imóveis pontuais não edificados, desde que com anuência e justificativa do Poder Público municipal.

Art. 3º A petição inicial deverá ser instruída com:

SF/16987.55487-05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

I – certidão atualizada da matrícula correspondente à área global objeto do pedido ou certidão do Registro de Imóveis comprobatória de que ela não está registrada;

II – certidão negativa de ação real ou reipersecutória e de ônus reais expedida pelo Registro de Imóveis;

III – planta simplificada da área global, discriminando cada lote, com as respectivas divisas, acompanhada do memorial descritivo assinado por profissional habilitado e da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), que contenha:

a) descrição sucinta da área urbana consolidada, com suas características e com a qualificação disponível dos confrontantes externos e, se casados forem, de seus cônjuges;

b) indicação e descrição de cada lote participante, com a localização em coordenadas do sistema Universal Transversa de Mercator (UTM), quadro de áreas, identificação de logradouro e, se houver, numeração de quadras e lotes de acordo com a base cadastral municipal;

IV – qualificação disponível do proprietário e, se casado for, de seu cônjuge; e

V – documento ou declaração nos termos do § 2º do art. 1º.

§1º Havendo dúvida sobre a posse consolidada individual, poderão ser exigidos documentos comprobatórios da compra e venda, da titularidade da posse, do pagamento de água ou luz, ou qualquer outro que indique a posse.

§ 2º Se o pedido for formulado sem documento que demonstre a anuência prévia do Município, este deverá ser intimado para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 4º Depois de devidamente instruído o pedido, o juiz determinará a citação dos proprietários e dos confinantes externos, preferencialmente por Aviso de Recebimento (AR), e, por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, de eventuais interessados, para que apresentem resposta, no prazo de 10 (dez) dias, na qual indiquem de forma clara e objetiva os pontos controversos, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial e de considerarem-se anuentes com o

SF/16987.55487-05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

reconhecimento do domínio; assim como providenciará a intimação, por correio, dos representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, para que se manifestem, se tiverem interesse na causa.

§ 1º Se a petição inicial vier acompanhada de documento que demonstre a anuência prévia dos proprietários ou dos confinantes, dar-se-á a citação por realizada.

§ 2º A citação do confinante externo será dada como válida quando recebido o AR no endereço oficialmente indicado nos autos.

§ 3º Havendo interesse da União, deverá o magistrado determinar que seja especificado a que área ela se refere, com a devida justificativa, para, em seguida, julgar se o processo deverá ser remetido, total ou parcialmente, à Justiça Federal.

§ 4º Apresentada resposta, o requerente e o Ministério Público deverão ser ouvidos no prazo de 10 (dez) dias.

§ 5º O magistrado indeferirá de plano respostas sem fundamento plausível.

§ 6º Não sendo o caso do parágrafo anterior, as partes serão remetidas às vias ordinárias.

§ 7º A impugnação parcial do pedido não impede o reconhecimento do domínio da parte incontroversa.

Art. 5º Para o reconhecimento do domínio, o juiz deverá sempre buscar a solução consensual dos eventuais pontos controversos.

Parágrafo único. Incumbe ao magistrado zelar pela rápida solução do processo, indeferindo atos desnecessários, não permitindo retenção dos autos além dos prazos previstos, fiscalizando o cumprimento dos atos procedimentais judiciais e extrajudiciais no prazo legal e proferindo sentença de imediato, depois de cumpridas as exigências desta lei.

Art. 6º O Ministério Público e os demais interessados poderão requerer a produção de provas destinadas a demonstrar suas alegações, mas ao juiz é lícito investigar livremente os fatos e ordenar de ofício a produção de quaisquer provas, desde que absolutamente relevantes.

SF/16987.55487-05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

§ 1º Qualquer outra prova não prevista expressamente nesta lei só poderá ser produzida, com justificativa, quando for absolutamente imprescindível para esclarecer fato controverso.

§ 2º Havendo fato controverso ou qualquer dúvida, deverá o magistrado realizar inspeção judicial para solucioná-los antes da produção de qualquer outra prova não prevista nesta lei.

SF/16987.55487-05

Art. 7º O Ministério Público deverá manifestar-se antes da prolação da sentença, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 8º Havendo alteração na situação da posse durante a tramitação do processo, o novo possuidor poderá substituir o requerente original no feito, a fim de que a sentença determine o registro do imóvel no nome daquele.

Art. 9º Na sentença que resolver o mérito do pedido de reconhecimento do domínio, o juiz não será obrigado a observar critério de legalidade estrita e poderá adotar a solução que reputar mais conveniente ou oportuna.

§ 1º Na sentença que acolher o pedido do requerente, o juiz deverá declarar adquirida a propriedade do imóvel por aquele, sem prejuízo de eventuais direitos de terceiros ou isenção de responsabilidades dos proprietários, loteadores ou do Poder Público, e, ainda, poderá adotar outras medidas, cíveis, criminais ou administrativas, contra estes.

§ 2º O juiz poderá indeferir total ou parcialmente o pedido quando perceber fim especulativo ou outro que se desvie do objetivo do Programa Lar Legal, ou quando constatar inverdade no documento previsto no § 2º do art. 1º.

§ 3º Em caso de requerente casado ou em união estável, a ausência de um dos cônjuges não impede o reconhecimento do domínio do imóvel, que deverá ser feito em nome do casal.

§ 4º Não havendo casamento formalizado, o domínio deverá ser reconhecido prioritariamente em nome de ambos os requerentes ou em nome da mulher, em caso de relação heteroafetiva.

Art. 10. A sentença será transcrita, mediante mandado, no Registro de Imóveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Art. 11. Se o juiz constatar que o registro ou algum ato autorizado por ele nos termos desta lei é nulo ou anulável, determinará, fundamentadamente e de ofício, seu cancelamento.

Art. 12. Os processos estão isentos de quaisquer custas ou emolumentos, judiciais ou extrajudiciais.

Parágrafo único. Os cartórios de Registro de Imóveis deverão dar prioridade e urgência à emissão dos títulos de propriedade do Programa Lar Legal, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, e justificar ao magistrado em caso de atraso.

SF/16987.55487-05

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nossa República insculpiu na Carta Magna sua formação, sua constituição e seus objetivos. Queremos ser uma sociedade democrática, justa, digna, plural, livre, igualitária, sem pobreza e com dignidade de vida para todo cidadão brasileiro. Vale relembrar seus primeiros artigos:

> **Art. 1º** A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
>
> I - a soberania;
>
> II - a cidadania;
>
> III - a dignidade da pessoa humana;
>
> IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
>
> V - o pluralismo político.
>
> *Parágrafo único.* Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
>
> **Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
>
> I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
>
> II - garantir o desenvolvimento nacional;
>
> III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

> IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

SF/16987.55487-05

Alcançar essa almejada sociedade não é tarefa fácil. Muitos são os entraves. Um dos mais graves é a exclusão. Não são poucas suas formas e a falta de garantia sobre a propriedade do local de residência da família é uma das maneiras de exclusão mais preponderantes e com corolários deletérios. Milhões de brasileiros vivem de forma irregular, sem o título de propriedade do imóvel residencial. Não são donos do lugar onde vivem e criam seus dependentes. Nessas condições (material e jurídica) precárias estão sujeitos à especulação, à pura e cruel expulsão de seus lares, para ir viver nas ruas. Além disso, mesmo não sendo expulsos, estão excluídos dos programas governamentais, bem como de acesso ao crédito para conseguirem empréstimos e melhorarem suas moradias, com a construção de banheiros, muros, calçadas e outras benfeitorias, todas com reflexo na saúde e na segurança pública.

Esse é um dos gravíssimos problemas causadores de injustiça social no Brasil. Tentar resolvê-lo é obrigação das autoridades públicas. Algumas iniciativas já foram feitas e a seguir serão relatadas, mas nenhuma delas conseguiu construir um instrumento jurídico capaz de resolver um problema de tamanha magnitude, que atinge milhões de brasileiros.

Lei nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade

Com o Estatuto da Cidade foram criadas ferramentas de regularização fundiária, entre as quais se destacam as seguintes:

Usucapião especial urbano (artigo 9º)

Entre todas até hoje lançadas, ainda é a mais eficiente, pois alcança titulação definitiva por meio de sentença judicial, porém é uma ferramenta limitada, haja vista que:

a) atua de forma individualizada (inúmeros são os casos verificados em que foi tentado o litisconsórcio ativo, porém os juízes determinaram o desmembramento do processo ante a falta de previsão para o ajuizamento “coletivo”);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

b) limita taxativamente a área máxima do terreno em 250 m², o que inviabiliza a regularização para milhares de famílias que ocupam áreas superiores a esta;

c) é limitado a áreas privadas; e

d) judicialmente tramita sem qualquer prioridade e acaba entrando na conhecida morosidade do Poder Judiciário.

SF/16987.55487-05

Usucapião coletivo (artigo 10)

Mesmo prevendo a forma coletiva, esta ferramenta detém resultado muito negativo e praticamente entrou em desuso, pelos seguintes motivos:

a) titula em condomínio os moradores de baixa renda – a matrícula é aberta com coproprietários, o que, na prática, inviabiliza completamente a utilização do título para as finalidades mais pretendidas, como financiamentos;

b) é limitado a áreas privadas; e

c) da mesma forma, tramita na vala comum dos processos.

Concessão de direito real de uso (CDRU, artigo 40, V, "g")

Invariavelmente utilizada como ferramenta de titulação em áreas públicas (única capaz de atuar em áreas públicas), é criticada pelos seguintes motivos:

a) não concede título de propriedade definitiva – o beneficiário recebe uma concessão de uso do imóvel, sempre por tempo determinado; e

b) de fato, referido título é registrado em matrícula, porém é extremamente malvisto, pois não fornece a propriedade do imóvel e a segurança jurídica almejada pelo morador – a propriedade do imóvel permanece em nome do Poder Público (geralmente da Prefeitura, porque atua em áreas públicas municipais), e esse mecanismo jurídico gera descrédito na população a ser atendida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Lei nº 11.977, de 2009 – Programa Minha Casa, Minha Vida

Atentos aos casos práticos vivenciados pela aplicação do Estatuto da Cidade, foi lançada a Lei nº 11.977, de 2009, que a partir de seu artigo 46 tratou da regularização fundiária. Inovou criando uma ferramenta extrajudicial capaz de atuar em áreas públicas e privadas, com demarcação urbanística e com a consequente emissão dos títulos de "legitimação de posse", valendo destacar entre os aspectos práticos:

SF/16987.55487-05

a) a pretensão é extremamente burocrática, conceitual e de difícil aplicação. Para que se chegue à emissão da legitimação de posse prevista, fazem-se necessárias aprovações de projetos, que envolvem inúmeros estudos técnicos, laudos, entre outras diversas peculiaridades. São exigências burocráticas e inoperantes, além de extremamente caras para ser suportadas por pessoas carentes;

b) vencida toda a etapa burocrática, o título concedido é de mera posse, título precário, sem qualquer segurança jurídica, o qual, se decorridos 5 (cinco) anos sem qualquer oposição/contestação, poderá ser convertido em título de propriedade diretamente perante o Registro de Imóveis. Isso pode acarretar que muitos posseiros de décadas que viviam tranquilos, no momento em que buscam a propriedade, alertem a todos os interessados, que podem, nesse prazo de cinco anos, contestar a pretensão. Mais uma vez, pessoas sem acesso à Justiça ou com dificuldades de se defender em juízo acabarão prejudicados e perdendo seus direitos possessórios;

c) o Poder Judiciário e o Ministério Público ficam expressamente afastados do procedimento. Por um lado, isso pode ser considerado positivo, pois desburocratiza com a desjudicialização, mas, tendo em vista a prática de grilagem e outros mecanismos de usurpação das terras das pessoas menos favorecidas economicamente, a presença do Poder Judiciário e do Ministério Público é a garantia de que práticas ilegais dessa espécie não venham a ocorrer;

d) há sujeição dos moradores à forte especulação. É comum que proprietário e outros interessados, quando o processo de regularização se inicia, procurem os moradores exigindo dinheiro, sob ameaça de contestarem o pedido de regularização;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

e) em ocupações já consolidadas, o ocupante abdica de seu direito adquirido (inclusive da prescrição aquisitiva consumada para fins de usucapião) para receber título precário, passando a estar sujeito a perder sua moradia; e

f) não se conhecem até o momento casos concretizados de solução completa e definitiva por meio dessa ferramenta.

SF/16987.55487-05

Provimento nº 44, de 2015, do Conselho Nacional de Justiça

A redação desse provimento não é de muita clareza e, em um primeiro momento, permitiu uma interpretação positiva. Aparentava ser capaz de outorgar titulação definitiva aos moradores. Porém, em estudo mais percuciente, inclusive levando em conta reais tentativas de aplicá-lo, foi possível observar que ele nada mais fez do que tentar procedimentalizar a própria Lei n. 11.977/2009, sem qualquer inovação capaz de realmente auxiliar em sua aplicabilidade. Portanto:

a) mantém os mesmos resultados alcançados pela Lei n. 11.977;

b) não inova sob qualquer aspecto – apenas tenta, de forma confusa, instruir o procedimento da Lei n. 11.977;

c) consegue ser ainda mais burocrático do que a própria Lei n. 11.977; e

d) mantém de maneira expressa o afastamento do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Usucapião extrajudicial – Lei nº 13.105, de 2015 (Novo Código Processo Civil)

Da mesma forma, na intenção de inovar e criar ferramenta extrajudicial para fins de aquisição de propriedade através da usucapião, o art. 1.071 do CPC introduziu o art. 216-A na Lei de Registros Públicos. Entretanto, essa nova norma não se mostra viável para resolver o enorme problema da titularidade da moradia de milhões de pessoas pelos seguintes motivos:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

a) trata-se de uma ação individual, o que impede a regularização de milhares de brasileiros em situação irregular de moradia; e

b) exige como requisito a expressa anuência daquele em cujo nome esteja registrada a propriedade do imóvel usucapiendo (inciso III, § 2º), o que, sem a fiscalização de autoridade pública, certamente gerará cobranças e exigências aos moradores. É importante frisar que no caso dessa Lei busca-se atender a pessoas com baixa renda, todas vulneráveis e sujeitas à especulação e a todas as formas de pressão. A inovação do CPC não foi direcionada às pessoas de baixa renda.

SF/16987.55487-05

O Brasil é um país com enormes diferenças sociais, e muitas pessoas não possuem ou possuem pouca condição de se defender judicialmente. Por outro lado, a propriedade da terra é um tema que conduz à especulação e aos mais variados interesses. Por isso, os mecanismos jurídicos extrajudiciais criados sempre apresentam enorme risco de conduzir milhares de cidadãos à perda de seus direitos. Por isso, a presença do Ministério Público e do Poder Judiciário é uma condição de garantia para esses cidadãos. Entretanto, essa presença necessita ser regrada por uma lei célere e eficaz. Há um exemplo real em tramitação, que inspirou o presente projeto de lei. Este é o caso.

O **Projeto Lar Legal**, criado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, ofereceu ferramenta ágil e objetiva para o combate à exclusão social, permitindo às pessoas de baixa renda e excluídos do sistema oficial de justiça uma possibilidade de regularização da propriedade urbana de sua residência ou lar, por meio de um processo voluntário, coletivo, rápido e de custo baixo. Detentores de temerária posse, milhares de cidadãos vivem na insegurança, podendo perder a moradia para especuladores, além de estarem excluídos de projetos governamentais e até mesmo de financiamento por falta de título de propriedade, em instituições públicas ou privadas, como a Caixa Econômica Federal. Essas pessoas não possuem condições de adquirir a propriedade do imóvel via ação individual de usucapião. O projeto teve seu nascimento em 1999, quando o então Desembargador Francisco de Oliveira Filho, no exercício do cargo de Corregedor-Geral da Justiça, aprovou o Provimento nº 37. Em seu início, de forma acanhada, o Provimento só alcançou parcial êxito em quatro experiências, Tubarão, Brusque, Itajaí e Chapecó, todas por iniciativa dos magistrados das respectivas comarcas. Foram feitos poucos processos e com abrangência restrita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SF/16987.55487-05

Entretanto, sem maiores incentivos, com o passar do tempo acabou por cair no esquecimento. Em 2008 o então Presidente do Tribunal de Justiça, o mesmo Desembargador Francisco de Oliveira Filho, criou uma coordenadoria para o Projeto Lar Legal e nomeou o Desembargador Lédio Rosa de Andrade coordenador, com a missão de reerguê-lo e de buscar implementá-lo em todo o Estado de Santa Catarina. Já se passaram mais de quinze anos, com muita luta, esforço, desgaste e resultados ainda aquém do que é possível e necessário, pelos motivos doravante expostos.

Criada a coordenadoria, muitas foram as iniciativas e esforços empreendidos na missão de continuidade do projeto. Em primeiro lugar, em substituição à portaria inicial, foi aprovada a Resolução nº 11, de 2008, dessa vez pelo Conselho da Magistratura, atualizando a base legal do projeto. Essa normativa foi atualizada com a edição da Resolução nº 8, de 2014, atualmente em vigor. Em seguida, buscou-se uma aproximação com o Ministério Público, até então não envolvido diretamente no processo. Ao mesmo tempo, ações foram realizadas para esclarecer e incentivar os juízes com competência no Registro Público, responsáveis pela tramitação e julgamento dos processos, para tomarem iniciativa na realização do Lar Legal em suas comarcas. Também foram realizados contatos com os prefeitos municipais, todos interessados no projeto, mas sem o conhecimento necessário para sua implementação. A própria Federação Catarinense de Municípios (Fecam) foi contatada. Os resultados desses esforços foram quase nulos. Para dificultar mais, o Ministério Público oficiou ao Procurador Geral da República solicitando-lhe o ingresso de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Projeto Lar Legal. Tal fato obrigou o coordenador a se deslocar para Brasília e ter com o procurador uma audiência, quando o problema foi resolvido.

Diante do grande interesse dos municípios na concretização do projeto e, principalmente, tendo presente o interesse de milhares de famílias catarinenses (estima-se mais de trezentas e cinquenta mil) a serem beneficiadas com o Lar Legal, a coordenadoria do Projeto buscou novos caminhos para colocá-lo em prática. Constataram-se as seguintes dificuldades básicas para a efetivação, em grande escala, do Projeto:

a) formação ideológica demasiado formalista dos magistrados;

b) resistência do Ministério Público ao projeto, misturando exigências ambientais fora do escopo do Lar Legal, que é de reconhecimento do domínio; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

c) falta de mão de obra técnica especializada nas prefeituras municipais, capaz de atender às atividades operacionais e multidisciplinares necessárias para a execução do Projeto Lar Legal.

Analisadas as dificuldades e levando em conta o sucesso de poucos projetos, em pontuais municípios, a coordenadoria do Projeto Lar Legal idealizou a conjugação de esforços entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o Ministério Público. O objetivo era unir essas grandes instituições públicas para dar legitimidade e, em corolário, mais eficácia ao Projeto Lar Legal. Foi então firmado por todos o "Termo de Cooperação Institucional", em 2011, pelo qual, em resumo, ficaram estabelecidas as seguintes responsabilidades:

SF/16987.55487-05

a) o Executivo, por intermédio da Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), assumiria a gestão operacional do programa, disponibilizando equipes técnicas capacitadas, pré-qualificadas para desenvolver os andamentos necessários do Projeto;

b) o Legislativo contribuiria com a legislação necessária e daria apoio institucional às comarcas e aos municípios;

c) o Judiciário daria agilidade na tramitação e julgamento dos processos ajuizados, para se alcançar o objetivo do projeto: a emissão do título de propriedade; e

d) o Ministério Público, com ênfase em seu papel fiscalizador, também daria mais eficácia aos processos ajuizados.

No mesmo ano de 2011 a SST lançou o Edital de Credenciamento nº 51, para dar início efetivo a essa nova fase do projeto nos primeiros meses de 2012. Entretanto, naquele momento ocorreu a troca do Secretário da SST. A partir de então vários atos temerários passaram a ser constatados e denunciados. De início foi a Comissão de Regularização Fundiária da Assembleia Legislativa que emitiu parecer indicando atos irregulares praticados na SST. A mais séria demonstrava que apenas uma empresa havia sido agraciada, com um total de 3.197.690 habitantes, enquanto a somatória das demais chegava a 2.512.000 habitantes. Posteriormente o Ministério Público passou a investigar os fatos e a constatar outras sérias irregularidades.

Entre as irregularidades constatadas aponta-se o Edital nº 46, de 2012, pelo qual foram habilitadas diversas equipes incapacitadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mesmo assim, elas foram impostas aos prefeitos municipais. O resultado disso foi denunciado pela mídia catarinense, em particular o Diário Catarinense, com a manchete de capa "Fraude no Lar Legal", no dia 26 de outubro de 2015. Novas reportagens foram publicadas nos dois dias seguintes. De todas as empresas habilitadas, várias delas apresentaram problemas, chegando à terrível situação de cobrar adiantado de famílias de baixa renda uma quantia superior a um milhão e quatrocentos mil reais, sem a devida contraprestação dos serviços pagos. Até o momento apenas uma empresa vem cumprindo com as obrigações assumidas.

SF/16987.55487-05

Toda essa série de acontecimentos irregulares acabou levando o Ministério Público a se afastar do Termo de Cooperação por ele assinado. No momento, por iniciativa do Coordenador do Projeto Lar Legal, esse termo foi abandonado e a Secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST) não mais participa do Lar Legal.

Entretanto, é de serem salientados com ênfase três fatores altamente positivos:

a) as últimas gestões do Tribunal de Justiça adotaram o Projeto Lar Legal como uma de suas políticas de governo. Com isso lhe foi fornecida uma estrutura mínima necessária e, ainda, nomeados juízes por região, com competência para atuar nos processos do Lar Legal. Na atualidade três juízes de direito foram designados pelo Presidente do Tribunal para atuar em cooperação com os titulares. Os mais de novecentos processos em tramitação, que irão beneficiar mais de quinze mil famílias, foram avocados para ter tramitação célere. Essas medidas deram nova dinâmica ao projeto, os processos passaram a tramitar com maior agilidade, e as sentenças começaram a ser proferidas. Nesses últimos dois anos cerca de quatro mil títulos já foram entregues. Estima-se que uns dez mil títulos poderão ser entregues nos próximos seis meses;

b) novas gestões da SST passaram a atuar em conjunto com a coordenação do projeto e com o Ministério Público, para regularizar as atividades das empresas habilitadas, impondo-lhes ações concretas para a execução do Lar Legal. No momento, como já dito, o termo de cooperação foi rompido, e o Tribunal de Justiça voltou a coordenar exclusivamente o projeto; e

c) paralelamente às irregularidades, prefeitos trabalharam com afinco e honestidade, juntamente com empresas sérias, e o resultado, apesar de ainda acanhado, foi profundamente positivo. Em muitos municípios o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Projeto Lar Legal foi um sucesso, e famílias que lutavam por mais de três décadas para regularizar suas residências finalmente obtêm sua legalização ao receberem o título de propriedade. A importância do Lar Legal é ampla, mas de forma concreta tem a capacidade de retirar da exclusão milhares de catarinenses, para incluí-los na condição de cidadão.

SF/16987.55487-05

Com o título de propriedade, essas milhares de famílias poderão:

a) obter garantia contra a especulação e qualquer outro tipo de interesse escuso, com capacidade de lhes tomar a própria residência. Com isso há de imediato o aumento do valor do imóvel;

b) participar dos programas governamentais de assistência e construção de moradias, dos quais estavam excluídos por falta de propriedade; e

c) obter recursos em instituições públicas ou privadas, como a Caixa Econômica Federal, e com isso reformarem suas residências, com consequências imediatas na saúde pública (construção de banheiros, calçadas, etc.) e na segurança pública (muros e cercas), além, obviamente, em benefícios pessoais.

Por todos esses motivos urge a necessidade de uma legislação para regrar a implementação do Programa Lar Legal em todo o Brasil. Os pontos positivos para a aprovação do projeto são:

a) capacidade de dar solução definitiva a milhões de brasileiros, outorgando-lhes o título de propriedade de seus lares;

b) participação do Ministério Público e do Poder Judiciário no processo, garantindo os direitos dos cidadãos de baixa renda;

c) criação de um mecanismo jurídico coletivo, rápido e eficaz, com capacidade efetiva de julgamento célere e outorga definitiva do título de propriedade aos cidadãos com posse consolidada de seus imóveis; e

d) não anulação, com a lei proposta, de outras formas jurídicas em vigor, nessa justificativa analisadas, mas criação de outro mecanismo de atuação paralela, para possibilitar às pessoas de baixa renda solução objetiva, célere e coletiva, já efetivadas no Estado de Santa Catarina, com a outorga de mais de quatro mil títulos de propriedade. No município de São

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Francisco do Sul, em uma única sentença, foram emitidos novecentos e treze títulos. Esse processo foi organizado pela Prefeitura Local e efetivado pela empresa RAGSERV, em nome dos moradores. Trata-se de uma forma eficaz para enfrentar problema social de grande monta, que atinge milhões de cidadãos brasileiros.

SF/16987.55487-05

A história de Santa Catarina registra a Guerra do Contestado. Nela mais de vinte mil colonos se sublevaram e foram às armas para defender suas terras, pois vítimas de expulsão. Agora o Poder Judiciário de Santa Catarina atua de forma inversa à guerra. Não expulsa, mas garante a terra, o lar dessas famílias. Essa experiência democrática dever ser estendida a todo o Brasil. É o que a presente Lei propõe.

Contamos com o apoio de nossos Pares para esse projeto de altíssima relevância social e cuja aprovação propiciará benefícios a milhões de famílias brasileiras.

Sala das Sessões,

Senador DÁRIO BERGER

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 - ESTATUTO DA CIDADE - 10257/01
Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009 - LEI DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - 11977/09
Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - 13105/15
urn:lex:br:federal:resolucao:2008;11
urn:lex:br:federal:resolucao:2014;8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Propostas de Emenda à Constituição

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2016

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados.

AUTORIA: Senador Flexa Ribeiro (1º signatário), Senador Acir Gurgacz, Senador Aécio Neves, Senadora Ana Amélia, Senador Antonio Anastasia, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Ataídes Oliveira, Senador Benedito de Lira, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Cidinho Santos, Senador Cristovam Buarque, Senador Dário Berger, Senador Edison Lobão, Senador Eduardo Amorim, Senador Elmano Férrer, Senador Eunício Oliveira, Senador Garibaldi Alves Filho, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador José Agripino, Senador José Maranhão, Senador José Medeiros, Senador José Pimentel, Senador Otto Alencar, Senador Paulo Bauer, Senador Paulo Rocha, Senador Raimundo Lira, Senador Reguffe, Senador Roberto Requião, Senador Ronaldo Caiado, Senador Sérgio Petecão, Senadora Simone Tebet, Senador Tasso Jereissati, Senadora Vanessa Grazziotin, Senador Waldemir Moka

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados.

SF/16815.36679-68

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 159 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.159. .....

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, 51% (cinquenta e um por cento), na seguinte forma:

.....

f) 2% (dois por cento) ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, que será entregue no primeiro decêndio do mês de julho de cada ano;

....." (NR)

Art. 2º Para os fins do disposto na alínea "f" do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, a União entregará ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal o percentual de 1% (um por cento) do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados no primeiro exercício em que esta Emenda Constitucional gerar efeitos financeiros, acrescentando-se 1% (um por cento) no exercício imediatamente seguinte, mantendo-se o percentual de 2% (dois por cento) a partir de então.

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

JUSTIFICAÇÃO

SF/16815.36679-68

Os Estados vivem uma situação de severa restrição financeira, que tem imposto aos gestores públicos a necessidade de efetuar cortes, retirar investimentos de capital e reduzir despesas de custeio em serviços diretos à população.

Entre outras variáveis intervenientes, as constantes mobilizações de governadores e respectivos parlamentares têm enfatizado que a atual crise tem origem e se aprofunda com os graves problemas do modelo federativo vigente no País. Nesse contexto, destacam, em particular, além da ainda expressiva concentração de recursos na União, a constante e crescente transferência, a eles, de deveres e obrigações nas áreas de saúde, educação e assistência social, sem contrapartida financeira ou a necessária indicação de fontes de recursos. Daí o persistente e continuo aumento de suas despesas com pessoal e com custeio, em detrimento, logicamente, de seus gastos em investimentos.

Assim, além da atual desaceleração do crescimento da economia e consequente perda de arrecadação tributária, e da ainda influência de políticas de desonerações fiscais levadas a efeito até então como medidas anticíclicas, os Estados são afetados sobretudo pela absorção de novos e maiores encargos financeiros, advindos com a transferência, pela União, da execução, ainda que com ela compartilhada, das políticas públicas nas áreas sociais e de infraestrutura.

A proposta que ora apresentamos, qual seja, de aumento nos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, visa atenuar essas distorções.

Para tanto, à semelhança de procedimentos adotados para os Municípios, estamos propondo aumento de dois pontos percentuais do montante transferido dos recursos arrecadadas pela União com os impostos sobre a renda e sobre produtos industrializados, o que, assim entendemos, reduzirá as dificuldades econômico-financeiras enfrentadas pelos Estados e, seguramente, contribuirá para melhorar a qualidade da sua repartição tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Pelos motivos expostos, solicitamos o apoio dos ilustres senadores e senadoras à presente Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador FLEXA RIBEIRO

SF/16815.36679-68

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados.

SF/16815.36679-68

1. _____ _____

2. _____ _____

3. _____ _____

4. _____ _____

5. _____ _____

6. _____ _____

7. _____ _____

8. _____ _____

9. _____ _____

10. _____ _____

11. _____ _____

12. _____ _____

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados.

SF/16815.36679-68

13. _____ _____

14. _____ _____

15. _____ _____

16. _____ _____

17. _____ _____

18. _____ _____

19. _____ _____

20. _____ _____

21. _____ _____

22. _____ _____

23. _____ _____

24. _____ _____

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Altera o art. 159 da Constituição Federal para aumentar a entrega de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Estados.

SF/16815.36679-68

25. _____ _____

26. _____ _____

27. _____ _____

28. _____ _____

29. _____ _____

30. _____ _____

31. _____ _____

32. _____ _____

33. _____ _____

34. _____ _____

Senador FLEXA RIBEIRO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
- parágrafo 3º do artigo 60
- artigo 159
- alínea f do inciso I do artigo 159

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 43, DE 2016

Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (1ª signatária), Senador Acir Gurgacz, Senador Alvaro Dias, Senadora Ana Amélia, Senadora Angela Portela, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Armando Monteiro, Senador Benedito de Lira, Senador Davi Alcolumbre, Senador Edison Lobão, Senador Elmano Férrer, Senadora Fátima Bezerra, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Gleisi Hoffmann, Senador Hélio José, Senador Humberto Costa, Senador João Capiberibe, Senador José Maranhão, Senador José Medeiros, Senador José Pimentel, Senadora Lídice da Mata, Senador Lindbergh Farias, Senador Omar Aziz, Senador Paulo Paim, Senador Paulo Rocha, Senador Pedro Chaves, Senador Raimundo Lira, Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Regina Sousa, Senador Reguffe, Senador Roberto Muniz, Senadora Simone Tebet, Senador Telmário Mota, Senador Vicentinho Alves

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

SF/16335.84669-58

Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 94 passa a vigorar com a seguinte redação:

> "**Art. 94**. Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados pelos órgãos de representação das respectivas classes em lista sêxtupla que respeitará participação mínima de um terço de cada um dos gêneros masculino e feminino.
>
> *Parágrafo único*. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, respeitando participação mínima de um terço de cada um dos gêneros masculino e feminino, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SF/16335.84669-58

JUSTIFICAÇÃO

Esta Proposta de Emenda à Constituição tem o objetivo de estabelecer a exigência de diversidade de gênero na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para a indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para os Tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.

O *caput* do art. 94 é modificado para assegurar que a lista sêxtupla elaborada pelos órgãos de representação das classes de advogados e de membros do Ministério Público tenha participação mínima de um terço de cada um dos gêneros masculino e feminino. Garantimos, assim, que pelo menos duas das vagas da lista sejam preenchidas por mulheres. Modificação similar é proposta para o parágrafo único do art. 94, determinando que a lista tríplice formada pelo tribunal seja composta com diversidade dos gêneros feminino e masculino, assegurando, com isso, que pelo menos uma mulher esteja entre os nomes encaminhados ao Poder Executivo para indicação.

Contamos com apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para a aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição, que deve contribuir para ampliar a participação feminina na composição dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário.

Sala das Sessões,

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SF/16335.84669-58

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SF/16335.84669-58

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SF/16335.84669-58

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2016

Altera o art. 94 para estabelecer a exigência de diversidade de gêneros na composição das listas sêxtuplas e tríplices formadas para indicação de membros do Ministério Público e da advocacia para compor os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios.

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

SENADOR(A) _____

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88
parágrafo 3º do artigo 60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Requerimentos

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 616, DE 2016

Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, ouvido o plenário, que seja apensado ao Projeto de Lei do Senado nº 226/2007 o Projeto de Lei do Senado nº 130/2012, visto que versam sobre a regulamentação de matéria correlata.

AUTORIA: Senador Paulo Paim

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SF/16956.47071-85

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO, ouvido o plenário, que seja apensado o Projeto de Lei do Senado PLS nº 226/2007 do Senador Paulo Paim, que " *Estatui normas reguladoras do trabalho rural e dá outras providências, para dispor sobre a jornada de trabalho, seguro de vida e participação dos lucros dos canavieiros, e acrescenta disposição à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para presumir como penosa a atividade de corte de cana-de- açúcar"*, ao Projeto de Lei do Senado PLS nº 130/2012 do Senador Antonio Carlos Valadares, que " *Limita a jornada de trabalho dos empregados rurais, para tramitação conjunta, visto que versam sobre a regulamentação de matéria correlata"*.

O primeiro projeto encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, com o relator da matéria senador João Alberto Souza e o segundo na está na mesma comissão para apreciação da matéria.

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO
Nº 617, DE 2016

Requer, nos termos do art. 256, I, do RISF, a retirada do RQS 312 de 2016.

AUTORIA: Senador Humberto Costa

DESPACHO: Defira-se

Página da matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

SF/16184.41585-88

REQUERIMENTO Nº DE 2016 – PLEN

(Requerimento 312, de 2016)

Requeiro, nos termos do art. 256, I do Regimento Interno do Senado Federal, retirada do RQS nº 312, de 2016, que "Requer, nos termos regimentais, a oitiva da CAE sobre o PLS 356/2012", uma vez que foram esclarecidos os pontos que levaram o Parlamentar à inciativa da propositura ora a ser retirada.

Sala das Sessões, em de agosto de 2016

Senador **HUMBERTO COSTA**

Senado Federal, Anexo II, 1º Andar, Ala Senador Teotônio Vilela, gabinete 25 | Praça dos Três Poderes | CEP 70165-900 | Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-6285 / 6288 | humberto.costa@senador.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 73/2016

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 73, de 2016 - Luiz Alberto Figueiredo Machado (Portugal)

Indicação do senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Matéria **MSF 73/2016** Início Votação **17/08/2016 16:42:05** Término Votação **17/08/2016 17:02:51**
Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PMDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PMDB	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO

Emissão 17/08/2016 17:02:56

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 73, de 2016 - Luiz Alberto Figueiredo Machado (Portugal)

Indicação do senhor Luiz Alberto Figueiredo Machado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Matéria **MSF 73/2016** Início Votação **17/08/2016 16:42:05** Término Votação **17/08/2016 17:02:51**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Jorge Viana

SIM:41 **NÃO:**9 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**51

Primeiro-Secretario

Emissão 17/08/2016 17:02:57

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 61/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 61/2016 - Norton de Andrade Mello Rapesta (Kuwait e Bahrein)

Indicação do Senhor Norton de Andrade Mello Rapesta, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Matéria **MSF 61/2016** Início Votação **17/08/2016 17:04:50** Término Votação **17/08/2016 17:47:02**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PMDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PSD	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO

Emissão 17/08/2016 17:47:09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 61/2016 - Norton de Andrade Mello Rapesta (Kuwait e Bahrein)

Indicação do Senhor Norton de Andrade Mello Rapesta, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República no Estado do Kuwait e, cumulativamente, no Reino do Bahrein.

Matéria **MSF 61/2016** Início Votação **17/08/2016 17:04:50** Término Votação **17/08/2016 17:47:02**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PP	BA	Roberto Muniz	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Jorge Viana

SIM: 56 **NÃO:** 5 **ABST.:** 2 **PRESIDENTE:** 0 **TOTAL:** 63

Primeiro-Secretario

Emissão 17/08/2016 17:47:09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 64/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 64/2016 - Julio Glinternick Bitelli (Colômbia)

Indicação do Senhor Julio Glinternick Bitelli, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Matéria **MSF 64/2016** Início Votação **17/08/2016 17:48:49** Término Votação **17/08/2016 17:51:43**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO

Emissão 17/08/2016 17:51:49

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 64/2016 - Julio Glinternick Bitelli (Colômbia)

Indicação do Senhor Julio Glinternick Bitelli, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Colômbia.

Matéria **MSF 64/2016** Início Votação **17/08/2016 17:48:49** Término Votação **17/08/2016 17:51:43**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:46 **NÃO:**3 **ABST.:** 2 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**51

Primeiro-Secretario

Emissão 17/08/2016 17:51:50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 72/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 72/2016 - Marcos Caramuru de Paiva (China e Mongólia)

Indicação do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Matéria **MSF 72/2016** Início Votação **17/08/2016 17:52:29** Término Votação **17/08/2016 17:55:45**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	SC	Dário Berger	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO

Emissão 17/08/2016 17:55:49

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 72/2016 - Marcos Caramuru de Paiva (China e Mongólia)

Indicação do Senhor Marcos Caramuru de Paiva, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Matéria **MSF 72/2016** Início Votação **17/08/2016 17:52:29** Término Votação **17/08/2016 17:55:45**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 07:27:13**

DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:49 **NÃO:**3 **ABST.:** 2 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**54

Primeiro-Secretario

Emissão 17/08/2016 17:55:50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 79/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 79/2016 - Antônio de Aguiar Patriota (Itália, Malta e San Marino)

Indicação do Senhor Antônio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Matéria **MSF 79/2016** Início Votação **17/08/2016 17:56:39** Término Votação **17/08/2016 18:01:14**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalírio Beber	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO

Emissão 17/08/2016 18:01:17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 79/2016 - Antônio de Aguiar Patriota (Itália, Malta e San Marino)

Indicação do Senhor Antônio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do MRE, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

Matéria **MSF 79/2016** Início Votação **17/08/2016 17:56:39** Término Votação **17/08/2016 18:01:14**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:41 **NÃO:**3 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**45

Primeiro-Secretario

Emissão 17/08/2016 18:01:18

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 38/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 38, de 2016 - Flávio Helmold Macieira (Panamá)

Indicação do senhor Flávio Helmold Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Matéria **MSF 38/2016** Início Votação **17/08/2016 18:04:38** Término Votação **17/08/2016 18:07:07**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PV	PR	Álvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO

Emissão 17/08/2016 18:07:10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 38, de 2016 - Flávio Helmold Macieira (Panamá)

Indicação do senhor Flávio Helmold Macieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Panamá.

Matéria **MSF 38/2016** Início Votação **17/08/2016 18:04:38** Término Votação **17/08/2016 18:07:07**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:49 **NÃO:**3 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**53

Primeiro-Secretário

Emissão 17/08/2016 18:07:10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 46/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 46, de 2016 - Antônio Luís Espínola Salgado (Rússia e Uzbequistão)

Indicação do senhor Antônio Luís Espínola Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Matéria **MSF 46/2016** Início Votação **17/08/2016 18:07:55** Término Votação **17/08/2016 18:12:54**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
DEM	SE	Ricardo Franco	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO

Emissão 17/08/2016 18:12:56

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 46, de 2016 - Antônio Luís Espínola Salgado (Rússia e Uzbequistão)

Indicação do senhor Antônio Luís Espínola Salgado, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação da Rússia e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Matéria **MSF 46/2016** Início Votação **17/08/2016 18:07:55** Término Votação **17/08/2016 18:12:54**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:46 **NÃO:**3 **ABST.:** 2 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**51

Primeiro-Secretário

Emissão 17/08/2016 18:12:57

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Mensagem nº 35/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 35, de 2016 - Antonio José Vallim Guerreiro (Bélgica e Luxemburgo)

Indicação do sr. Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Matéria **MSF 35/2016** Início Votação **17/08/2016 18:13:50** Término Votação **17/08/2016 18:16:27**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSC	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PMDB	PR	Roberto Requião	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO

Emissão 17/08/2016 18:16:36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Mensagem nº 35, de 2016 - Antonio José Vallim Guerreiro (Bélgica e Luxemburgo)

Indicação do sr. Antonio José Vallim Guerreiro, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Bélgica e, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo.

Matéria **MSF 35/2016** Início Votação **17/08/2016 18:13:50** Término Votação **17/08/2016 18:16:27**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
PP	GO	Wilder Morais	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:40 **NÃO:**3 **ABST.:** 2 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**45

Primeiro-Secretário

Emissão 17/08/2016 18:16:36

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Parecer nº 737/2016

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 737/2016 - Janer Tesch Hosken Alvarenga (Abin)

Indicação do senhor Janer Tesch Hosken Alvarenga para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Matéria **PAR 737/2016** Início Votação **17/08/2016 18:26:53** Término Votação **17/08/2016 18:51:45**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SECRETO
PSDB	MG	Aécio Neves	SECRETO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PMDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PMDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PMDB	DF	Hélio José	SECRETO
PT	PE	Humberto Costa	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PSDB	SP	José Aníbal	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSC	MS	Pedro Chaves	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PMDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
PSB	RJ	Romário	SECRETO
PMDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO
PMDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO

Emissão 17/08/2016 18:51:50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Secreta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Parecer nº 737/2016 - Janer Tesch Hosken Alvarenga (Abin)

Indicação do senhor Janer Tesch Hosken Alvarenga para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

Matéria **PAR 737/2016** Início Votação **17/08/2016 18:26:53** Término Votação **17/08/2016 18:51:45**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

PDT	RR	Telmário Mota	SECRETO
PMDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
PMDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:43 **NÃO:**3 **ABST.:** 1 **PRESIDENTE:**0 **TOTAL:**47

Primeiro-Secretário

Emissão 17/08/2016 18:51:50

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Requerimento nº 618/2016

Rejeitado 17/8/16

REQUERIMENTO Nº 618, DE 2016

Nos termos do art. 175, inciso IV, do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 8 (Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 2016) seja submetido ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, em 17 de agosto de 2016

Senador(a)

SF/16098.97770-33

Página: 1/1 17/08/2016 16:04:54

ecc767633007221ac0bae77d48b85c13921f69f7

SEAD
Folha:
Rubrica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Aberta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Requerimento nº 618/2016 (verificação)

Matéria **RQS 618/2016** Início Votação **17/08/2016 19:03:19** Término Votação **17/08/2016 19:15:11**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

Partido	Orientação
PSDB	NÃO
PT	SIM
PSB	SIM
DEM	NÃO
Minoria	SIM
Governo	NÃO

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
PSDB	SP	Aloysio Nunes	SIM
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	NÃO
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	NÃO
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	NÃO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	NÃO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	NÃO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
DEM	RN	José Agripino	NÃO
PSDB	SP	José Aníbal	NÃO
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
PSB	GO	Lúcia Vânia	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	NÃO
PSD	BA	Otto Alencar	NÃO
PSDB	SC	Paulo Bauer	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PSC	MS	Pedro Chaves	NÃO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
-	DF	Reguffe	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	NÃO
PP	BA	Roberto Muniz	NÃO

Emissão 17/08/2016 19:15:14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Votação Aberta

Senado Federal
55ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa Ordinária

Requerimento nº 618/2016 (verificação)

Matéria **RQS 618/2016** Início Votação **17/08/2016 19:03:19** Término Votação **17/08/2016 19:15:11**

Sessão **128º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **17/08/2016 14:32:13**

PMDB	PR	Roberto Requião	SIM
PMDB	RR	Romero Jucá	NÃO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	NÃO
PMDB	ES	Rose de Freitas	NÃO
PSD	AC	Sérgio Petecão	NÃO
PMDB	MS	Simone Tebet	NÃO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	NÃO
PR	MT	Wellington Fagundes	NÃO
PP	GO	Wilder Morais	NÃO

Presidente: Renan Calheiros

SIM:21 **NÃO:**23 **ABST.:** 0 **PRESIDENTE:**1 **TOTAL:**45

Primeiro-Secretario

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Aníbal** (S)

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PTB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 19

Dário Berger. . . . . SC
Edison Lobão. . . . . MA
Eduardo Braga. . . . . AM
Eunício Oliveira. . . . . CE
Garibaldi Alves Filho. . . . . RN
Hélio José. . . . . DF
Jader Barbalho. . . . . PA
José Maranhão. . . . . PB
João Alberto Souza. . . . . MA
Kátia Abreu. . . . . TO
Marta Suplicy. . . . . SP
Raimundo Lira. . . . . PB
Renan Calheiros. . . . . AL
Roberto Requião. . . . . PR
Romero Jucá. . . . . RR
Rose de Freitas. . . . . ES
Simone Tebet. . . . . MS
Valdir Raupp. . . . . RO
Waldemir Moka. . . . . MS

Bloco Social Democrata - 16
PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves. . . . . PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira. . . . . PSDB / SP
Alvaro Dias. . . . . PV / PR
Antonio Anastasia. . . . . PSDB / MG
Ataídes Oliveira. . . . . PSDB / TO
Cássio Cunha Lima. . . . . PSDB / PB
Dalirio Beber. . . . . PSDB / SC
Davi Alcolumbre. . . . . DEM / AP
Flexa Ribeiro. . . . . PSDB / PA
José Agripino. . . . . DEM / RN
José Aníbal. . . . . PSDB / SP
Paulo Bauer. . . . . PSDB / SC
Ricardo Ferraço. . . . . PSDB / ES
Ricardo Franco. . . . . DEM / SE
Ronaldo Caiado. . . . . DEM / GO
Tasso Jereissati. . . . . PSDB / CE

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 13
PT-10 / PDT-3

Acir Gurgacz. . . . . PDT / RO
Angela Portela. . . . . PT / RR
Fátima Bezerra. . . . . PT / RN
Gleisi Hoffmann. . . . . PT / PR
Humberto Costa. . . . . PT / PE
Jorge Viana. . . . . PT / AC
José Pimentel. . . . . PT / CE
Lasier Martins. . . . . PDT / RS
Lindbergh Farias. . . . . PT / RJ
Paulo Paim. . . . . PT / RS
Paulo Rocha. . . . . PT / PA
Regina Sousa. . . . . PT / PI
Telmário Mota. . . . . PDT / RR

Bloco Moderador - 11
PTB-3 / PR-4 / PSC-2 / PRB-1
PTC-1

Armando Monteiro. . . . . PTB / PE
Cidinho Santos. . . . . PR / MT
Eduardo Amorim. . . . . PSC / SE
Eduardo Lopes. . . . . PRB / RJ
Elmano Férrer. . . . . PTB / PI
Fernando Collor. . . . . PTC / AL
Magno Malta. . . . . PR / ES
Pedro Chaves. . . . . PSC / MS
Vicentinho Alves. . . . . PR / TO
Wellington Fagundes. . . . . PR / MT
Zeze Perrella. . . . . PTB / MG

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11
PP-7 / PSD-4

Ana Amélia. . . . . PP / RS
Benedito de Lira. . . . . PP / AL
Ciro Nogueira. . . . . PP / PI
Gladson Cameli. . . . . PP / AC
Ivo Cassol. . . . . PP / RO
José Medeiros. . . . . PSD / MT
Omar Aziz. . . . . PSD / AM
Otto Alencar. . . . . PSD / BA
Roberto Muniz. . . . . PP / BA
Sérgio Petecão. . . . . PSD / AC
Wilder Morais. . . . . PP / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10
PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares. . . . . PSB / SE
Cristovam Buarque. . . . . PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho. . . . . PSB / PE
João Capiberibe. . . . . PSB / AP
Lídice da Mata. . . . . PSB / BA
Lúcia Vânia. . . . . PSB / GO
Randolfe Rodrigues. . . . . REDE / AP
Roberto Rocha. . . . . PSB / MA
Romário. . . . . PSB / RJ
Vanessa Grazziotin. . . . . PCdoB / AM

S/Partido - 1

Reguffe. . . . . DF

Bloco Parlamentar da Minoria

PMDB.	19
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	13
Bloco Moderador.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
S/Partido.	1
TOTAL	81

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
Dário Berger** (PMDB-SC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
Edison Lobão* (PMDB-MA)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)
Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
Hélio José* (PMDB-DF)
Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
Jader Barbalho* (PMDB-PA)
João Alberto Souza* (PMDB-MA)
João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
José Aníbal** (Bloco-PSDB-SP)
José Maranhão** (PMDB-PB)
José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)
José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
Kátia Abreu** (PMDB-TO)
Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
Marta Suplicy* (PMDB-SP)
Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)
Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Reguffe** (S/Partido-DF)
Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Roberto Requião* (PMDB-PR)
Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Romero Jucá* (PMDB-RR)
Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Simone Tebet** (PMDB-MS)
Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Zeze Perrella* (Bloco-PTB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PTB-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º - VAGO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 13 **Líder** **Humberto Costa - PT** (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,32) Lindbergh Farias (34,69,72,101) Telmário Mota (4,30,41,50,68,94) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) Regina Sousa (40) ..... **Líder do PT - 10** **Humberto Costa** (20,25,59,62,90,102) Vice-Líderes do PT Lindbergh Farias (34,69,72,101) Gleisi Hoffmann (67,71,75,95) **Líder do PDT - 3** **Acir Gurgacz** (3,32) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,30,41,50,68,94)	**Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 16** **Líder** **José Agripino - DEM** (37,61) Vice-Líderes Ricardo Ferraço (85,96) Davi Alcolumbre (89,99) Ataídes Oliveira (86) ..... **Líder do PSDB - 11** **Cássio Cunha Lima** (15,56) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (22) José Aníbal (93) **Líder do DEM - 4** **Ronaldo Caiado** (9) Vice-Líder do DEM José Agripino (37,61) **Líder do PV - 1** **Alvaro Dias** (19,76)	**Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10** **Líder** **Lídice da Mata - PSB** (12,26) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (60,79) Vanessa Grazziotin (21,23) ..... **Líder do PSB - 7** **Antonio Carlos Valadares** (60,79) Vice-Líderes do PSB Fernando Bezerra Coelho (64,97) Roberto Rocha (43,63) **Líder do PPS - 1** **Cristovam Buarque** (74) **Líder do PCdoB - 1** **Vanessa Grazziotin** (21,23) **Líder do REDE - 1** **Randolfe Rodrigues** (24,28)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11 **Líder** **Omar Aziz - PSD** (11,52) Vice-Líderes Benedito de Lira (14,16,39,51,55) Otto Alencar (58) ..... **Líder do PP - 7** **Benedito de Lira** (14,16,39,51,55) **Líder do PSD - 4** **Omar Aziz** (11,52) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (17)	**Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 11** **Líder** **Fernando Collor - PTC** (5,6,77,83) Vice-Líderes Wellington Fagundes (48,53,82) Elmano Férrer (78,80) Eduardo Amorim (81) ..... **Líder do PTB - 3** **Elmano Férrer** (78,80) Vice-Líder do PTB Zeze Perrella (84) **Líder do PR - 4** **Wellington Fagundes** (48,53,82) Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (54) **Líder do PSC - 2** **Eduardo Amorim** (81) **Líder do PRB - 1** **Eduardo Lopes** (92) **Líder do PTC - 1** **Fernando Collor** (5,6,77,83)	**PMDB - 19** **Líder** **Eunício Oliveira - PMDB** Vice-Líderes Waldemir Moka (88) Rose de Freitas (87)
Governo **Líder** **Aloysio Nunes Ferreira - PSDB** (38,91) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (64,97) José Medeiros (10,18,27,98) Davi Alcolumbre (89,99) Hélio José (49,57,100) Ricardo Ferraço (85,96)	**Minoria** **Líder** **Lindbergh Farias - PT** (34,69,72,101)	

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Notas:
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
10. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
11. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
12. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).,
17. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
18. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
19. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
23. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
24. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
29. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
33. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
34. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
36. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
37. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
38. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
39. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
40. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi desiganda 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi desigando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi desigando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
44. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
45. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
46. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
47. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
48. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
51. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
52. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
53. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
54. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABLIDPR).
55. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi desigando Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
56. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
57. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
58. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
59. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

60. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
61. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
62. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
63. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB)
64. Em 01.03.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado vice-líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
65. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT)
66. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
67. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
68. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
69. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
70. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
71. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
72. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
73. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG)
74. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
75. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
76. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
77. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
78. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB)
79. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
80. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
81. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
82. Em 06.04.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
83. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
84. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
85. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
86. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
87. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
88. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
89. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
90. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
91. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
92. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
93. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-lider do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
94. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
95. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
96. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
97. Em 14.06.2016, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 17/2016-GLDGOV).
98. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
99. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
100. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
101. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
102. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 3303-3492
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016
Leitura: 13/07/2016
Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 13/07/2016 a 25/08/2016 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 26/08/2016 a 09/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
Relatório do Relator-Geral : 12/09/2016 a 16/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
Parecer Final da Comissão : 19/09/2016 a 23/09/2016 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:
*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).
**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes - Maximiliano Godoy (Adjunto)
Telefone(s): 61 - 3303 3514
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (1)
RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Designação: 07/04/2015
Instalação: 15/04/2015
Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (5)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2,4)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (3)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).
**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).
***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).
****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).
*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).
1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
4. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
5. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33035492
Fax: 61 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

10) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

11) COMISSÃO PARA DISCUSSÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PARLAMENTARISMO

Finalidade: Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para formular proposta de adoção de sistema de governo de matriz parlamentarista.

Requerimento nº 131, de 2016

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

TITULARES	SUPLENTES

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010
Prazo final prorrogado: 30/09/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:
*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.
**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.
***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.
****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.
*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.
******. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.
*******. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.
********. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.
*********. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.
**********. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.
***********. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

**********. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
**********. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.
**********. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.
**********. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.
**********. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.
**********. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33021176
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

13) COMISSÃO ESPECIAL DO IMPEACHMENT 2016

Finalidade: Proferir parecer sobre a Denúncia nº1, de 2016, relativa à autorização para o processo e o julgamento da Presidente da República por suposto crime de responsabilidade.

Denúncia nº 1, de 2016

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)
RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (6)

Instalação: 26/04/2016

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (2)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Magno Malta (PR-ES) (11,14)	2. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (4)	4. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8)	
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (9)	1. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (9)
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,10)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,13)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1,3)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. VAGO (14)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD) (1)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Medeiros (PSD-MT)	2. Senador Wilder Morais (PP-GO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Notas:

*. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo PMDB: titulares - Raimundo Lira, Rose de Freitas, Simone Tebet, Dário Berger e Waldemir Moka; suplentes - Hélio José, Marta Suplicy, Garibaldi Alves e João Alberto Souza (Of. 55/2016-GLPMDB);

**. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar da Oposição: titulares - Aloysio Nunes Ferreira, Antonio Anastasia, Cássio Cunha Lima e Ronaldo Caiado; suplentes - Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, Paulo Bauer e Davi Alcolumbre (Of. s/n/2016-OPOSIÇÃO);

***. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista: titulares - Ana Amélia, José Medeiros e Gladson Cameli; suplentes - Sérgio Petecão, Wilder Morais e Otto Alencar (Memo 6/2016-GLDPRO).

****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia: titulares - Fernando Bezerra Coelho, Romário e Vanessa Grazziotin; suplentes - Roberto Rocha, Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque (Memo. 24/2016-BLSDEM);

*****. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco Moderador: titulares - Wellington Fagundes e Zeze Perrela; suplentes - Eduardo Amorim e Magno Malta (Of. 14/2016-BLOMOD);

******. Em 25.04.2016, foram eleitos os seguintes senadores para compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo: titulares - Gleisi Hoffmann, Lindberg Farias, José Pimentel e Telmário Mota; suplentes - Humberto Costa, Fátima Bezerra, Acir Gurgacz e João Capiberibe (Of. 32/2016-GLDBAG);

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

1. Os blocos parlamentares Socialismo e Democracia, Moderador e Democracia Progressista compartilharão mais duas vagas na comissão.
2. Em 20.04.2016, o Senador Raimundo Lira foi indicado pelo Bloco da Maioria para a Presidência da Comissão (Of. 56/2016-GLPMDB).
3. Em 22.04.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 33/2016-GLDBAG).
4. Em 22.04.2016, o Senador Dário Berger foi indicado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à indicação do Senador José Maranhão (Of. 57/2016 - GLPMDB).
5. Em 22.04.2016, o Senador João Capiberibe foi indicado pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia como membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 25/2016-BLSDEM).
6. Em 26.04.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Antônio Anastasia, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2016 - CEI2016).
7. Em 01.06.2016, foi eleita a Senadora Lúcia Vânia para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário (Of. 36/2016-GLBSD).
8. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
9. Em 07.06.2016, foram eleitos os Senadores Ricardo Ferraço e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão como membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 34/2016-GLPSDB).
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
11. Em 23.06.2016, a Senadora Rose de Freitas renunciou à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco da Maioria.
12. Em 28.06.2016, o Senador José Pimentel renuncia à vaga de titular ocupada na comissão pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática (Of. 105/2016).
13. Em 28.06.2016, foi eleita a Senadora Kátia Abreu para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 76/2016-GLPRD)
14. Em 28.06.2016, foi eleito o Senador Magno Malta para compor a Comissão como membro titular pelo Bloco da Maioria, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Moderador (Of. 126/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá e Leandro Bueno
Telefone(s): 33033511
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

14) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha
VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho (1)
RELATOR: Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015
Prazo final: 06/06/2016
Prazo final prorrogado: 16/12/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha
Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos
Marcos Motta (2)
Álvaro Melo Filho
Ana Paula Terra
Carlos Eugênio Lopes
Flávio Diz Zveiter
Luiz Felipe Bulus Alves Ferreira
Luiz Felipe Santoro
Pedro Trengrouse
Roberto de Acioli Roma
Marcos Santos Parente Filho
Mizael Conrado de Oliveira

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimyr Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Waldimyr Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.
***. Em 07.06.2016, foi lido o Ato do Presidente nº 12, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias.
1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)
2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): (61) 3303-3514

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

15) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a debater e propor soluções para promover o desenvolvimento nacional.
Ato do Presidente nº 14, de 2016

Número de membros: 22 titulares e 22 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

Designação: 30/06/2016
Instalação: 06/07/2016
Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	4. Senador Lasier Martins (PDT-RS) (4,8)
Maioria (PMDB)	
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (7)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (6)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	3.
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1.
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE)	1.
Senador Cidinho Santos (PR-MT)	2.
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)	3.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1.
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	2.
Senador Wilder Morais (PP-GO)	3.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 14, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Acir Gurgacz, Armando Monteiro, Cidinho Santos, Paulo Rocha, Dalírio Beber, Eduardo Lopes, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Gleisi Hoffmann, Kátia Abreu, Lindbergh Farias, Otto Alencar, Paulo Bauer, Pedro Chaves, Roberto Muniz, Roberto Rocha, Simone Tebet, Tasso Jereissati, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Wilder Morais, indicando também o Senador Otto Alencar para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.
**. O Ato do Presidente nº 18, de 05 de julho de 2016, designa o Senador Eduardo Braga como membro da Comissão.
***. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEDN).
1. Em 05.07.2016, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 79/2016-GLBPRD).
2. Em 05.07.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).
3. Em 05.07.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).
4. Em 05.07.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2016-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5. Em 06.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
6. Em 06.07.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente pelo Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 45/2016-GLPSDB).
7. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
8. Em 14.07.2016, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 92/2016-GLBPRD).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

16) COMISSÃO DA CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

Finalidade: Destinada a consolidar a legislação federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal

Ato do Presidente nº 16, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

RELATOR:

Designação: 30/06/2016
Instalação: 06/07/2016
Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) (1)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 16, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ana Amélia, Antônio Anastasia, Jorge Viana, Randolfe Rodrigues, Romero Jucá e Simone Tebet, e indicando também o Senador Romero Jucá para ocupar o cargo de Presidente do Colegiado.
**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memo nº 1/2016-CECR)
1. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Fernando Collor para compor a comissão (ATS nº 17/2016).
2. Em 05.07.2016, o Presidente do Senado Federal designa o Senador Paulo Rocha para compor a comissão (ATS nº 17/2016).
3. Em 06.07.2016, o Senador José Pimentel foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Jorge Viana, que passa a suplente (Of. 86/2016-GLBPRD)
4. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 86/2016-GLBPRD)
5. Em 07.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 46/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Guilherme Brandão (Adjunto)
Telefone(s): 61 - 3303 3511
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

17) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo
Ato do Presidente nº 15, de 2016

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
RELATOR: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Designação: 30/06/2016
Instalação: 06/07/2016
Prazo final: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (2)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (2)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	2.
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)
Senador José Aníbal (PSDB-SP)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1.
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	1.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2.

Notas:
*. O Ato do Presidente nº 15, de 30 de junho de 2016, designa os membros da Comissão, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, Garibaldi Alves Filho, José Aníbal, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Omar Aziz, Paulo Paim, Pedro Chaves, Ronaldo Caiado, Valdir Raupp e Waldemir Moka, indicando também os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Antonio Anastasia, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator-Geral do Colegiado.
**. Em 06.07.2016, foi instalada a Comissão (Memorando nº 1/2016-CEAPF).
1. Em 06.07.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 85/2016-GLBPRD).
2. Em 06.07.2016, os Senadores Telmário Mota e Gleisi Hoffmann foram designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 85/2016-GLBPRD)
3. Em 08.07.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 136/2016-GLPMDB).
4. Em 13.07.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 49/2016-GLPSDB).

Secretário(a): Leandro Bueno e Donaldo Portela (Adjunto)
Telefone(s): 61 - 3303 3508
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

18) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques
VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro
RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015
Instalação: 02/09/2015
Prazo final: 11/04/2016
Prazo final prorrogado: 31/12/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Heleno Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

******. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

*******. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 33033501
E-mail: coceti@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015
Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (10)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
VAGO (6)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (4,9)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (5)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,8)

Notas:
*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
**. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)
***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)
****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).
4. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
5. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
6. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
7. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
9. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
10. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

2)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (6)

Leitura: 28/05/2015
Designação: 07/07/2015
Instalação: 14/07/2015
Prazo final: 22/12/2015
Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (22)	
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (13)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (2,13)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,11,20)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1,15,19,21)	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (16,17)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (12,18)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1. VAGO (10)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (14)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

****. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

*****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

******. Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

*******. Em 05.07.2016, foi lido o Requerimento nº 517, de 2016, que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).
8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 08.03.2016, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. nº 015/2016-GLDBAG).
14. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
15. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
16. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
17. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 87/2016-GLPMDB).
18. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
19. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cedeu vaga de titular ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na comissão (Of. 43/2016-GLDBAG).
20. Em 08.06.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 44/2016-GLDBAG).
21. Em 14.06.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 35/2016-BLSDEM).
22. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Marina/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (1,3)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (2)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.

Notas:
1. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
2. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
3. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
4. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (6,23,26)

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,55)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (25,36,46)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (10,16,24,27)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (49,53)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (46,52,54)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (24)	5. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (5)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. VAGO (53)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Morais (PP-GO) (19)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (40,48)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. VAGO (58)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (32,44)	4. Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,31)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (11)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (13)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (12,37)	8. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,14,21,50)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (38,43)
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,28,34,45)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (15)
Senador Alvaro Dias (PV-PR) (1)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,18,20,28)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (29)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (30)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (33,35)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (41)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (47,51)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (56,57)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,39,42)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmannn, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).
****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).
******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).
*******. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunicio Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)
2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).
6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).
7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)
8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).
11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).
12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).
14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).
15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).
16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira(Of. 90/2015-GLDBAG).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 109/2015-GLDEM).
19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).
20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. 005/2016-GLBSD).
23. Em 01.03.2016, o Senador Delcídio do Amaral deixou de ocupar a Presidência da Comissão (Ofício SDA nº 003/2016).
24. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. nº 013/2016-GLDBAG).
25. Em 01.03.2016, o Senador Donizetti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 2/2016-GLDBAG).
26. Em 07.03.2016, a Comissão reunida elegeu a Senadora Gleisi Hoffmann Presidenta deste colegiado (Of. nº 12/2016/CAE).
27. Em 22.03.2016, a Senadora Regina Sousa foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 22/2016-GLDBAG).
28. Em 22.03.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 15/2016-GLDEM).
29. Em 06.04.2016, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 16/2016-BLSDEM).
30. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
31. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 053/2016-GLPMDB).
32. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
33. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
34. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
35. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
36. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

37. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 068/2016-GLPMDB).
38. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
39. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
40. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
41. Em 17.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Amorim (Of. 23/2016-BLOMOD).
42. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
43. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 28/2016-GLPSDB)
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 74/2016-GLPMDB)
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 29/2016-GLDEM)
46. Em 01.06.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo , deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 36/20156-GLDBAG)
47. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
48. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 81/2016-GLPMDB)
49. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
50. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
51. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
52. Em 08.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente para o Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2016-GLDBAG).
53. Em 09.06.2016, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Walter Pinheiro, deixando de ocupar o cargo de suplente na comissão (Of. 48/20156-GLDBAG)
54. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 17/2016-BLDPRO).
55. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
56. Em 28.06.2016, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 42/2016-BLOMOD)
57. Em 06.07.2016, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 43/2016-BLOMOD)
58. Em 12.07.2016, o Senador José Maranhão declinou da sua indicação como suplente do Bloco da Maioria na Comissão (Of. 137/2016-GLPMDB)

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034544
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (2)

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMDB-DF) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (4)	1.

Notas:
1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).
2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (7)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (7,19)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,33)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (11,21)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (11)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (30)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (25,26,28)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) (6)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (12)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (20)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,31)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,23,27)	1. VAGO (17)
VAGO	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (13)	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (13)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (9,18)	2. Senador Romário (PSB-RJ) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (1,22)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (29,32)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (24)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 16.02.2016, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 004/2016-GLDEM).
18. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 004/2016-GLBSD).
19. Em 24.02.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Ricardo Franco Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 032/2016-PRESIDÊNCIA/CAS).
20. Em 24.02.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 019/2016-GLPMDB).
21. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 018/2016-GLDBAG).
22. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
23. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
24. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
25. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
26. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 72/2016-GLPMDB).
27. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 30/2016-GLDEM).
28. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 82/2016-GLPMDB)
29. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
30. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
31. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
32. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
33. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 33034608
E-mail: cas@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) (4)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) (5)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,51)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) (8)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (47,50,53)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (52,55)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (33)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (32,36)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (42,44)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (6)	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,15)	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) (31,37)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (7,30,48)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) (10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (1,12,17,32)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (26,27,39,45)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) (14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (34,54)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (35)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (20,21,38,40)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (46,49)	2. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (18,19,41,43)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (23)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

******. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
*******. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Morais (Of. 87/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.
30. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
31. Em 1º.03.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. 024/2016-GLPMDB).
32. Em 1º.03.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, deixando de ocupar vaga de titular pelo Bloco da Maioria (Of. 009/2016-GLPSDB).
33. Em 09.03.2016, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Omar Aziz (Memo. 4/2016-GLPSD).
34. Em 05.04.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 13/2016-BLSDEM).
35. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
36. Em 14.04.2016, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 050/2016-GLPMDB).
37. Em 04.05.2016, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 58/2016-GLPMDB).
38. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

39. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
40. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
41. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
42. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
43. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
44. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 75/2016-GLPMDB).
45. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 27/2016-GLDEM).
46. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
47. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
48. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
49. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
50. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 39/2016-GLDBAG).
51. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
52. Em 29.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 127/2016-GLPMDB).
53. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
54. Em 29.06.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Lídice da Mata (Memo. nº 39/2016-GLBSD).
55. Em 12.07.2016, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá, que deixa de compor a Comissão (Of. 132/2016-GLPMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: ccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 61-3303-3972
Fax: 61-3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,32)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
VAGO (21)	3. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (4)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	4. Senador Roberto Muniz (PP-BA) (28,30,31)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (11)	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (5)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
VAGO (18,24,27)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Dário Berger (PMDB-SC) (3)	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (7)	7.
	8.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,29)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (14,15,20,26)	1. VAGO (13)
Senador José Agripino (DEM-RN) (12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (22,23)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

******. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).
*******. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).
4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).
5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira(Of. 36/2015-GLDBAG).
6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).
7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).
8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).
9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).
10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).
11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).
12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Morais ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).
13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
21. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
22. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 70/2016-GLPMDB).
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 35/2016-GLDEM)
27. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
28. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
29. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
30. Em 13.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga ocupada pelo Senador Walter Pinheiro pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progessista (Of. 51/2016-GLDBAG)
31. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016-BLDPRO).
32. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604/2
Fax: 311-3121/1319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 311-3498/4604
Fax: 311-3121/1319

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,29)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
VAGO (20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (13)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (7,13,15)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. VAGO (5,14)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (3)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (9)	2. VAGO (22)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO (10)
Senador José Medeiros (PSD-MT) (17)	4. VAGO (6,18)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (24,26,27)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,12,28)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (16)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (4,21,23)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (19,25)	2. Senador Fernando Collor (PTC-AL) (11)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

********. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo(Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).
12. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
13. Em 01.03.2016, o Senador Acir Gurgacz deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Reguffe (Of. 14/2016-GLDBAG).
14. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
15. Em 30.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 30/2016-GLDBAG).
16. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
17. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 052/2016-GLPMDB).
18. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
19. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
20. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
21. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
22. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
23. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
24. Em 19.05.2016, o Senador Wirlande da Luz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 71/2016-GLPMDB)
25. Em 23.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 27/2016-BLOMOD).
26. Em 27.05.2016, vago em virtude de o Senador Wirlande da Luz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Romero Jucá (Memo. s/n/2016-GSRJ)
27. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Wirlande da Luz (Of. 84/2016-GLPMDB)
28. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
29. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (S/Partido-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:
1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o obejtivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (S/Partido-MS) (2)
RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (2)

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO (5,8)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (6,7)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO (9)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:
1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).
2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).
3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).
4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).
5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).
6. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
7. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
8. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Delcídio do Amaral não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
9. Em 29.06.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato (Memo. nº 30/2016/CMA).
*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).
**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)
RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) (1)

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (5)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. VAGO

Notas:
1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
3. Em 31.05.2016, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
4. Em 31.05.2016, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que deixou de compor a Subcomissão (Memo 27/2016-CMA).
5. Em 29.06.2016, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia na Subcomissão (Memo 31/2016-CMA).
*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).
**. Em 29.02.2016, foram reativados os trabalhos da Subcomissão (Memo. nº 1/2016-CMA)
***. Em 05.04.2016, foram designados como membros suplentes os Senadores Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força; e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 18/2016/CMA).
****. Em 17.05.2016, foram designados os Senadores Ivo Cassol, como titular, e Benedito de Lira, como suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo; José Medeiros, como suplente, pelo Bloco da Maioria; e Eduardo Amorim, como titular, pelo Bloco Moderador (Memo. 26/2016/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: cma@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (4,28)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) (8)	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) (3)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VAGO (23)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) (14)	6. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (20)
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (9)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (12)	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (13)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (19,26)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (17,18,22,24)	1. VAGO (16)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (11)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (11)	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (21)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (15,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
19. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
20. Em 16.02.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 001/2016-GLDBAG).
21. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
22. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
23. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
24. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 32/2016-GLDEM)
25. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
26. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
27. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
28. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Telefone(s): 3303-4251/3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (2)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) (1)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).
2. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio
Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-2005
Fax: 3303-4646
E-mail: cdh@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,26)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. VAGO (16)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	5. VAGO (9)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) (6)
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) (13)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (12)	4. Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (18)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (15,24)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (2)	3. Senador José Aníbal (PSDB-SP) (19,20)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (23,25)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (21)	2. Senador Magno Malta (PR-ES) (22)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão(Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).
15. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
16. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente pelo bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 067/2016-GLPMDB).
19. Em 13.05.2016, o Senador José Serra foi nomeado Ministro de Estado das Relações Exteriores (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 2).
20. Em 18.05.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro suplente, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, em substituição ao Senador José Serra (Of. 29/2016-GLPSDB)
21. Em 27.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. 28/2016-BLOMOD)
22. Em 27.05.2016, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 28/2016-BLOMOD).
23. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
24. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
25. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: cre@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) (6)

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (6)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,36)	
VAGO (22)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (31,34,35)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (10,13)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (24,27)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) (7,8)	4. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) (21)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)	5. Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) (28,29)
Senador Hélio José (PMDB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,9)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (20,32)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (18,33)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (17)	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador José Aníbal (PSDB-SP) (15,16,33)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (11)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (3,26)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (25,30)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) (12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (3)

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*******. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM)
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).
20. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
21. Em 23.03.2016, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo PMDB, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixou de compor a Comissão (Of. 37/2016-GLMPDB).
22. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 18/2016-BLOMOD).
27. Em 13.05.2016, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo bloco da Maioria (Of. 069/2016-GLPMDB).
28. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
29. Em 19.05.2016, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Romero Jucá (Of. 76/2016-GLPMDB).
30. Em 23.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 25/2016-BLOMOD).
31. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
32. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
33. Em 07.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado membro titular pelo PSDB, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que passa a integrar a comissão como membro suplente (Of. 32/2016-GLPSDB).
34. Em 08.06.2016, vago em virtude da cessão da vaga de titular pelo Bloco de Apoio ao Governo ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 46/2016-GLDBAG).
35. Em 13.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. nº 16/2016-BLDPRO).
36. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (PP-GO) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (4)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMDB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) (2)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:
1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).
3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
4. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Peteção, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Reuniões: Quartas-Feiras 8:30 horas -
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (8)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,35)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (18,33)
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
VAGO (18,28)	4. VAGO (1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. VAGO (24)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (11,12)	2. Senador Hélio José (PMDB-DF) (7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (29,32)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (21,34)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (19,20,31)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (5,16)	2. VAGO
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (6,13,17,26,30,31)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (9)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (22)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (23)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (14,25,27)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

********. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
21. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
22. Em 17.02.2016, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. 006/2016-GLBSD).
23. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
24. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
25. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
26. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
27. Em 10.05.2016, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Douglas Cintra (Of. 17/2016-BLOMOD).
28. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
29. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
30. Em 27.05.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 28/2016-GLDEM).
31. Em 02/03/2016, os Senadores Ricardo Franco e Ronaldo Caiado permutam suas vagas pelo Bloco Parlamentar da Oposição na Comissão, passando a titular e suplente, respectivamente (Of. nº 8/2016-GLDEM).
32. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2016-GLPMDB)
33. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
34. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
35. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: cdr@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (1)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (2,20)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (12,18,19)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PTB-MG)	3.
VAGO (9)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (14,16)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) (4)	5. Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (8,17)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Morais (PP-GO)
VAGO (3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (21)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (7)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (10)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. VAGO (11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (13,15)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Morais como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

******. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*******. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

8. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

9. Em 29.03.2016, o Senador Delcidio do Amaral deixa de compor a Comissão pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofícios nºs 25 a 29/2016-GLDBAG).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

10. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
11. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
12. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
13. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
14. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
15. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
16. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 85/2016-GLPMDB).
17. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
18. Em 14.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de titular ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 50/2016-GLDBAG).
19. Em 14.06.2016, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Memo. 19/2016-BLDPRO).
20. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)
21. Em 03.08.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Of. 49/2016-BLSDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506/3321
Fax: 3311-1017
E-mail: scomcra@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1,13,14)

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) (7)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (3,26)	
VAGO	1. Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA) (22)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (15)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (19,25)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. Senador José Medeiros (PSD-MT) (8,18)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (5)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMDB-DF) (6)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (11,23)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (16)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (21,24)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,20)
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (10,12)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

******. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*******. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).
2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD)
3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).
5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015- GLPMDB).
6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).
7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).
11. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
12. Em 16.02.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a comissão (Of. 01/2016-BLUFOR).
13. Em 23.02.2016, o Senador Cristovam Buarque renuncia ao cargo de Presidente da Comissão (Ofício GSCB nº 02-002/2016).
14. Em 01.03.2016, a Comissão reunida elegeu o Senador Lasier Martins Presidente deste colegiado (Mem. 8/2016-CCT).
15. Em 09.03.2016, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral, que deixa de compor a comissão (Of. 019/2016-GLDBAG).
16. Em 06.04.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador José Medeiros (Memo. 017/2016-BLSDEM).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 14.04.2016, o Senador José Medeiros foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 051/2016-GLPMDB).
19. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.
20. Em 27.05.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 29/2016-BLOMOD)
21. Em 1º.06.2016, o Senador Marcelo Crivella licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, conforme os Requerimentos nºs 398 a 400/2016, aprovados na sessão de 02.06.2016.
22. Em 03.06.2016, o Senador Walter Pinheiro afastou-se do exercício do mandato parlamentar para investidura no cargo de Secretário de Educação do Estado da Bahia.
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 07.06.2016, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Marcelo Crivella (Of. 36/2016-BLOMOD)
25. Em 08.06.2016, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 105/2016-GLPMDB).
26. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:
*. Em 05.07.2016, é aprovada a criação da Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Regulamentação do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Memo. 102/2016-CCT).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 8h:45min -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (11)

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (1,24)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. VAGO (13,19)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO (4)	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (16,23)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) (22)	1. VAGO (14,15,18)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PSD-MT) (7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (9,12)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (17)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (2,20,21)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Graziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
16. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
17. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

19. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)
20. Em 13.05.2016, o Senador Blairo Maggi foi nomeado Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 1).
21. Em 17.05.2016, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. 19/2016-BLOMOD).
22. Em 02.06.2016, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Morais (Of. 33/2016-GLDEM).
23. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
24. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda
Telefone(s): 61 33031095
E-mail: csf@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT) (14)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)	1. VAGO (8)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. VAGO (7)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) (1)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (9,10)	5.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV) (3,11)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (5)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC) (6)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL)	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (4,12)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (4)	2. Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (13)

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplentes, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores Joao Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB)

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

3. Em 16.02.2016, o PV passou a compor o Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).

4. Em 01.03.2016, o Senador Wellington Fagundes deixou de atuar como suplente, por ter sido designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 6/2016-BLUFOR)

5. Em 16.03.2016, foi designado o Senador Ronaldo Caiado como membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofício nº 16/2016-GLDEM)

6. Em 13.04.2016, o Bloco Parlamentar União e Força passou a designar-se Bloco Moderador (Of. nº 13/2016-BLUFOR).

7. Em 22.04.2016, vago em virtude de a Senadora Sandra Braga não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Braga.

8. Em 12.05.2016, vago em virtude de o Senador Donizeti Nogueira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu (Of. nº 1/2016-GSKAAB)

9. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).

10. Em 02.06.2016, o Senador Romero Jucá foi confirmado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 86/2016-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

11. Em 07.06.2016, o Bloco Parlamentar da Oposição passou a denominar-se Bloco Social Democrata (Of. s/n-Gabinete do Bloco Social Democrata)
12. Em 07.06.2016, o Senador Pedro Chaves foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
13. Em 07.06.2016, o Senador Zezé Perrella foi designado como membro suplente pelo Bloco Moderador (Ofício nº 34/2016-BLOMOD).
14. Em 21.06.2016, o Bloco de Apoio ao Governo passou a denominar-se Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(Of. 34/2016-GLDBAG)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Terças-Feiras 14h30 -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: ctg@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (1)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 28/06/2016

Notas:
1. Em 22.12.2014, o Senador Vital do Rêgo renuncia ao mandato para assumir o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União (Of. 23/2014DL-GSVREG).
2. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado Federal, em sessão plenária de 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011
4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013
5ª Eleição Geral: 23/11/2005 **10ª Eleição Geral:** 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1,20)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4,21)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (19)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
VAGO (24)	4.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (10,11)	1. VAGO (5,6,18)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (6)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) (6)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) (7,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (9)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (9)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (12,13,15,22)	1.
Senador Zeze Perrella (PTB-MG) (14,16,17,23)	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Sérgio Petecão (PSD/AC) (24)	

Atualização: 29/06/2016

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. A Senadora Regina Sousa renunciou à vaga de membro titular, nos termos do Ofício nº 016/16-GSRSOUSA, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.

2. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

3. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

4. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

5. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

6. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

7. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. O Senador Dalírio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

9. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

10. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Morais, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

11. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

12. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.
13. O Senador Douglas Cintra foi eleito membro titular para ocupar a vaga destinada ao PTB, conforme Ofício nº 0004/2016-BLUFOR, do Líder do Bloco Parlamentar União e Força, lido na sessão plenária nesta data.
14. Nos termos do Of.nº0005/2016-BLUFOR,datado de 25.02.2016, o Líder do Bloco Parlamentar União e Força cede vaga de membro titular deste bloco para o Partido Democrático Trabalhista - PDT.
15. O Senador Douglas Cintra deixou de exercer o mandato parlamentar em 08.05.2016, em virtude de retorno do titular, Senador Armando Monteiro.
16. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força ao PDT, na sessão plenária de 01/03/2016.
17. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Souza, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
18. Em 10.05.2016, vago em virtude de o Senador Ricardo Franco não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Maria do Carmo Alves (Comunicado Gab. Sen. Maria do Carmo Alves).
19. Em 13.05.2016, o Senador Romero Jucá foi nomeado Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (DOU 13/05/2016, Seção 2, p. 3).
20. O Senador Telmário Mota passou a ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, nos termos do Ofício nº 73/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido na sessão plenária de 22.06.2016.
21. A Senadora Regina Sousa foi indicada para ocupar a vaga de membro suplente, nos termos Ofício nº 074/2016 - GLDBAG, do Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, Senador Paulo Rocha, datado de 21.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
22. O Senador Pedro Chaves foi indicado para ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Douglas Cintra, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
23. O Senador Zezé Perrella foi indicado para a vaga de titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, nos termos do Ofício nº 039/2016-BLOMOD, do Líder do Bloco Moderador, Senador Fernando Collor, datado de 14.06.2016, lido e aprovado na sessão plenária de 22.06.2016.
24. O Senador Sérgio Petecão foi eleito Corregedor do Senado, em sessão plenária do dia 28.06.2016.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) (1)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMDB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2)

Atualização: 26/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.
2. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PMDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:
1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) (3,4,5,6)

VICE-PRESIDENTE: (3)

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Eunício Oliveira (CE)
PT
VAGO (2)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Acir Gurgacz (RO)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (7)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senador Ciro Nogueira (PI)
PTB
VAGO (4,6)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,8)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2017

Notas:

1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. O Senador Delcídio do Amaral Gomez perdeu o mandato em 10 de maio de 2016, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 21, de 2016, que ? Decreta a perda do mandato do Senador Delcídio do Amaral Gomez?, publicada no Diário Oficial da União. Seção 1. 11/05/2016. p. 4.
3. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.
4. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

5. O Senador José Agripino sucedeu ao cargo de Presidente em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
6. Em 09.05.2016, vago em virtude de o Senador Douglas Cintra não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Armando Monteiro (Of. 1/2016-GSAMON).
7. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
8. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2,4)

VICE-PRESIDENTE: (2)

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO (3)
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,5)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
1. Substituído conforme o Of. nº 0037/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Em 07/06/2016, assumiu a Presidência, O Senador Paulo Paim, em virtude da substituição do Senador Marcelo Crivella, conforme Of. nº 0036/2016, do Líder do Bloco Moderador.
5. Designado para ocupar a vaga através do Of.nº 0037/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012
2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303.5258
Fax: 3303.5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) (3)

1ª Designação: 22/08/2013
2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (2,4)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) (1)

Atualização: 07/07/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015
1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.
2. Substituído através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.
4. Designado para ocupar a vaga através do Of. nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)

1ª Designação: 20/12/2013
2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO (3)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,4)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:
*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.
1. Substituído conforme o Of. 0036/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.
3. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) (1)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:
*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.
1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61) 3303-5255
Fax: (61) 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: scop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (2)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (S/Partido-DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Morais (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (1,3)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015
1. Substituído conforme Of. nº 0036/2016-BLOMOD.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.
3. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
http://www.senado.leg.br/ordiasf

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) (2)

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) (1)
PDT
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (PSD-MT)
PR
Senador Cidinho Santos (MT) (3)
PRB
Senador Eduardo Lopes (RJ) (4)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/06/2016

Notas:
*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.
1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.
3. O Senador Cidinho Santos foi designado para ocupar a vaga do PR, em substituição ao Senador Blairo Maggi, conforme Ato do Presidente nº 11, de 2016, lido nesta data.
4. Designado para ocupar a vaga de através do Of.nº 0036/2016-BLOMOD, em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.132556/2016-10 (VIA 001)

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

1



Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

2



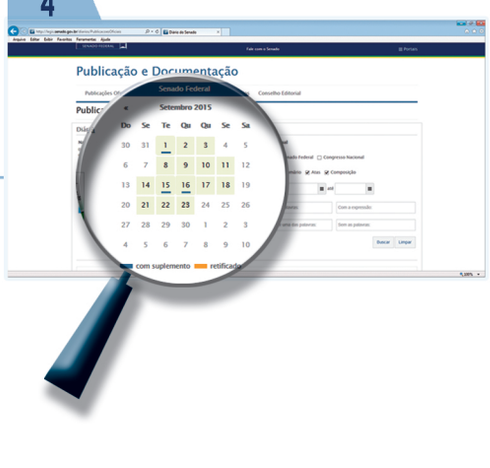
Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

3



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.

4



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

5



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 2B13EB3500131DD0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.